

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA**

ALEXANDRE POSSIDENTE TAVEIRA

TEORIAS MARXISTAS DA CRISE E A “CONTROVÉRSIA DO COLAPSO”

Porto Alegre

2014

ALEXANDRE POSSIDENTE TAVEIRA

TEORIAS MARXISTAS DA CRISE E A “CONTROVÉRSIA DO COLAPSO”

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Augusto de Lima
Maldonado Filho

Porto Alegre

2014

CIP - Catalogação na Publicação

Taveira, Alexandre Possidente
Teorias marxistas da crise e a "controvérsia do colapso" / Alexandre Possidente Taveira. -- 2014.
135 f.

Orientador: Eduardo Augusto de Lima Maldonado Filho.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-Graduação em Economia, Porto Alegre, BR-RS, 2014.

1. Marxismo. 2. Teorias Marxistas da Crise. 3. Colapso do Capitalismo. I. Maldonado Filho, Eduardo Augusto de Lima, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

ALEXANDRE POSSIDENTE TAVEIRA

TEORIAS MARXISTAS DA CRISE E A “CONTROVÉRSIA DO COLAPSO”

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia.

Aprovada em: Porto Alegre, 13 de junho de 2014.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Eduardo Augusto de Lima Maldonado Filho – Orientador
UFRGS

Prof. Dr. Carlos Schmidt
UFRGS

Prof. Dr. Marcelo Milan
UFRGS

Prof. Dr. Ronaldo Herrlein Jr.
UFRGS

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo apresentar a evolução histórica e teórica do debate marxista acerca da relação entre as crises econômicas e o denominado “colapso” do modo de produção capitalista. Um debate que pode ser referido sob o nome de “controvérsia do colapso” e que esteve ligado ao surgimento e desenvolvimento das principais teorias marxistas de crise. Pretende-se explicitar os argumentos levantados ao longo da controvérsia para, posteriormente, efetuar uma avaliação crítica das diversas posições teóricas assumidas ao longo do debate. Para tanto, a exposição histórica da controvérsia será dividida em três “confrontos”, compreendendo a polêmica inicial em torno da obra revisionista de Eduard Bernstein, o debate sobre os esquemas de reprodução e a discussão acerca da taxa de lucro. Espera-se formar o quadro amplo de uma contenda histórico-teórica que atravessou a economia marxista desde praticamente seu início, destacando, na medida do possível, os autores mais influentes ou originais. Em especial, o presente trabalho é entendido como uma forma de retomar a importância de se pensar a relação entre a (re)produção capitalista, com suas crises internas, e seu fim como formação histórica.

Palavras-chave: Marxismo. Teorias marxistas da crise. Colapso do capitalismo.

ABSTRACT

This dissertation aims to present the historical and theoretical evolution of Marxist debate about the relationship between economic crises and the so-called "breakdown" of the capitalist mode of production. A debate that is called "the collapse controversy", and that was linked to the emergence and development of the main Marxist theories of crisis. It is intended to clarify the arguments raised along the controversy to then make a critical evaluation of the various theoretical positions taken in the debate. Therefore, the historical exposition of the controversy will be divided into three "clashes ", comprising the initial controversy surrounding the work of revisionist Eduard Bernstein, the debate on the schemes of reproduction and the discussion about the rate of profit. We expect to present the broad framework of a historical-theoretical contention that crossed the Marxist economics since almost its beginning, highlighting the most influential and original authors. In particular, this work is understood as a way of reasserting the importance of thinking about the relationship between the capitalist (re)production with its internal crises, and its end as a historical formation.

Keywords: Marxism. Marxist Theories of Crisis. Breakdown of Capitalism.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	6
2	PRIMEIRO CONFRONTO: O DESAFIO REVISIONISTA	9
2.1	BERNSTEIN CONTRA O PROGRAMA DE ERFURT	9
2.2	KAUTSKY E A “TEORIA DO COLAPSO”	13
2.3	REFORMA OU REVOLUÇÃO? A RESPOSTA DE LUXEMBURG.....	18
2.4	LIÇÕES DO PRIMEIRO CONFRONTO.....	22
3	SEGUNDO CONFRONTO: O DEBATE SOBRE A REPRODUÇÃO	25
3.1	A ORTODOXIA SUBCONSUMISTA	25
3.2	TUGAN-BARANOWSKY E OS ESQUEMAS DE REPRODUÇÃO.....	28
3.3	ANARQUIA DA PRODUÇÃO E A TEORIA DA DESPROPORÇÃO	35
3.4	ACUMULAÇÃO E IMPERIALISMO	43
3.5	A TEORIA DO SUBCONSUMO REVIVIDA.....	55
3.6	CONCLUSÕES DO SEGUNDO CONFRONTO	60
4	INTERLÚDIO: OS ESQUEMAS DE OTTO BAUER	62
5	TERCEIRO CONFRONTO: A TAXA DE LUCRO DECRESCENTE	65
5.1	HENRYK GROSSMAN E A LEI DO COLAPSO CAPITALISTA	67
5.2	ESTAGNAÇÃO ECONÔMICA E TAXA DE LUCRO: O DEBATE PÓS-1973.....	81
5.3	LUTA DE CLASSES E PROFIT SQUEEZE.....	84
5.4	A LEI DA QUEDA TENDENCIAL DA TAXA DE LUCRO	96
5.5	CONCLUSÕES DO TERCEIRO CONFRONTO.....	105
6	A HIPÓTESE DO COLAPSO: UMA (RE)AVALIAÇÃO	107
6.1	TEORIAS DA CRISE, TEORIAS DO COLAPSO	107
6.2	A HIPÓTESE DO COLAPSO.....	117
7	CONCLUSÕES	130
	REFERÊNCIAS	132

1 INTRODUÇÃO

Há dezenas de anos, a história da indústria e do comércio não é senão a história da revolta das forças produtivas modernas contra as modernas relações de produção, contra as relações de propriedade que condicionam a existência da burguesia e seu domínio. Basta mencionar as crises comerciais que, repetindo-se periodicamente, ameaçam cada vez mais a existência da sociedade burguesa. (MARX; ENGELS, 1848).

Uma ambiguidade fundamental marca a forma como o marxismo apreendeu, durante toda a sua história, a natureza das crises econômicas. Se, de um lado, a crise foi sempre o momento da verdade para a prática revolucionária, aquele que abriria a contagem para o fim do sistema, por outro lado, cedo se compreendeu que as crises são a própria forma do capitalismo resolver suas contradições, que sejam, parafraseando Immanuel Wallerstein (2001), o aparelho respiratório do organismo capitalista. Que essa ambiguidade seja encontrada na própria obra de Marx demonstra que não se trata de um mero mal-entendido de alguma ou de ambas as partes, mas sim uma questão fundamental colocada ao entendimento do capitalismo, uma que toca o cerne do marxismo.

É possível perceber, ao longo da história das teorias marxistas sobre a crise, um constante movimento de aproximação e dissensão entre o estudo das crises e a visão de que elas marcariam o fim do modo de produção capitalista. Esse movimento se manifestou inicialmente na chamada “controvérsia do colapso” (SWEEZY, 1983). Iniciada por Eduard Bernstein, a controvérsia envolveu boa parte da intelectualidade marxista nas primeiras décadas do século XX. O objeto da disputa era o questionamento sobre se Marx havia formulado uma teoria do colapso inevitável do capitalismo por razões econômicas, e, em caso afirmativo, se tal teoria correspondia à realidade capitalista. Tendo mobilizado a atenção e os esforços de marxistas de diversas correntes e tendências políticas, a controvérsia produziu não apenas uma miríade de pontos de vista sobre o significado das passagens de Marx e Engels acerca do fim do capitalismo e da revolução, como desenvolveu e consolidou as principais teorias marxistas de crise.

Se hoje tais teorias de crise são discutidas e utilizadas para explicar a dinâmica contraditória do capitalismo e suas perturbações, dificilmente são lembradas suas origens na controvérsia sobre o colapso capitalista. Mas ainda que aceitemos o juízo de que a controvérsia efetivamente foi encerrada já em meados do século passado, pertencendo a outra época histórica, tal como afirma Colletti (1985), acreditamos que existem boas razões para se retomar o estudo desses debates. Em primeiro lugar, porque a controvérsia representa um raro

momento na história em que as questões da economia marxista, mesmo as mais abstratas, expõem abertamente a relação, sempre tensa, entre teoria e prática política. Se tal relação obviamente não é simplista, de forma que não se pode atribuir uma determinada teoria a uma posição política fixa, é possível compreender a relação recíproca entre cada teoria defendida e os posicionamentos políticos em uma dada conjuntura. Mais ainda, é possível perceber certas razões pelas quais determinadas teorias são sustentadas ou rejeitadas em um dado momento, e também compreender melhor os pressupostos e implicações políticas das atuais teorias de crise.

Em segundo lugar, acreditamos que a questão de fundo trazida pela controvérsia do colapso – a relação entre as crises e a revolução social que marcaria o fim do modo capitalista de produção – não fora resolvida pelo fim da controvérsia, mas deslizara sutilmente para segundo plano nas discussões marxistas. Nesse sentido, os debates atuais sobre as crises podem trazer, junto com as tradicionais teorias, questionamentos latentes sobre o “colapso”. O presente trabalho, então, é entendido como uma forma de retomar a importância de se pensar a relação entre a (re)produção capitalista, com suas crises internas, e seu fim como formação histórica. Uma relação que é explicitada na conhecida “controvérsia do colapso”, mas que permeia as diversas teorias marxistas da crise, e permanece, implicitamente, mesmo nas mais recentes discussões.

O **objetivo geral** do trabalho é revisar, historicamente, o debate marxista sobre a relação entre as crises e o denominado “colapso” do capitalismo, de modo a explicitar os argumentos levantados em cada caso e propiciar uma avaliação de seus limites e suas implicações para o problema em questão.

Objetivos específicos são:

- a) apresentar a “controvérsia do colapso” em sua origem, destacando a relação entre as posições conflitantes e as disputas políticas internas à social-democracia alemã;
- b) expor as teorias de crise que surgiram como desenvolvimento e resposta à controvérsia inicial, quais sejam: o subconsumo, a desproporção, a escassez de força de trabalho e a tendência à queda da taxa de lucro;
- c) mostrar as implicações das teorias analisadas para o debate sobre o “colapso”;
- d) avaliar a hipótese da “teoria do colapso”, sua importância e seu significado, com base nas teorias de crise apresentadas;
- e) analisar a possível atualidade do debate sobre o “colapso”.

Para tanto, a exposição histórica da controvérsia será dividida em três “confrontos”¹, que marcam três disputas em torno de questões distintas, mas que ao fundo visam igualmente à relação entre as crises e a derrubada do capitalismo. O capítulo 2, após essa introdução, irá tratar do “primeiro confronto”: a polêmica inicial em torno da obra de Bernstein, da qual se origina a controvérsia do colapso. O capítulo 3 expõe o “segundo o confronto”: o debate acerca dos esquemas de reprodução e da viabilidade da acumulação capitalista; debate que opõe as teorias de crise do subconsumo e da desproporção. O capítulo 4 apresenta um modelo de acumulação elaborado por Otto Bauer; modelo que forma a ligação entre o segundo e o terceiro “confrontos”. Em seguida, o “terceiro confronto”, no qual se discutem as teorias da taxa decrescente de lucro e da escassez de força de trabalho, é analisado no capítulo 5. Por fim, o capítulo 6 compreende uma avaliação da controvérsia e discute conclusões e implicações dos debates apresentados.

Esperamos formar o quadro amplo de uma contenda histórico-teórica que atravessou a economia marxista desde praticamente seu início, destacando, na medida do possível, os autores mais influentes ou originais. Observe-se que não temos a intenção de discutir a validade ou equívoco de cada argumento em particular sobre as crises e sobre o colapso ou de cada teoria apresentada, de forma que quando apresentadas críticas ou concordâncias elas geralmente representarão alegações bastante reconhecidas ou de importância histórica, ou que nos pareçam importantes para o raciocínio desenvolvido pela exposição. De qualquer forma, não pretendemos serem avaliações definitivas. Muito menos pretendemos disputar a validade da “teoria do colapso” ou se tal teoria é verdadeiramente de Marx, mas apenas fornecer indicações de que o estudo das questões levantadas pela “controvérsia do colapso” ainda é relevante e pode trazer grandes contribuições, do ponto de vista marxista, às abordagens atuais sobre a crise.

¹ Essa nomenclatura foi escolhida em referência à discussão de Rosa Luxemburg (1985a) sobre o “problema da reprodução”.

2 PRIMEIRO CONFRONTO: O DESAFIO REVISIONISTA

O prefácio à edição inglesa da principal obra de Eduard Bernstein inicia com o reconhecimento de sua importância histórica: “The present book has not only had its history, it has also in some way made a little history.” (BERNSTEIN, 1909)². Trata-se do livro *Die Voraussetzung des Sozialismus und die Aufgaben der Sozialdemokratie* (“As premissas do socialismo e as tarefas da Social-democracia”), traduzido para o inglês sob o nome de *Evolutionary Socialism*. Publicado em 1899, não seria exagero afirmar que o livro marca a virada de século para o marxismo. Ao mesmo tempo em que Bernstein pretende “acertar as contas” com a teoria marxista (e de Marx) que fora desenvolvida até ali, o porta-voz do revisionismo lança o desafio teórico que absorve a maior parte do debate marxista na primeira metade do século XX.

Ao denunciar a existência de uma “teoria do colapso” (*Zusammenbruchstheorie*), implícita no programa da Social-Democracia Alemã, Bernstein não apenas efetuou uma “revisão” de Marx, mas forçou os marxistas a discutirem explicitamente um tema que se encontrava apenas insinuado nos textos de Marx e nas obras de seus seguidores. Ao fazê-lo, pôs em movimento a roda do pensamento marxista no início do século XX, e uniu definitivamente o destino das teorias de crise ao debate sobre o fim do capitalismo. A controvérsia que seguiu mobilizou os principais nomes da intelectualidade marxista, e ainda que o debate propriamente dito tenha terminado de forma inglória após a consolidação da URSS, as teses suscitadas e suas divisões teóricas ecoam nas formulações marxistas posteriores sobre o funcionamento do capitalismo e as crises.

2.1 BERNSTEIN CONTRA O PROGRAMA DE ERFURT

Em fins do século XIX, o Partido Social-Democrata Alemão (SPD) era o centro para o qual confluía o marxismo da Segunda Internacional. Naturalmente, os debates que se desenrolavam no seio do partido, as teses defendidas em seus congressos ou em seus órgãos de imprensa (especialmente a *Die Neue Zeit*), se difundiam para os demais e ditavam o que seria considerado a “ortodoxia” no marxismo. Essa ortodoxia dentro do SPD fora expressa de forma mais sistemática no Programa de Erfurt de 1891, consolidando a primazia marxista no partido e dando proeminência e liderança teórica a Karl Kautsky, principal autor do programa.

² “O presente livro não apenas teve sua história, ele de certa forma também fez um pouco de história.” (tradução nossa)

Kautsky posteriormente expusera as teses do programa e as defendera sistematicamente em seu livro *The Class Struggle*, publicado um ano depois.

Fora Eduard Bernstein, amigo e executor literário de Engels após sua morte, quem dirigiu o ataque contra as teses da ortodoxia³. Considerado o porta-voz da corrente revisionista, Bernstein publicou, entre 1896 e 1898, uma série de artigos na *Neue Zeit* intitulados “Problemas do Socialismo”. Tais artigos evocaram a resposta imediata dos defensores do programa oficial. E é assim que em 1899 Bernstein publica *Evolutionary Socialism* como um esclarecimento e uma defesa de sua posição.

O objetivo de Bernstein, como ele deixa explícito no livro, é proceder a uma revisão da teoria de Marx: daí a justeza do epíteto “revisionista”. Ele pretende reconhecer as lacunas e contradições presentes em Marx como forma de fazer avançar sua teoria. O marxismo, assim, deveria partir de uma auto-crítica, na forma clássica de separar o que está “vivo” e o que está “morto”. De modo que para atingir as teses de Kautsky e do Programa de Erfurt, Bernstein volta sua crítica às partes da teoria de Marx que, supostamente, os desenvolvimentos recentes do capitalismo teriam comprovado serem equivocadas. Equívocos que a Social-Democracia teria ignorado, utilizando-os para fundamentar um prognóstico do fim do capitalismo.

Já no prefácio a *Evolutionary Socialism* (BERNSTEIN, 1909), que inicia com uma carta sua ao SPD datada do ano anterior (1898), sua posição fica clara. Na carta transcrita, Bernstein afirma que no Manifesto Comunista Marx acertou ao delinear os contornos da evolução da “Sociedade Moderna”, mas errou quanto ao ritmo das transformações esperadas. Como o ritmo demonstrara ser bem mais lento do que o imaginado, mudanças significativas ocorreram no meio tempo que modificaram algumas das mais importantes tendências. Assim, a polarização de classes prevista no Manifesto não se confirmou (ao menos não da forma esperada), as camadas médias não desapareceram e o crescimento do poder capitalista se deu lado a lado com o crescimento das instituições democráticas e o fortalecimento da organização dos trabalhadores. A conclusão é de que as premissas aceitas pela Social-democracia como tendências que levariam inexoravelmente a uma crise final do capitalismo e à tomada do poder pelo proletariado (o que Bernstein consagrara como a “teoria do colapso”) já não seriam válidas, de modo que qualquer “objetivo final do socialismo” seria mera especulação, enquanto a verdadeira tarefa do partido seria o “movimento”, o trabalho quotidiano em favor da classe operária visando à ampliação das estruturas democráticas.

³ Ortodoxia, aqui, diz respeito à “corrente principal” dentro do movimento marxista à época, não pretende indicar a justeza da teoria em questão e muito menos que essa expresse a real visão de Marx. O mesmo significado deve permanecer no restante do trabalho.

Quais mudanças, então, teriam ocorrido nesse meio tempo entre a “previsão” do Manifesto, escrita em 1848, e 1899? Bernstein (1909) apresenta três transformações principais ocorridas em fins do século XIX que seriam responsáveis por essa virada nas tendências do desenvolvimento capitalista: o desenvolvimento do crédito, a expansão das classes capitalistas médias (principalmente pela difusão da sociedade por ações) e o surgimento das organizações capitalistas como os trusts e cartéis. Tais transformações representariam meios de adaptação do capitalismo que atenuariam as flutuações e crises econômicas ou os antagonismos de classe. Se o fundamento da “teoria do colapso” social-democrata era a ampliação crescente do antagonismo de classe até que este se tornasse insuportável, com a concentração crescente dos meios de produção nas mãos de poucos em oposição a uma massa crescente de despossuídos⁴, Bernstein tenta demonstrar que os desenvolvimentos mencionados levaram a uma reversão nessa tendência. Assim, as “formas mais modernas de centralização capitalista”, os *trusts*, seriam um exemplo emblemático por proporcionarem uma enorme difusão da participação acionária.

Com dados da Inglaterra, França, Prússia e outros estados alemães, Bernstein (1909) rejeita a visão de que o número de indivíduos da classe proprietária teria diminuído, concentrando a riqueza nas mãos de cada vez menos capitalistas. Ao contrário, do que se pode auferir pelos dados, não apenas a riqueza social havia crescido em fins do século XIX, mas esta havia se distribuído entre um número muito maior de pessoas. A participação acionária permitia que mais pessoas pudessem investir em um empreendimento capitalista e receber seus benefícios, devendo ser tratadas como capitalistas porque, argumenta Bernstein, é razoável tratar um acionista “*rentier*” como pertencente à classe proprietária capitalista. De outro modo, argumenta Bernstein, causaria estranheza considerar um pequeno comerciante com um ou outro trabalhador assalariado como capitalista, e alguém que vive apenas de renda como sendo da classe dos não proprietários. Deve-se atentar aqui para o fato de que esse aumento no número de possuidores significa um maior número de capitalistas individuais, ou seja, diz respeito à divisão entre classes e não à divisão entre capitais, já que o próprio capital pode muito bem ter se tornado mais concentrado entre os capitalistas. Essa maior quantidade de capitalistas também não exclui, obviamente, um aumento do proletariado em termos absolutos, mas apenas demonstra que a divisão social entre as classes teria sido “graduada” e “diferenciada” ao invés de polarizada.

⁴ Assim, por exemplo: “Nós sabemos que este sistema multiplica o número e a força dos explorados, e diminui o número e a força das classes exploradoras, e que ele finalmente levará a condições tão insuportáveis para a massa da população que eles não terão escolha a não ser deixar-se afundar em degradação ou derrubar o sistema de propriedade privada.” (KAUTSKY, 2000, tradução nossa).

Além desse gradualismo com relação à renda, também com respeito às atividades empresariais a sociedade teria sofrido um processo de diferenciação. Paralelo ao movimento na distribuição da renda, ocorreria também um movimento descentralizador nos estabelecimentos econômicos. Com dados da Inglaterra, França, Alemanha, EUA e Holanda, Bernstein (1909) mostra que os grandes empreendimentos não fizeram desaparecer os pequenos e médios empreendimentos que, ao contrário, continuaram a existir paralelamente aos grandes. Os médios estabelecimentos, ainda, detinham a maior proporção dos empregos na maioria das economias avançadas. Isso seria válido para a indústria como para o comércio, e ainda mais na agricultura. A competição entre grandes e pequenas empresas terminando com a ruína destas últimas, conforme previra a teoria social-democrata, não existiria.

A conclusão dessa análise é categórica em relação ao colapso:

If the collapse of modern society depends on the disappearance of the middle ranks between the apex and the base of the social pyramid, if it is dependent upon the absorption of these middle classes by the extremes above and below them, then its realisation is no nearer in England, France, and Germany to-day than at any earlier time in the nineteenth century. (BERNSTEIN, 1909)⁵

Permanece, no entanto, a interrogação sobre as crises. Poderiam estas tornar-se progressivamente piores até que o acúmulo das contradições capitalistas fizesse desabar o edifício social? A resposta de Bernstein é igualmente negativa. A explicação marxista das crises, em seus primórdios, assentava-se em uma noção difusa da “anarquia da produção” capitalista. O subconsumo (como manifestação dessa anarquia) era a teoria mais popular nos círculos socialistas⁶. Como tanto Engels quanto Marx, no entanto, explicitamente rejeitaram a posição subconsumista, Bernstein toma como explicação das crises outra abordagem de Marx, que enfatiza o caráter cíclico das crises pelas desproporções que surgem da mera reposição do capital fixo. Mas de qualquer forma, o desenvolvimento do sistema de crédito e a cartelização, em conjunto com a expansão do mercado mundial, das comunicações e do transporte, teriam suavizado as contradições da anarquia capitalista e possibilitado ao capitalismo se ajustar às crises e limitar seus efeitos, de modo que a ocorrência de “crises comerciais gerais, semelhantes às anteriores, deve ser considerada como improvável” (BERNSTEIN, 1909). O crédito funcionaria como impulsionador e estabilizador da produção, tendo incrementado o controle sobre a oferta de dinheiro, ampliando assim as “possibilidades de ajuste” em uma

⁵ “Se o colapso da sociedade moderna depende do desaparecimento dos estratos médios entre o ápice e a base da pirâmide social, se é dependente da absorção dessas classes médias pelos extremos, acima e abaixo delas, então sua realização não está mais próxima na Inglaterra, França e Alemanha hoje do que em qualquer período anterior no século dezenove.” (tradução nossa)

⁶ O subconsumo e as demais teorias da crise serão analisados em maior detalhe mais adiante.

economia capitalista moderna. Igualmente, os cartéis suavizam a anarquia e diminuem o perigo de uma crise por possibilitarem a regulação da produção, sendo um claro fator de estabilidade. Afirmar o contrário, pontua Bernstein, seria negar a vantagem da “produção organizada” sobre a “anarquia”. O autor não afirma a desaparecimento da anarquia capitalista e seus efeitos, apenas argumenta que o sistema de crédito e os cartéis seriam forças contrárias à tendência formadora de crises gerais, de modo que o resultado do embate de forças não estaria definido de antemão. Essa discussão, segundo ele, não seria de grande relevância para o proletariado se a teoria social-democrata e seu posicionamento político não tivessem sido construídos sobre a profecia de uma iminente e inevitável crise geral.

2.2 KAUTSKY E A “TEORIA DO COLAPSO”

O desafio de Bernstein demandava respostas da ala ortodoxa da social-democracia. A “teoria do colapso” subjacente ao Programa de Erfurt havia sido centralmente atacada. Mas a doutrina do SPD, e da maior parte dos marxistas alemães, realmente se baseava na previsão de um colapso? Kautsky nega isso. Em sua resposta a Bernstein (em artigo intitulado *Bernstein und das Sozialdemokratische Programm*), Kautsky mantém que a alegada “teoria do colapso”, inclusive o próprio termo, seria uma invenção de Bernstein: nem Marx, nem Engels, nem ele próprio teriam desenvolvido qualquer teoria passível de ser entendida como um fatalismo econômico (HOWARD; KING, 1989).

No entanto, em *The Class Struggle*, sua apresentação do Programa de Erfurt, Kautsky claramente esposa a visão de um colapso econômico em várias passagens, e ao longo do texto constrói uma perspectiva da derrocada inevitável do capitalismo como resultado do seu desenvolvimento, chegando mesmo a afirmar:

[...] today there is no longer any question as to whether the system of private ownership in the means of production shall be maintained. Its downfall is certain. The only question to be answered is: Shall the system of private ownership in the means of production be allowed to pull society with itself down into the abyss; or shall society shake off that burden and then, free and strong, resume the path of progress which the evolutionary law prescribes to it? (KAUTSKY, 2000)⁷

Essa passagem indica a existência, de fato, de uma “teoria do colapso” subjacente à visão de Kautsky: apesar de sua crença em que a classe trabalhadora organizada efetue a

⁷ “[...] hoje não há mais qualquer questão sobre se o sistema de propriedade privada dos meios de produção deve ser mantido. Sua queda é certa. A única questão a ser respondida é: deve-se permitir que o sistema de propriedade privada nos meios de produção carregue a sociedade consigo para o abismo; ou deve a sociedade livrar-se desse fardo e então, livre e forte, retomar o caminho do progresso que a lei da evolução prescreve a ela?” (KAUTSKY, 2000, tradução nossa).

tomada do poder e transforme a sociedade, a ruína do “sistema de propriedade privada dos meios de produção” é certa. E essa ruína é certa a despeito da transformação socialista da sociedade ou da sua queda junto ao “abismo”. Em outras palavras, o colapso capitalista (e os termos de Kautsky não fazem mais do que evocar a visão de um colapso) é a direção para a qual ruma o seu desenvolvimento imanente. A transformação revolucionária apenas deve determinar se o resultado da ruína será o socialismo, a retomada do “progresso”, ou o “abismo”. Voltaremos adiante ao papel que cumpre, nessa visão, a ação revolucionária consciente. Antes, veremos como Kautsky chega à sua conclusão.

Kautsky (2000) analisa os efeitos do desenvolvimento capitalista sobre as duas classes fundamentais da sociedade. Esse processo leva, de um lado, à dissolução da pequena propriedade e da pequena produção, acelerando a proletarização e seus efeitos nocivos sobre a classe trabalhadora: a ampliação da classe de não-proprietários, com contenção dos salários, desemprego etc., além de reproduzir e expandir o proletariado também difunde suas condições de vida para outras classes, como os pequenos comerciantes. De outro lado, em relação à classe capitalista, o desenvolvimento econômico leva à maior interdependência e divisão do trabalho, assim como à concentração e centralização do capital, reduzindo o número de capitalistas e tornando suas condições de acumulação mais incertas. A tendência à queda na taxa de lucro e as constantes revoluções na técnica (mutuamente causa e consequência uma da outra), aumentam o montante de capital necessário à produção, forçam a adoção de maquinário novo, tornando uma parcela do antigo obsoleto, e contribuem para a renovação e engrandecimento das plantas produtivas. O resultado é o acirramento da concorrência que leva à quebra de muitos capitais menores e faz com que os grandes capitalistas se unam em torno de sindicatos patronais, *trusts*, ou leva, em termos atuais, à integração vertical. As sociedades por ações e o crédito seriam parte integrante desse processo centralizador, uma vez que o crédito, ao transferir recursos ociosos para a produção capitalista permite elevar o ritmo da acumulação e reforça as tendências de seu desenvolvimento. Já o capital acionário possibilita que um único capitalista, mesmo desconhecendo os ramos de produção, possua diversos empreendimentos em ramos diferentes, basta para isso possuir o capital necessário. Assim, o crescimento das companhias por ações, como o crédito, ao invés de tornar acessível os benefícios da grande produção a muitos pequenos poupadores, na visão de Kautsky, seria ao contrário o meio de colocar à disposição do grande capitalista a propriedade desses pequenos poupadores. Mais importante, na companhia acionária, “[...] a pessoa do capitalista não tem papel, e a única coisa que importa é seu capital” (KAUTSKY, 2000).

Tendência da produção capitalista: crescimento dos estabelecimentos produtivos, aumento das grandes fortunas, a diminuição do número de estabelecimentos, e a concentração de diferentes empresas nas mãos do mesmo capitalista levam à concentração dos meios de produção por um número cada vez menor de grandes capitalistas. O resultado limite seria a concentração de todos os meios de produção nas mãos de um único capitalista ou de uma gigantesca corporação por ações, o que levaria ao fim do capitalismo: “The private ownership of the means of production leads, under the capitalist system, to its own destruction! Its development takes the ground from under itself.” (KAUTSKY, 2000)⁸.

Kautsky nota que tal situação é impossível, porque a mera aproximação a esse estado de coisas tornaria os sofrimentos e antagonismos sociais insuportáveis e a sociedade se destruiria. Mas, não obstante, essa seria a direção para a qual a sociedade capitalista caminha. Quanto mais seu desenvolvimento aproxima-se do ponto limite para o qual tende, mais se aproxima a revolta das classes exploradas e a revolução social.

Não é difícil ver nessa ilustração geral aquilo que Bernstein chamou de “teoria do colapso”. A visão difusa do Manifesto Comunista é mantida e desenvolvida: a polarização da luta de classes e o acirramento dos antagonismos sociais, levando à revolução, são o resultado do processo de acumulação capitalista. Mas qual o papel das crises nisso? Tal como no Manifesto, em *The Class Struggle* se apresenta uma tendência à piora progressiva das crises e seus efeitos que aponta para a dissolução do modo capitalista de produção. E Kautsky apresenta essa tendência por meio de sua teoria de uma “superprodução crônica”.

Kautsky (2000) vê as crises industriais como ocorrências periódicas surgidas da superprodução de mercadorias, cuja causa seria “a falta de planejamento que inevitavelmente caracteriza nosso sistema de produção de mercadorias”. As crises seriam parte do ciclo industrial normal. Dentro da indústria, alguns setores se destacam, e quando esses setores recebem um impulso (seja, por exemplo, a expansão para novos mercados ou investimentos públicos, como nas ferrovias) a economia toda é impulsionada. Outros setores se beneficiam, novas oportunidades de investimento surgem, a demanda geral cresce (junto com os lucros, a renda e os salários) e a confiança aumenta. Então o crédito e os investimentos crescem de forma ilimitada acompanhando a euforia geral para que não se perca a oportunidade de lucro. No entanto, após a demanda inicial (e a derivada) ser satisfeita, a produção continua crescendo para além da demanda. Os estoques, então, começam a se acumular, e quando uma quantidade suficiente de mercadorias não pode ser vendida, o efeito é revertido. Os

⁸ “A propriedade privada dos meios de produção leva, sob o sistema capitalista, à sua própria destruição! Seu desenvolvimento retira o chão debaixo de si próprio.” (KAUTSKY, 2000, tradução nossa).

comerciantes precisam pagar pelas mercadorias que adquiriram, mas como não conseguem vender não possuem o dinheiro para isso. Os capitalistas industriais, por sua vez, não recebem o valor das mercadorias produzidas, e assim não conseguem honrar as dívidas que foram contraídas para a sua produção. “Thus one bankruptcy follows another until a general collapse ensues. The recent blind confidence turns into an equally blind fear, the panic grows general, and the crash comes.” (KAUTSKY, 2000)⁹. Como consequência da crise cresce a incerteza e se reforçam os efeitos negativos do desenvolvimento capitalista tanto sobre os trabalhadores como sobre a classe proprietária: falência dos capitais mais frágeis, expropriação dos pequenos proprietários, concentração da produção e acumulação de grandes fortunas, desemprego, aumento da prostituição e do crime, etc.

É significativo que, nesse arcabouço, a explicação das crises encontre-se inteiramente na “falta de planejamento” do capitalismo, que leva à incapacidade de correta estimativa da demanda por parte dos capitalistas e, assim, possibilita que as flutuações no nível de produção e demanda transformem-se em crises. Nesse nível, trata-se mais de uma constatação descritiva do caráter cíclico das crises que propriamente de uma explicação teórica. Mas Kautsky fornece ainda uma teoria do agravamento progressivo das crises e sua relação com os limites do capitalismo: a tendência à “superprodução crônica”.

Segundo Kautsky (2000), se o capitalismo é recorrentemente atingido por crises de superprodução, subjaz a essas crises uma tendência à superprodução crônica que agrava as crises, dificulta cada vez mais a saída das crises e aproxima a revolução social. O capitalismo não pode permanecer estacionário: a constante revolução nas forças produtivas prossegue ilimitadamente e, assim, a acumulação e a expansão da produção tornam-se um imperativo. Desse modo, há uma pressão permanente para o incremento ilimitado da produção, sem levar em consideração a extensão mercado. Mas o mercado, ao contrário, tem sua extensão limitada, tanto externa como internamente. O desenvolvimento capitalista proletarizou as populações locais e se expandiu a ponto de tornar o mercado virtualmente global. Como resultado, o poder de compra da população diminuiu e o assentamento das bases para a produção capitalista em áreas não-capitalistas lança novos concorrentes no mercado mundial: Japão, Rússia, China e Austrália aparecem como novos pólos industriais, não mais como mercados a serem descobertos. Nesse estágio, a expansão do mercado não consegue mais acompanhar o ritmo da produção, tornando cada vez mais difícil para o capitalismo desenvolver plenamente sua capacidade produtiva. Os intervalos de prosperidade diminuem e

⁹ “Assim uma falência segue a outra até que sucede um colapso geral. A confiança cega recente transforma-se em medo igualmente cego, o pânico se generaliza e advém a crise.” (KAUTSKY, 2000, tradução nossa).

a duração das crises aumenta. Não apenas uma quantidade cada vez maior de forças produtivas torna-se ociosa ou é descartada, mas também a força de trabalho: cresce o desemprego e a miséria entre os trabalhadores. “O sistema capitalista começa a sufocar no seu próprio excesso” (KAUTSKY, 2000). Quando as potências mundiais não conseguirem mais expandir o mercado para seus produtos, e esse mercado começar a se contrair, todo o sistema capitalista irá à bancarrota.

Daí o juízo taxativo sobre a inevitabilidade da derrocada. Mas apesar do fato de que o desenvolvimento capitalista conforme exposto encontra seu limite último quando se esgotar o mercado mundial, o fator que deve levar o capitalismo ao seu fim continua sendo a luta de classes. Esta aprofundada pelas crises e pela limitação do mercado. Por isso, Kautsky nega que a teoria social-democrata entenda a Revolução como algo que prescindia da ação consciente dos homens e, antecipando a possível acusação de “passivismo” a essa teoria, delimita sua posição em termos claros:

When we declare the abolition of private property in the means of production to be unavoidable, we do not mean that some fine morning the exploited classes will find that, without their help, some good fairy has brought about the revolution. We consider the breakdown of the present social system to be unavoidable, because we know that the economic evolution inevitably brings on conditions that will compel the exploited classes to rise against this system of private ownership. We know that this system multiplies the number and the strength of the exploited, and diminishes the number and strength of the exploiting classes, and that it will finally lead to such unbearable conditions for the mass of the population that they will have no choice but to go down into degradation or to overthrow the system of private property. (KAUTSKY, 2000)¹⁰

A social-democracia alemã, levando adiante certas proposições de Marx e Engels, e especialmente do último, efetivamente construiu uma teoria do “colapso” do capitalismo. Independente da negativa de Kautsky, o que se depreende de sua exposição do programa do partido é o fim inevitável do modo de produção capitalista pelo seu próprio desenvolvimento econômico, não de forma automática e sem participação dos homens, é certo, mas como resultado inescapável do acirramento dos antagonismos de classe. Seja qual for a forma assumida por esse “colapso”, e os sinônimos usados por Kautsky são numerosos o suficiente para que se possa usar esse termo, Bernstein corretamente apontou para sua existência como uma hipótese que determinara toda a visão teórica do SPD. Fica claro que a revolução

¹⁰ “Quando nós declaramos que a abolição da propriedade privada dos meios de produção é inevitável, nós não queremos dizer que em uma bela manhã as classes exploradas irão descobrir que, sem sua ajuda, uma fada boa trouxe a revolução. Nós consideramos que o colapso do sistema social presente é inevitável porque nós sabemos que a evolução econômica, inevitavelmente, traz consigo as condições que irão compelir as classes exploradas a se rebelar contra esse sistema de propriedade privada. Nós sabemos que este sistema multiplica o número e a força dos explorados, e diminui o número e a força das classes exploradas, e que ele finalmente levará a condições tão insuportáveis para a massa da população que eles não terão escolha a não ser deixar-se afundar em degradação ou derrubar o sistema de propriedade privada.” (KAUTSKY, 2000, tradução nossa)

proletária não apenas é inevitável para Kautsky, mas que ele a vê com grande urgência, com o inexorável desenvolvimento econômico rumando a passos largos para o fim do capitalismo. A tarefa da social-democracia, então, seria preparar a sociedade futura. E essencialmente nesse sentido, Bernstein tem razão em denunciar o caráter de “utopismo” dessa visão, tanto em relação à teoria como em relação às tarefas práticas que ela colocava, as quais o SPD certamente não estava à altura (isto é, a preparação da Revolução). Bernstein colocara um desafio difícil a seus colegas de partido. Ele mobilizara uma ampla gama de estatísticas e argumentos razoáveis, e precisava ser respondido em seus próprios termos. Ou seja, a intelectualidade social-democrata não podia negar sua “teoria do colapso”, mas precisava defendê-la contra o ataque revisionista, que parecia ter a realidade econômica a seu favor.

2.3 REFORMA OU REVOLUÇÃO? A RESPOSTA DE LUXEMBURG

Foi Rosa Luxemburg, à época uma novata no partido, quem compreendeu perfeitamente a natureza do que estava em jogo e se incumbiu de responder à influência reformista de Bernstein. Tratava-se da alternativa: reforma ou revolução? Não que a autora considerasse reforma social e revolução como alternativas opostas. Luxemburg, ao contrário, defende a ligação indissolúvel entre reforma e revolução, sendo a primeira o meio para a obtenção da última¹¹. Bernstein é que teria separado e oposto as duas ações. Luxemburg percebeu melhor do que ninguém que a crítica de Bernstein, ao colocar a alternativa e ao rejeitar o “objetivo final do socialismo” em favor do “movimento”, era um ataque à postura revolucionária e colocava aos militantes revolucionários a tarefa de defender a “necessidade objetiva” do socialismo, uma tarefa que a militante polonesa assumirá até o fim de sua vida.

A resposta de Luxemburg iniciou em uma série de artigos publicados no *Leipziger Volkszeitung* entre 1898 e 1899, em réplica aos artigos de Bernstein na *Die Neue Zeit*. Em 1899 esses artigos foram reunidos a uma resposta ao livro de Bernstein, *As Premissas do Socialismo*, e publicados em um livro intitulado exatamente *Reforma ou Revolução*. Nele, a autora procura rejeitar os argumentos de Bernstein segundo os quais o desenvolvimento do capitalismo não o levaria à ruína, pois tal visão sobre o desenvolvimento econômico condicionaria a postura reformista sobre as tarefas da social democracia: “If one admits with

¹¹ “Entre as reformas sociais e a revolução existe, para a social democracia, um laço indissolúvel. A luta por reformas é o seu meio; a revolução social, seu objetivo.” (LUXEMBURG, 2008, p. 41, tradução nossa)

Bernstein that capitalist development does not move in the direction of its own ruin, then socialism ceases to be objectively necessary” (LUXEMBURG, 2008, p. 46)¹².

Luxemburg (2008) justifica esse juízo da seguinte maneira. A “base científica” do socialismo estaria assentada em três proposições sobre o desenvolvimento capitalista: a anarquia crescente da produção capitalista levando-a inevitavelmente à ruína, a progressiva socialização da produção e o aumento da organização e consciência de classe do proletariado. Como Bernstein rejeita a necessidade de um colapso econômico geral, permanecem apenas os outros dois pilares do socialismo científico. Mas sozinhos, afirma Luxemburgo, eles não se sustentam. Pois a socialização da produção, germe da nova sociedade, não pode ser apenas a produção socializada sob a forma capitalista: se esta passa a ser fator de atenuação dos antagonismos capitalistas (com crédito, cartéis, associações, etc.), sem a necessidade de transformar a “produção socializada” em “produção socialista”, então só pode significar a superfluidade do próprio socialismo. E quanto à consciência de classe, se não for baseada no conhecimento intelectual das contradições do capitalismo, torna-se apenas um ideal persuasivo, mero idealismo.

Dessa forma, dada a obrigação de defender a inevitabilidade do colapso, Luxemburg ataca a ideia dos “meios de adaptação”, que segundo Bernstein amenizariam a anarquia do capitalismo. Para Luxemburg (2008), o crédito, ao invés de servir como meio de suavizar as contradições capitalistas e as crises, é um meio de elevar as contradições ao extremo: ao possibilitar a expansão da produção, acelerar a circulação de mercadorias e incentivar a especulação, o crédito impulsiona a superprodução e torna o sistema vulnerável ao menor desarranjo. O papel do crédito na crise é duplo: após ter contribuído para a superprodução ele destrói as forças produtivas que ajudou a criar, contraindo-se ao primeiro sinal de crise e tornando-se escasso quando e onde mais ele é necessário.

Outro “meio de adaptação” para Bernstein, os cartéis e *trusts* são igualmente rejeitados por Luxemburg (2008) como formas de suavizar a anarquia do capitalismo. O meio alegado seria o controle da produção. Mas, lembra a autora, o resultado só seria efetivo se a cartelização se estendesse a todos os ramos da produção. O objetivo dos cartéis, no entanto, não é controlar a produção, mas elevar os lucros de um dado setor suprimindo a concorrência. Como esse ganho ocorre às expensas dos demais setores, a cartelização não pode se

¹² “[...] se alguém admite, como Bernstein, que o desenvolvimento capitalista não se move na direção de sua própria ruína, então o socialismo deixa de ser objetivamente necessário” (LUXEMBURG, 2008, p. 46, tradução nossa).

generalizar, pois frustraria seus próprios efeitos¹³. Além disso, o método empregado pelos cartéis, manter parte do capital inativo, de remédio passa a ser um problema quando os limites do mercado mundial são atingidos e o excesso de capital passa a pressionar a concorrência de forma ainda mais forte. Dessa forma, as conseqüências efetivas da existência de trusts e cartéis são opostas às que pretende Bernstein.

Por fim, a interpretação de Bernstein sobre a permanência das classes capitalistas médias deriva, para Luxemburgo, de uma total falta de compreensão da teoria marxista sobre o assunto. O declínio do capitalista médio, pronunciado por Marx, é sujeito a tendências dialéticas contraditórias e não necessariamente significa sua diminuição quantitativa. Significa, em primeiro lugar, o aumento do capital mínimo necessário para a operação em um ramo já estabelecido e, em segundo lugar, o encurtamento do período em que o pequeno capitalista consegue usufruir as oportunidades de um novo ramo de produção. Por isso a existência de grande número de pequenos e médios capitalistas de forma alguma contradiria a tendência do desenvolvimento capitalista apontada por Marx. Assim, como a teoria de Marx não prevê nem um grau definido de concentração econômica, nem o desaparecimento da pequena produção, como condições para o socialismo, os dados utilizados por Bernstein frustram seu objetivo. Assim, se Bernstein usa as estatísticas sobre o capital por ações pretendendo demonstrar uma tendência à desconcentração dos empreendimentos e da renda, ele precisaria, em primeiro lugar, demonstrar que as estatísticas dizem respeito a um mesmo ramo de produção (LUXEMBURG, 2008).

Em resumo, Rosa Luxemburg expõe a irrealidade das condições nas quais seria verdadeira a teoria de Bernstein sobre o enfraquecimento da anarquia capitalista pelo desenvolvimento do crédito, dos cartéis, e das classes médias. Ao menos do ponto de vista de uma análise marxista. Mais importante, no entanto, é a crítica metodológica que Luxemburg destina a seu adversário. Para a autora, o equívoco mais importante de Bernstein seria não tomar as manifestações econômicas em sua relação orgânica com a totalidade do desenvolvimento capitalista, tratando-as como parte separada de uma “máquina sem vida”. Assim, a natureza e a função das crises se mostram de forma completamente diferente quando se leva em conta sua relação com todo o mecanismo econômico capitalista:

¹³ Esse argumento já é antecipado por Kautsky (2000) em *The Class Struggle*.

For him, crises are simply derangements of the economic mechanism. With their cessation, he thinks, the mechanism could function well. But the fact is that crises are not "derangements" in usual sense of the word. They are "derangements" without which capitalist economy could not develop at all. For if crises constitute the only method possible in capitalism - and therefore the normal method - of solving periodically the conflict existing between the unlimited extension of production and the narrow limits of the world market, then crises are an organic manifestation inseparable from capitalist economy. (LUXEMBURG, 2008, p. 70)¹⁴.

Como consequência, os fenômenos apareceriam para Bernstein da forma como aparecem para o capitalista individual (crises como ameaça, crédito como adaptação, etc.), sem uma noção global do capitalismo como um todo. A causa desse equívoco metodológico seria o abandono da dialética por Bernstein, que a considera um “refúgio” para as ambiguidades da teoria de Marx. Assim, ao desconsiderar as relações orgânicas e contraditórias da totalidade do capitalismo, Bernstein ignora o real significado econômico dos fenômenos que analisa. Tal equívoco transparece no tratamento que Bernstein dispensa à noção de “capitalista” e sua relação com o capital acionário que, segundo Luxemburg, teria transformado a categoria “capitalista” de um indivíduo isolado em uma “pessoa coletiva”, uma categoria social:

By “capitalist” Bernstein does not mean a category of production but the right to property. To him, “capitalist” is not an economic unit but a fiscal unit. And “capital” is for him not a factor of production but simply a certain quantity of money. (LUXEMBURG, 2008, p. 74-75)¹⁵

Com seu método, argumenta Luxemburg (2008), Bernstein transporta o conceito de capitalismo das relações de produção para as relações de propriedade e fala de simples indivíduos ao invés de agentes econômicos, assim transportando a questão do socialismo, do domínio da relação entre capital e trabalho para o da relação entre ricos e pobres.

O que Reforma ou Revolução nos mostra é que os equívocos cometidos por Bernstein em sua análise ligam-se às suas escolhas metodológicas, que por sua vez são ditadas pelo desejo consciente de se livrar das amarras teóricas nas quais implica a busca ao “objetivo final do socialismo”. Assim, o retrato exposto por Bernstein não é o do desenvolvimento das

¹⁴ “Para ele [Bernstein], as crises são simplesmente desarranjos do mecanismo econômico. Com seu fim, ele pensa, o mecanismo poderia funcionar bem. Mas o fato é que as crises não são ‘desarranjos’ no sentido usual da palavra. Elas são ‘desarranjos’ sem os quais a economia capitalista não poderia se desenvolver. Pois se as crises constituem o único método possível no capitalismo – e portanto o método normal – para resolver periodicamente o conflito existente entre a extensão ilimitada da produção e os limites estreitos do mercado mundial, então as crises são uma manifestação orgânica inseparável da economia capitalista.” (LUXEMBURG, 2008, p. 70, tradução nossa).

¹⁵ “Por ‘capitalista’, Bernstein não entende uma categoria da produção, mas o direito à propriedade. Para ele, ‘capitalista’ não é uma unidade econômica mas uma unidade fiscal. E ‘capital’ não é para ele um fator de produção, mas simplesmente uma certa quantidade de dinheiro.” (LUXEMBURG, 2008, p. 74-75, tradução nossa)

tendências econômicas internas do capitalismo, mas uma espécie de fotografia da situação econômica do momento: não as conexões entre as diversas classes e grupos econômicos, mas a situação absoluta dessa relação; não a importância da evolução capitalista para o socialismo e para o desenvolvimento da consciência de classe, mas a insuficiência numérica dos proletários, e principalmente dos socialistas (como se a causa socialista dependesse da obtenção da maioria numérica dos indivíduos para suas fileiras).

Bernstein thus travels in logical sequence from A to Z. He began by abandoning the final aim and supposedly keeping the movement. But as there can be no socialist movement without a socialist aim, he ends by renouncing the movement. (LUXEMBURG, 2008, p. 98)¹⁶.

Assim, para defender a “necessidade objetiva do socialismo”, que se basearia sobretudo na anarquia capitalista, Luxemburg mostra como Bernstein ao rejeitar a teoria do colapso é levado a rejeitar um por um os pilares do socialismo e da teoria de Marx. A militante revolucionária reafirma então que a teoria do colapso é “a pedra angular do socialismo científico”. Contudo, o sucesso da crítica de Luxemburg apenas conseguiu denunciar o fato de que os argumentos de Bernstein não suportam sua rejeição da teoria do colapso e se desviam dos pressupostos de uma análise marxista. Uma construção própria e mais rigorosa sobre o colapso, no entanto, permaneceram faltando.

2.4 LIÇÕES DO PRIMEIRO CONFRONTO

Além de Rosa Luxemburg e Kautsky, Heinrich Cunow já havia respondido às teses de Bernstein na mesma revista em que a polêmica fora levantada. Seu artigo *Zur Zusammenbruchstheorie* (*Contribuição à Teoria do Colapso* – publicado em 1898-1899) é significativo como documentação da resposta da ala “ortodoxa” da social-democracia a Bernstein. Ao contrário de Kautsky, Cunow não nega a existência de uma teoria do colapso em Marx e Engels. Ele a defende precisamente nos mesmos termos em que Bernstein a coloca. O desenvolvimento do capitalismo levaria a uma crise final inevitável da qual adviria a tomada de poder pelo proletariado. Ainda que não se pudesse prever se essa crise viria por meio da guerra ou do inevitável estancamento econômico, o colapso é certo: “[...] somente

¹⁶ “Bernstein, assim, viaja em sequência lógica de A a Z. Ele inicia abandonando o objetivo final e supostamente mantendo o movimento. Mas como não pode haver movimento socialista sem objetivo socialista, ele termina renunciando ao movimento.” (LUXEMBURG, 2008, p. 98, tradução nossa).

puede ser dudoso por cuanto tiempo todavía la forma de producción capitalista se mantendrá en cada país y en qué circunstancias tendrá lugar el derrumbe.” (CUNOW, 1985, p. 170)¹⁷.

Para Cunow (1985), o erro fundamental de Bernstein seria sua “falta de perspectiva histórica”, isto é, ele teria tomado por definitivas as condições que encontrou à sua época e que se baseavam na hegemonia da Inglaterra sobre os mercados externos. Mas esse momento estaria chegando ao fim: com o declínio do monopólio inglês e a entrada no mercado mundial de novos concorrentes (especialmente a Alemanha e os EUA), estaria se aproximando o esgotamento do mercado mundial.

Tal pensamento, característico da reação ortodoxa ao revisionismo carecia de qualquer aprofundamento teórico. Como observou Colletti:

En cuanto al contenido económico cabal y concreto del discurso de Cunow, parece reducirse tal cual se observó, a uma inmadura teoría del “déficit de mercados” que podría encontrar apoyo en ciertos escritos de divulgación de Engels, pero que no tiene fundamento alguno en la obra de Marx. (COLLETTI, 1985, p. 164)¹⁸

Da mesma forma Kautsky, apesar de rejeitar o termo “colapso” e a ideia de uma tal teoria, claramente esposa as teses que Bernstein atribui à “teoria do colapso” e as defende com base em uma concepção igualmente rudimentar sobre a expansão ilimitada das forças produtivas em oposição aos limites do mercado mundial. Mesmo Rosa Luxemburgo pouco avança em relação à simples defesa da ideia da anarquia do modo de produção capitalista. Conforme afirmam corretamente Howard e King:

There is nothing in this early polemic that would qualify as a *theory* of crisis, for which slogans about the anarchy of capitalist production or the contradiction between production and consumption are a poor substitute. (HOWARD; KING, 1989, p. 79)¹⁹

Tampouco as proposições sobre a inevitabilidade do colapso se qualificariam como uma teoria propriamente dita. Assim, a construção de uma teoria do colapso capitalista em bases mais aprofundadas permaneceu uma tarefa por fazer na mesma medida em que ainda permanecia por construir uma teoria da crise. Essa tarefa dupla foi enfrentada no segundo confronto da controvérsia do colapso, levantado pela obra de Tugan-Baranowsky, conforme se verá a seguir.

¹⁷ “[...] só pode haver dúvida sobre por quanto tempo ainda a forma de produção capitalista se manterá em cada país, e em que circunstâncias ocorrerá o colapso.” (COLLETTI, 1985, p. 164, tradução nossa).

¹⁸ “Quanto ao conteúdo econômico, cabal e concreto, do discurso de Cunow, este parece reduzir-se, como se observou, a uma teoria imatura do ‘déficit de mercados’, que poderia encontrar apoio em certos escritos de divulgação de Engels, mas que não tem qualquer fundamento na obra de Marx.” (tradução nossa)

¹⁹ “Não há nada nesta polêmica inicial que se poderia qualificar como uma *teoria* da crise, para a qual slogans sobre a anarquia da produção capitalista ou sobre a contradição entre produção e consumo são um pobre substituto.” (HOWARD; KING, 1989, p. 79, tradução nossa).

Com Kautsky à frente, o combate ao revisionismo foi levado adiante no SPD pelos anos seguintes, e a crítica de Luxemburgo obteve grande prestígio. As teses de Bernstein foram rejeitadas em sucessivos congressos do partido, em 1889, 1901, 1903 e 1904 (SCOTT, 2008, p. 39). Mas essa vitória “oficial” encobria o fato de que Bernstein tinha razão em clamar que seu posicionamento teórico simplesmente estava de acordo com a prática do partido. A controvérsia revisionista evidencia não apenas o descompasso entre a retórica revolucionária da Social Democracia Alemã e a forma como ela era obrigada a agir na prática, mas também que sua ação fora teoricamente direcionada para a preparação de uma sociedade futura que ainda não existia mas da qual a teoria pregava a certeza de sua proximidade. O caminho até a nova sociedade, contudo, era completamente negligenciado nessa ansiedade “revolucionária”.

3 SEGUNDO CONFRONTO: O DEBATE SOBRE A REPRODUÇÃO

O segundo momento da controvérsia do colapso inicia-se ainda em meio à polêmica revisionista e aos embates no SPD, mas promove um deslocamento tanto teórico como geográfico. Se inicialmente o debate revisionista estava circunscrito aos círculos intelectuais da Social Democracia Alemã, o segundo confronto incorpora o debate que ocorria na Rússia, e dá à controvérsia um caráter marcadamente bi-nacional. Se as formulações iniciais sobre o colapso baseavam-se meramente numa visão difusa sobre a anarquia capitalista, faltando um tratamento sistemático e analiticamente rigoroso, no segundo confronto foi necessário desenvolver uma verdadeira teoria das crises e do colapso. A teoria do subconsumo, explicação marxista para as crises mais aceita embora pouco desenvolvida, foi elaborada explicitamente nesse sentido, como resposta à concorrente “teoria da desproporção”. O debate, que antes tinha um conteúdo predominantemente político, apoiado na teoria econômica apenas de forma muito rudimentar, passa a um nível de abstração maior e mais rigoroso, especificando os pressupostos econômicos de cada posicionamento político. Principalmente, o debate volta-se à teoria de Marx, mais especificamente aos seus esquemas de reprodução do segundo livro de O Capital.

3.1 A ORTODOXIA SUBCOSUMISTA

A defesa da ortodoxia marxista contra o revisionismo era sustentada pela reafirmação do caráter anárquico do capitalismo. A embrionária teoria da crise que surgiu do embate advinha da ideia, retirada de Engels, de que o crescimento ilimitado das forças produtivas colidia periodicamente com os limites estritos do mercado, incorrendo em uma crise (CLARKE, 1994). A Social-Democracia Alemã esposava a ideia, mas a relacionava à teoria do subconsumo. O subconsumo, que em fins do século XIX já era “a explicação mais popular” para as crises dentro do marxismo, tornou-se uma espécie de teoria oficial da Segunda Internacional e uma arma contra o revisionismo. É importante lembrar que Kautsky (2000) havia distinguido entre as crises como parte do funcionamento cíclico do capitalismo e a tendência ao agravamento das crises e à “superprodução crônica” que levaria o capitalismo ao seu limite. O subconsumo, ao propiciar uma explicação para os dois fenômenos torna-se assim mais do que uma teoria de crise, uma verdadeira teoria do colapso.

A mais completa exposição dessa teoria e da visão “oficial” do SPD foi dada por Kautsky em seu artigo sobre as Teorias das Crises (*Krisentheorien*) em 1902. O artigo analisa

as crises periódicas, uma “criatura do século XIX”, que teriam se sucedido em ciclos a partir de 1825. O argumento segue uma linha clara. A crise é consequência da superprodução. Superprodução significa produção que excede as exigências do mercado, ou seja, que excede a demanda amparada em dinheiro (e não a capacidade absoluta de consumo da sociedade). Tal estado ocorre sempre que a totalidade do dinheiro não seja utilizada para comprar a totalidade da produção, decorrendo em crise. A superprodução, assim, pode ter várias causas. Contudo, a recorrência das crises no capitalismo encontra uma causa *última*: o subconsumo das massas. A depressão do consumo das massas, devido às próprias condições do proletariado, faz com que o nível do consumo social permaneça recorrentemente abaixo da produção, e a crise, que antes era um fenômeno fortuito, com o desenvolvimento do capitalismo torna-se uma necessidade periódica (KAUTSKY, 1985). O subconsumo não aparece como a “causa direta” das crises, enquanto as causas imediatas das crises são determinadas no mercado mundial, mas como a “causa última” (KAUTSKY, 1985, p. 210).

Mesmo numa sociedade produtora de mercadorias, no entanto, o subconsumo pode não resultar em crise se a redução do consumo das massas trabalhadoras for compensada pelo consumo das classes dominantes. Kautsky (1985) responde a isso lembrando características da acumulação capitalista. Nela, já não se produz para o consumo, mas para o mercado, e a concorrência é generalizada. Para triunfar na concorrência, o capitalista é levado ao constante aperfeiçoamento do processo de produção, introduzindo maquinaria nova e elevando a produtividade do trabalho, o que aumenta o montante de capital necessário. O capitalista, então, precisa *poupar* parte de sua renda para o incremento necessário de seu capital, de modo que seu consumo não compensa a queda no consumo dos trabalhadores. Por outro lado, o desenvolvimento da produtividade, faz crescer cada vez mais o volume de bens de consumo produzidos. Daí a tendência constante à superprodução na sociedade capitalista.

Em resumo, no capitalismo os trabalhadores não consomem tudo o que produzem, pois parte do excedente é apropriada pelos capitalistas. Estes, por sua vez, não consomem toda a parte que apropriaram porque precisam poupar para investir e ampliar a produção. Dessa forma o consumo social dos trabalhadores e capitalistas fica sempre aquém do volume produzido. Segue-se daí que, se o mercado para os bens de consumo produzidos não cresce ao mesmo ritmo da produtividade capitalista, é necessário sempre encontrar mercados externos em locais ou setores onde o capitalismo não se encontra plenamente desenvolvido. Como esses mercados não possuem, nem de perto, a mesma elasticidade que a produção capitalista, eles são passageiros e esgotam-se rápido, de modo que, cedo ou tarde, estala a crise inevitável (KAUTSKY, 1985). Nas palavras de Kautsky (1985, p. 210): “Ésta es, punto por punto, la

teoría de las crisis elaborada por Marx y aceptada, por cuanto conocemos, por todos los marxistas ‘ortodoxos’.”²⁰

Kautsky, apesar de manter sua posição anterior de que inexistiria em Marx uma teoria do colapso, continua sustentando a inevitabilidade do fim do capitalismo com base no agravamento das crises e na tendência à superprodução crônica, desta vez explicitamente desenvolvida sobre os fundamentos subconsumistas. Mantém ainda a crença na proximidade do momento em que o mercado mundial se esgotará, sendo impossível que ele se expanda mais rapidamente que as forças produtivas, e levará a superprodução a todas as nações industriais. Nesse estágio de “depressão crônica” a situação da grande massa da população “se torna absolutamente insuportável” e esta precisa buscar a “saída para a miséria generalizada” no socialismo (KAUTSKY, 1985, p. 232).

Esta é a teoria que sustentou a ortodoxia marxista durante a Segunda Internacional, ao mesmo tempo uma teoria da crise e do colapso baseada no subconsumo. Teoria que posteriormente seria formalizada por Rosa Luxemburg. De forma um tanto surpreendente, contudo, Kautsky torna supérflua sua própria garantia da inevitabilidade do colapso poucas linhas depois de afirmá-la:

Considero esta disyuntiva [o colapso] como inevitable, si el desarrollo económico se verifica como hasta ahora, pero confío em que la victoria del proletariado se produzca a tiempo para darle al desarrollo outra dirección, antes de que la disyuntiva en cuestión tenga lugar para que sea posible afrontarla. (KAUTSKY, 1985, p. 232-233)²¹

Ao defender a inevitabilidade de uma situação que ele próprio não acredita que acontecerá, pois a revolução proletária virá primeiro, Kautsky dissocia a defesa do colapso da atuação prática na luta de classes. Ao fazer isso demonstra, ao mesmo tempo, o quanto a teoria do colapso era um mero expediente ideológico para a social-democracia, e o quanto a prática de seu partido encontrava-se dissociada da sua própria teoria. Dessa vez, no entanto, a teoria ortodoxa da social-democracia alemã encontrava um desafio muito mais elaborado do que o de Bernstein, e que se amparava teoricamente no próprio Marx, na análise do processo de reprodução do capital.

²⁰ “Esta é, ponto por ponto, a teoria das crises elaborada por Marx e aceita, pelo que conhecemos, por todos os marxistas ‘ortodoxos’.” (KAUTSKY, 1985, p. 210, tradução nossa)

²¹ “Considero esta disjuntiva [o colapso] como inevitável, se o desenvolvimento econômico se verificar como ocorreu até agora, mas confio que a vitória do proletariado se produza a tempo para dar ao desenvolvimento outra direção, antes que a disjuntiva em questão ocorra para que seja possível enfrentá-la.” (KAUTSKY, 1985, p. 232-233, tradução nossa).

3.2 TUGAN-BARANOWSKY E OS ESQUEMAS DE REPRODUÇÃO

A análise do processo de produção e circulação do ponto de vista global deve sua primeira formulação ao economista fisiocrata François Quesnay em seu *Tableau Économique*. O quadro desenvolvido por Quesnay têm por objetivo demonstrar como a renda e o produto material fluem através dos diferentes setores da economia. Marx, nesse aspecto herdeiro da análise de Quesnay, posteriormente desenvolveu o modelo no livro II de O Capital, criando seus famosos “esquemas de reprodução do capital”. E são precisamente esses esquemas matemáticos de Marx que o economista russo Tugan-Baranowsky usou para desacreditar a teoria do subconsumo.

Como visto, a teoria do subconsumo parte de uma proposição simples: os trabalhadores produzem uma dada quantidade de produto, mas consomem apenas uma parcela desta. A outra parcela do valor gerado, que é apropriada pelos capitalistas, a mais-valia, não é inteiramente consumida por estes, por que os capitalistas precisam poupar parte da sua renda para ampliar seu capital (investir). Sobra assim uma parcela do produto que não encontra demanda, ou seja, uma parcela sobre-produzida. O uso dos esquemas de reprodução por Tugan-Baranowsky visam exatamente demonstrar como o sistema capitalista, por sua própria ampliação, gera dentro de si o mercado para a parcela excedente do produto, refutando assim qualquer explicação sobre as crises e o fim do capitalismo por meio de uma tendência ao subconsumo.

Poucas obras econômicas tiveram tamanha repercussão dentro do marxismo como os Estudos sobre a Teoria e História das Crises Comerciais na Inglaterra (*Studien zur Theorie und Geschichte der Handelskrisen in England*), publicados em 1894 na Rússia e em alemão, pela primeira vez, em 1901, em pleno auge da controvérsia revisionista. O furor causado deve-se ao fato de que a prova de Tugan contra uma teoria subconsumista da crise assenta-se em equações matemáticas formalmente incontestáveis, o que forçou os marxistas a discutirem com maior rigor analítico a reprodução capitalista. Após a torrente de críticas ao seu livro, Tugan publica em 1905 uma nova obra intitulada Fundamentos Teóricos do Marxismo (*Theoretische Grundlagen des Marxismus*), na qual defende sua posição e trata explicitamente da problemática do colapso. Juntos, os dois textos são um ataque frontal definitivo à teoria do colapso baseada no subconsumo.

O objetivo de Tugan é demonstrar a falsidade da tese, “universalmente aceita pela ciência econômica de hoje”, de que a produção social deve necessariamente coincidir com o consumo social, para que não haja crise (TUGAN-BARANOWSKY, 1985b, p. 248). Para

tanto, Tugan inicia reconhecendo que o objetivo da produção capitalista não é o consumo, a satisfação das necessidades sociais, mas a obtenção de lucro (TUGAN-BARANOWSKY, 1985a). O emprego de trabalhadores assim como de meios de produção obedece unicamente ao propósito da busca pelo lucro, de forma que o consumo dos trabalhadores só é levado em conta como meio para manter a produção. Numa economia como essa, em que os trabalhadores são constantemente substituídos por meios de produção e o consumo da classe capitalista abrange apenas uma parte do produto, não faltaria mercado para a produção crescente? Os esquemas de reprodução de Marx respondem inequivocamente que não.

Para estudar o modo como o capital social total se reproduz, Marx divide a economia em dois departamentos, conforme o tipo de mercadoria produzida: bens de consumo ou meios de produção. O produto de cada departamento, por sua vez, repõe o valor do capital constante (c) utilizado para a compra de meios de produção, repõe o valor do capital variável (v) utilizado para a contratação da força de trabalho necessária, e contém uma mais-valia (m) apropriada pelos capitalistas do respectivo departamento. Assim, esquematicamente:

Departamento I. (meios de produção): $c1 + v1 + m1$

Departamento II. (meios de consumo): $c2 + v2 + m2$

Tugan (1985a), por sua vez, utiliza um modelo modificado com três setores, dividindo o departamento II: o setor I produz meios de produção, o setor II meios de consumo destinados ao consumo dos trabalhadores, e o setor III meios de consumo destinados aos capitalistas. A economia encontra-se em equilíbrio quando a oferta total de mercadorias coincide com a sua demanda. Um esquema de reprodução simples pode demonstrar as condições sob as quais isso acontece: a produção do setor I deve igualar o valor despendido em capital constante em todos os setores ($c1 + c2 + c3$), a produção do setor II deve igualar a soma do valor pago aos trabalhadores ($v1 + v2 + v3$) e a produção do setor III deve igualar a mais-valia produzida, que se converterá em consumo dos capitalistas ($m1 + m2 + m3$). Tugan (1985a) dá o seguinte exemplo:

Esquema numérico I²²:
Reprodução Simples - em milhões de marcos
(Tugan-Baranowsky, 1985a)

²² Os índices c, v e m são utilizados aqui para facilitar a exposição. Tugan (1985a) não utiliza a terminologia habitual de Marx, por “não estar situado no terreno da teoria da mais-valia”, preferindo falar de “valor dos meios de produção, salários e lucros”, mas que para todos os fins práticos do esquema têm a mesma função.

- I. $720c + 360v + 360m = 1440$ (em meios de produção)
- II. $360c + 180v + 180m = 720$ (em meios de consumo dos trabalhadores)
- III. $360c + 180v + 180m = 720$ (em meios de consumo dos capitalistas)

Esse esquema de reprodução simples (em que toda a mais-valia é consumida) reflete a condição de equilíbrio entre oferta e demanda agregadas: a soma dos salários compra os meios de consumo dos trabalhadores (720), os lucros compram o total dos meios de consumo dos capitalistas (720) e os meios de produção criados têm exatamente o valor necessário para sua reposição (1440), mantendo o processo em escala constante.

Mas é uma característica da economia capitalista, reconhecida tanto por Marx como pelos subconsumistas, que a reprodução ocorra em escala ampliada, de forma que o capitalista não consome toda sua renda, sendo obrigado pela concorrência a capitalizar parte dela para expandir sua produção, comprando força de trabalho e meios de produção adicionais. Nesse caso, não faltaria demanda para os bens de consumo produzidos e que seriam adquiridos pelos capitalistas? Para demonstrar o equívoco dessa ideia, Tugan apresenta um esquema de reprodução ampliada em que os capitalistas acumulam (reinvestem) a cada ano metade da mais-valia, sendo a outra metade consumida. Para que não sobrem bens de consumo sem vender e não falem os meios de produção necessários para a expansão posterior, os capitalistas precisam então modificar a distribuição da produção social (TUGAN-BARANOWSKY, 1985a). A produção total permanece a mesma (2880 milhões de marcos), mas parte do capital que antes produzia bens de consumo para os capitalistas, agora deverá ser aplicado na produção de novos meios de produção e de mais meios de consumo para os novos trabalhadores. O argumento, óbvio quando se diferencia a demanda por bens de consumo e por meios de produção, como faz Tugan (e Marx), é de que a redução da demanda por bens de consumo devido à acumulação capitalista é compensada pela demanda por meios de produção, de modo que não haveria possibilidade de crise tão logo o investimento fluísse na devida proporção do setor produtor de bens de consumo para o setor produtor de meios de produção, acompanhando a demanda.

O primeiro exemplo de reprodução ampliada de Tugan, contudo, não prova exatamente o que ele pretende. Kautsky critica suas conclusões afirmando que elas não se deduzem dos esquemas apresentados. Pois a partir do segundo ano da reprodução ampliada, o que o exemplo mostra é que a produção de bens de consumo, e assim o próprio consumo,

deve crescer *exatamente na mesma proporção* que a produção de meios de produção²³ (KAUTSKY, 1985).

Levando em consideração a objeção, Tugan (1985b) apresenta em resposta um novo esquema para demonstrar que sua conclusão é válida mesmo sob as hipóteses mais desfavoráveis à sua teoria: acumulação de capital com queda constante nos salários e sem aumento no consumo dos capitalistas, ou seja, sob uma redução absoluta no consumo social. Assim, o modelo é construído assumindo que: i) o salário diminui de valor todos os anos em 25%; ii) o consumo dos capitalistas é constante; iii) no primeiro ano, ¼ do lucro é acumulado, enquanto nos anos seguintes se acumula uma parcela cada vez maior (já que o consumo capitalista é constante). O exemplo de equilíbrio nessas condições é o seguinte:

Esquema numérico II:
Reprodução ampliada – acumulação de capital
(Tugan-Branowsky, 1985b)

1º Ano (em milhões de marcos)

$$\begin{aligned} \text{I. } & 1632c + 544v + 544m = 2720 \\ \text{II. } & 409c + 136v + 136m = 680 \\ \text{III. } & 360c + 120v + 120m = 600 \end{aligned}$$

2º Ano

$$\begin{aligned} \text{I. } & 1987,4c + 496,8v + 828,1m = 3312,3 \\ \text{II. } & 372,6c + 93,2v + 155,2m = 621 \\ \text{III. } & 360c + 90v + 150m = 600 \end{aligned}$$

3º Ano

$$\begin{aligned} \text{I. } & 2585,4c + 484,6v + 1239m = 4309 \\ \text{II. } & 366,9c + 68,9v + 175,5m = 611,3 \\ \text{III. } & 360c + 67,5v + 175,5m = 600 \end{aligned}$$

Nesse exemplo, não apenas os meios de produção adquirem uma importância cada vez maior relativamente aos meios de consumo, como o consumo decresce de forma absoluta continuamente. Não obstante a redução do consumo social e o aumento da produção, a oferta e a demanda agregadas permanecem em equilíbrio:

²³ De fato, no exemplo de Tugan, a partir do segundo ano todos os setores crescem a uma taxa anual constante de aproximadamente 16,7% (ver TUGAN-BARANOWSKY, 1985a, p. 266).

Este esquema está destinado a mostrar de qué manera debe distribuirse la producción para que, a pesar del descenso del consumo social y de la rápida expansión de la producción social, no resulte un producto excedente imposible de vender. (TUGAN-BARANOWSKY, 1985b, p. 254)²⁴

A produção ampliada de cada ano fornece a demanda para os produtos do ano anterior. Por exemplo, no segundo ano a acumulação dos capitalistas e a reposição do capital constante (Ic + IIc + IIIc) compram toda a produção de meios de produção do primeiro ano (2720 milhões de marcos); os salários dos trabalhadores do segundo ano (Iv + IIv + IIIv = 680 milhões de marcos) compram todos os meios de consumo dos trabalhadores produzidos no primeiro ano; e os lucros retidos para o consumo improdutivo dos capitalistas (constante) compram toda a produção de bens de consumo para essa classe do ano anterior (600 milhões de marcos), enquanto o restante do lucro é acumulado em proporção crescente. Assim, o processo de valorização pode prosseguir sem a menor perturbação²⁵.

O esquema apresentado é certamente um caso extremo no qual a ampliação da produção é completamente puxada pelo setor produtor de meios de produção e no qual o consumo social se reduz de forma absoluta. Mas ele serve para demonstra um princípio muito simples e no qual se baseiam todas as conclusões extremas de Tugan: de que uma queda na demanda por bens de consumo pode simplesmente ser compensada por um aumento na demanda por meios de produção, e que essa é a tendência do capitalismo quando se considera o avanço técnico e o crescimento da composição orgânica. Esse mesmo princípio óbvio da produção capitalista, quando levado ao seu extremo, permite as conclusões polêmicas que renderam a enorme controvérsia em torno de sua obra:

Los esquemas citados debían probar hasta la evidencia un principio, muy sencillo en sí mismo, pero que en caso de una comprensión insuficiente del proceso de la reproducción del capital social despierta fácilmente objeciones: el principio de que la producción capitalista se crea un mercado para sí misma. (TUGAN-BARANOWSKY, 1985a, p. 269)²⁶

Essa conclusão motivou a acusação de que no fundo da teoria de Tugan se encontra o mesmo “equilíbrio metafísico entre comprador e vendedor” de James Mill ou a “lei de Say”,

²⁴ “Este esquema se destina a mostrar de que maneira deve ser distribuída a produção para que, apesar da diminuição do consumo social e da rápida expansão da produção social, não haja um produto excedente impossível de vender.” (TUGAN-BARANOWSKY, 1985b, p. 254, tradução nossa)

²⁵ Tugan observa que ocorre uma migração dos capitais dos ramos II e III para o ramo I, o que permite que não haja déficit nas trocas entre esses setores, uma vez que a demanda de bens de consumo dos operários e capitalistas da seção I no segundo ano (496,8 + 408 = 904,8) é maior que sua venda para as seções II e III (732,6).

²⁶ “Os esquemas citados deviam provar, sem sombra de dúvida, um princípio muito simples em si mesmo, mas que, em caso de uma compreensão insuficiente do processo de reprodução do capital social, desperta facilmente objeções: o princípio de que a produção capitalista cria um mercado para si mesma.” (TUGAN-BARANOWSKY, 1985a, p. 269, tradução nossa)

que afirmava que toda produção cria sua própria demanda. Opinião que Colletti (1985) compartilha com Rosdolsky. Por sua vez, Sweezy (1983, p. 135-136) considera o argumento de Tugan “tautológico”, pois o esquema matemático que provaria o equilíbrio entre oferta e demanda é obtido supondo-se esse equilíbrio. Tais críticas certamente erram o alvo porque o objetivo de Tugan é precisamente demonstrar que a condição de equilíbrio (pressuposta) não depende do nível de consumo, mas do investimento. Mesmo a objeção de Kautsky, que citamos anteriormente, quanto aos esquemas matemáticos, passa longe do ponto crucial: os esquemas não mostram a mera possibilidade de que a lacuna do consumo seja coberta pela demanda por meios de produção, mas principalmente que, no capitalismo, o que determina a produção e o consumo é a acumulação, de modo que o investimento dirige tanto a oferta como a demanda e a crise só pode surgir devido à sua insuficiência relativa²⁷.

Desse modo, se o investimento for efetuado nas corretas proporções, o capitalismo poderia se expandir ilimitadamente sem que o consumo restrito represente qualquer barreira, mesmo sob a hipótese extrema de que restasse apenas um trabalhador para pôr em movimento toda a gigantesca massa dos meios de produção. Pois, afirma Tugan (1985a, p. 269-270), “[...] en la economía capitalista la demanda de mercancías es independiente, en cierto sentido, del volumen total del consumo social”²⁸. O objetivo da produção capitalista é o “crescimento do próprio capital”, a produção pela produção. E Tugan admite essa conclusão “por absurdo que pareça” do ponto de vista do “senso comum”.

A intelectualidade marxista não poupou críticas à visão de Tugan, mas a resposta subconsumista foi pouco além de uma indignação generalizada com a ideia da produção como “fim em si mesma” e de reafirmar da importância do consumo como fator dirigente da produção. Assim, Kautsky assegura que o consumo dos meios de produção serve apenas ao propósito de produzir meios de consumo (sem admitir a possibilidade de que esses meios de produção sejam utilizados para produzir outros meios de produção) e que a sociedade permanece sendo uma sociedade humana e jamais será uma sociedade de máquinas, em alusão ao exemplo extremo de Tugan. Posto isso, conclui que: “a produção é e segue sendo produção para o consumo humano” (KAUTSKY, 1985, p. 220-221, tradução nossa).

Mesmo o revisionista Conrad Schmidt rejeitou a teoria de Tugan e defendeu o subconsumo como causa das crises. Também para Schmidt (1985), a demanda de meios de produção (“demanda relativa”) seria dependente da demanda por bens de consumo (“demanda

²⁷ Pode-se dizer, então, que o uso de Tugan dos esquemas de reprodução de Marx, abre o caminho para um tratamento marxista do problema da demanda efetiva.

²⁸ “[...] na economia capitalista, a demanda por mercadorias é independente, em certo sentido, do volume total do consumo social.” (TUGAN, 1985a, p. 269-270, tradução nossa).

definitiva”): a primeira existiria exclusivamente para servir, direta ou indiretamente, como meio na produção de bens de consumo, pois mesmo a produção de meios de produção para o departamento I (ou seja, meios de produção para produzir mais meios de produção), só teria demanda caso os produtos finais desse departamento servirem como meios para a produção de bens de consumo. Argumento semelhante se encontra nas críticas dos demais marxistas, como Boudin, Rosa Luxemburgo e Bukharin (SWEEZY, 1983). Nenhum dos críticos, no entanto, apresentou qualquer argumento consistente para a necessidade do consumo como fim único da produção.

Não surpreende, então, a enorme influência que a obra de Tugan-Baranowsky teve no marxismo de sua época. Mas se na social-democracia alemã ela foi combatida, principalmente pela ala “revolucionária”, entre os revolucionários russos, Lênin e Bulgakóv à frente, ela foi usada como arma contra os populistas que pregavam a impossibilidade do desenvolvimento capitalista na Rússia, dado o baixíssimo nível de consumo da população. Também entre os chamados “austromarxistas”, como Hilferding e Otto Bauer, o uso dos esquemas de reprodução por Tugan foi bastante influente no desenvolvimento de suas respectivas teorias da crise.

Certamente a perspectiva extrema de Tugan sobre a cisão entre produção e consumo deve ser lida, por assim dizer, *cum grano salis*, algo que Lênin compreendia perfeitamente. Mas exatamente por isso, o núcleo de seu argumento e sua conclusão permanecem corretos: “La teoría económico-política correcta sólo puede predecir una cosa (aunque con total certeza): que el capitalismo no se derrumbará, en todo caso, por falta de mercados”. (TUGAN-BARANOWSKY, 1985b, p. 256)²⁹

Obviamente essa afirmação de Tugan só é válida para a alegação de que a falta de mercados, e assim o colapso, é resultado inevitável do subconsumo das massas trabalhadoras. Contestável, por outro lado, é a conclusão de Tugan sobre qual então seria a causa do fim do capitalismo. Tendo abandonado a teoria do colapso econômico, Tugan não vê alternativa senão seguir o caminho de Bernstein e postular a necessidade do socialismo em um fim ético. Tendo rejeitado de pronto qualquer situação econômica que faça explodir o capitalismo, Tugan vê o fim do sistema como resultado de uma contradição entre economia e ética: mais precisamente, uma contradição “fatal” entre a sujeição do trabalhador sob o capitalismo e a “norma ética” de Kant. Enquanto o capitalismo transforma o homem em mero meio, a ética

²⁹ “A teoria econômico-política correta só pode prever uma coisa (ainda que com toda certeza): que em todo caso o capitalismo não colapsará por falta de mercados.” (TUGAN-BARANOWSKY, 1985b, p. 256, tradução nossa)

kantiana difunde o conceito jurídico de que o homem é um fim em si. Essa contradição é sentida pelos trabalhadores que, em número suficiente, devem derrubar o sistema e impor o direito humano “natural” (TUGAN-BARANOWSKY, 1985b). Nada disso, naturalmente, segue dos esquemas de reprodução ou do restante da análise de Tugan.

3.3 ANARQUIA DA PRODUÇÃO E A TEORIA DA DESPROPORÇÃO

Os esquemas de reprodução serviram para a rejeição da teoria do subconsumo por Tugan-Baranowsky. Mas sua própria teoria da crise é bem diversa do “equilíbrio metafísico” da escola clássica. Ela abriu o caminho para o que se convencionou chamar de teoria das crises por desproporção, que atribuiria a causa das crises unicamente à anarquia da produção capitalista, à falta de planejamento.

Se as equações apresentadas por Tugan demonstram a proporção necessária que deve ser alcançada pela produção dos diferentes setores para que a acumulação possa seguir ilimitadamente, elas também demonstram a condição para que a acumulação seja detida e ocorra uma crise, basta que não sejam obtidas exatamente as corretas proporções. E dada a falta de planejamento que impera na concorrência capitalista, é fácil admitir que a ocorrência de desproporções é bastante provável. Mas Tugan vai além da probabilidade das crises e apresenta uma explicação mais concreta sobre a causa da inevitabilidade das crises e de seu movimento cíclico. Como um sistema antagônico em que a produção para satisfazer necessidades humanas é invertida e transformada em mero meio da auto-valorização do capital, o capitalismo leva o desenvolvimento da produtividade ao máximo, racionalizando e organizando a produção ao nível do empreendimento individual, o que choca-se com a anarquia a nível global do capitalismo, contradição da qual emanam as crises (TUGAN-BARANOWSKY, 1985a). A produção pela produção leva a oferta a crescer sempre a frente da demanda. O novo investimento precisa então ser direcionado na proporção correta aos ramos de produção (e nem sempre no mesmo ramo em que se originou) para que se alcance uma proporção balanceada, do contrário uma superprodução parcial facilmente levaria a uma superprodução geral. Devido à falta de planificação da economia capitalista, no entanto, esse direcionamento proporcional do novo investimento é extremamente difícil de alcançar: como nem todos os capitais podem ser investido nos respectivos ramos, pelas exigências da proporcionalidade, uma massa crescente de capitais “livres” se acumulam nos países mais

desenvolvidos e encontram enorme dificuldade em serem investidos produtivamente (TUGAN-BARANOWSKY, 1985a)³⁰.

Como explica Colacchio (1998), a teoria das crises de Tugan é principalmente uma teoria dos ciclos econômicos, na qual a “chave explicativa das flutuações industriais” encontra-se na discrepância entre a formação regular de um *capital líquido emprestável* e sua conversão irregular em *capital produtivo*. O desenvolvimento do crédito intensifica as oscilações. O ciclo tem sua fase de estagnação quando o capital excedente se acumula pressionando as taxas de juros para baixo e os preços ainda encontram-se baixos. O capital assim é pressionado a buscar investimentos produtivos e flui particularmente para os ramos produtores de meios de produção, acelerando o investimento em capital fixo e projetando a economia para a fase ascendente do ciclo. Com ajuda do crédito, a demanda cresce mais rápido que a oferta, os preços sobem e aumenta a especulação comercial e financeira. Quando os capitais emprestáveis vão se escasseando, e a taxa de juros começa a subir até que aqueles sejam exauridos, ocorre a quebra financeira. A crise financeira precede a crise industrial quando a conversão em capital produtivo se detém. As crises permanecem, assim, crises de desproporção, geradas pela retração no investimento produtivo nos ramos produtores de meios de produção, quando a superprodução parcial quebra a proporcionalidade e se torna superprodução geral.

Colacchio (1998) nota uma incongruência entre essa visão e a ideia de uma “teoria da crise de desproporção”: se a desproporção é claramente um elemento condicionante da crise, sua causa, no entanto, reside em outro lugar: no movimento do capital líquido emprestável. Mas independente de qual seja considerada a causa direta ou indireta da crise, é claro, para Tugan, que o movimento cíclico da economia capitalista é determinado pela acumulação. Assim, como bem percebe Colacchio, o que permanece faltando na descrição tuganiana das flutuações econômicas é uma análise dos determinantes do investimento, que conduziria às condições de valorização do capital e novamente às contribuições de Marx.

A análise dos determinantes do investimento, que no arcabouço marxiano certamente deveria levar à análise da taxa de lucro, permaneceu sem o devido tratamento pelos marxistas que criticaram ou desenvolveram a obra de Tugan. Por sua vez, o próprio Tugan (1985a, p.276) admitia como causa *indireta* das crises o subconsumo das massas, uma vez que quanto menor a proporção da renda destinada aos trabalhadores, maior a proporção de capitais excedentes que precisariam ser direcionados para os novos investimentos produtivos, e dessa

³⁰ Os esquemas de reprodução expostos na seção anterior já mostravam a transferência de capitais entre os diversos ramos como condição para alcançar a proporcionalidade (ver nota 25 acima).

forma maior a instabilidade do sistema. Esse enfoque, aliado ao tratamento de Tugan em relação ao crédito e a implicação de que as crises surgem unicamente da anarquia do investimento capitalista, permite de certo modo considerar sua visão como proto-keynesiana. E de fato a obra de Tugan teve grande influência em economistas que empreenderam a tentativa de mesclar Marx e Keynes, como Joan Robinson e Kalecki.

Por outro lado, as mesmas características fizeram a teoria da desproporção ser considerada entre os marxistas como reformista, principalmente por levarem à conclusão implícita de que se o investimento capitalista fosse corretamente direcionado, digamos, por meio do planejamento estatal, então as crises do capitalismo teriam fim, e o sistema poderia efetivamente prosseguir sem limites (SHAIKH, 1983).

Posteriormente, a teoria das crises de desproporção foi popularizada no marxismo pela contribuição de Rudolf Hilferding. Enquanto os críticos marxistas haviam se concentrado de início nos esquemas matemáticos de Tugan-Baranowsky, Hilferding leva adiante sua análise dos ciclos, desenvolvendo os aspectos relacionados ao crédito e ao capital financeiro (entendido como a junção entre o capital industrial e o capital bancário). Em *Capital Financeiro (Finanzkapital)*, Hilferding (1981) analisa as condições gerais para a ocorrência de crises. As três condições são enumeradas a seguir. I) O dinheiro como meio de pagamento, isto é, como um instrumento na cadeia de crédito, faz com que a quebra do circuito $M1 - D - M2$ ³¹ possa se transformar de um ato isolado que impede a venda da mercadoria $M2$ em uma quebra geral da cadeia de pagamentos, transformando uma superprodução parcial em uma superprodução geral. II) A anarquia da produção capitalista que surge conforme a produção mercantil é generalizada pelo capitalismo. III) A separação entre a produção e o consumo, que gera uma contradição entre duas condições de realização³² das mercadorias: a expansão do consumo e do lucro: como no capitalismo a busca pelo lucro é decisiva, a compressão dos salários resultantes gera a “base estreita do consumo” que é condição para a crise. Assim, da mesma forma que em Tugan-Baranowsky, anarquia da produção e o subconsumo aparecem como condições da crise, mas o subconsumo é completamente rejeitado como explicação causal das crises, especialmente pelo caráter periódico das crises em contraposição ao caráter permanente do subconsumo como uma característica do capitalismo: “Least of all can the

³¹ Circuito da circulação mercantil simples: mercadoria ($M1$) é trocada por dinheiro (D), que posteriormente é trocado por outra mercadoria qualitativamente diferente ($M2$).

³² Condições de realização, em termos marxianos, significam as condições que permitem que as mercadorias sejam vendidas pelos seus respectivos preços de produção, e assim que o valor total contido nas mercadorias produzidas seja “realizado”. Em caso de superprodução geral, parte das mercadorias precisa ser vendida abaixo de seu preço de produção e parte simplesmente deixa de ser vendida, de modo que o valor total produzido pela economia não é realizado na circulação e emerge a crise.

periodic character of crises be explained in this way, since no periodic phenomenon can be explained by constant conditions”. (HILFERDING, 1981, p. 242).³³

Além disso, termos como “superprodução” ou “subconsumo” teriam pouca relevância explicativa, já que o único sentido econômico do termo subconsumo seria indicar que a sociedade está consumindo menos do que produziu, equivalente ao termo anverso superprodução (HILFERDING, 1981).

Certamente induzido pela leitura de Tugan, Hilferding discute os esquemas de reprodução de Marx para demonstrar as condições de realização das mercadorias, condições nas quais a circulação do capital pode prosseguir sem distúrbios. Seguindo fielmente Marx, Hilferding (1981) mostra que mesmo no caso da reprodução simples (em que toda a mais-valia é consumida, não havendo acumulação) uma crise pode ocorrer pela mera necessidade de reposição do capital fixo. Essa necessidade puramente técnica impõe certas proporções obrigatórias, no caso, entre o capital a ser renovado e o capital sendo depreciado, e entre o capital depreciado e o total do capital fixo, que dificilmente são observadas, gerando desproporções entre os departamentos. As flutuações do capital fixo, então, levam à necessidade de que os capitalistas mantenham constantemente uma reserva de capital em forma líquida (dinheiro) assim como em forma de estoques, incentivando principalmente uma constante superprodução relativa de capital fixo.

Mas Hilferding compreende que os esquemas de reprodução demonstram apenas a condição de equilíbrio, e assim sua análise permanece no âmbito das *condições* para a ocorrência da crise, e não das causas da crise. Eles simplesmente mostram que uma crise por “subconsumo” é tão possível quanto uma crise causada por um incremento muito rápido no consumo ou por uma produção insuficiente de bens de capital, caso as devidas proporções sejam perturbadas. No entanto, sua própria explicação para a recorrência das crises, como no caso de Tugan, se encontra em uma análise mais concreta do ciclo econômico. Apesar de ser considerado somente um teórico da desproporção, Hilferding oferece uma abordagem extremamente original ao mesclar a ocorrência das desproporções com a tendência à queda da taxa de lucro analisada por Marx. Hilferding inicia com um importante questionamento: o que mantém as complicadas relações de proporcionalidade, se estas são difíceis de obter? A resposta é o mecanismo de preços que atua como um fator regulador do mercado. Dessa forma, a causa das rupturas periódicas da proporcionalidade deve ser buscada nas distorções da estrutura de preços, que também devem ser periódicas. Como sob o capitalismo o que

³³ “Menos ainda pode o caráter periódico das crises ser explicado dessa forma, uma vez que nenhum fenômeno periódico pode ser explicado por condições constantes.” (HILFERDING, 1981, p. 242, tradução nossa)

importa é a relação entre o preço de mercado e o preço de custo, isto é, o lucro, o que dirige os investimentos, e assim as flutuações econômicas, é a lucratividade. E são os diferenciais de lucratividade entre os setores produtivos durante o ciclo que gera as distorções no mecanismo dos preços.

Todo ciclo, assinala Hilferding, inicia-se com a expansão da produção e o investimento em novo capital, que ocorre por razões históricas particulares (descoberta de novos mercados, novos ramos de produção, nova tecnologia, etc.). A demanda crescente para os ramos que se beneficiaram da expansão inicial faz aumentar os preços, e assim os lucros desses setores particulares. O aumento na produção desses setores incrementa a demanda por meios de produção, devido aos novos investimentos em capital fixo e à substituição do maquinário obsoleto. Isso leva a expansão a outros ramos da produção, até que os diferentes setores passam a impulsionar a demanda uns dos outros. Mas a situação progressivamente começa a se inverter:

But the very conditions which at first make for prosperity contain within themselves potentialities which gradually worsen the conditions for valorization, until finally a point is reached where the new capital investment ceases and there is an evident slump in sales. (HILFERDING, 1981, p. 259-260)³⁴

O que debilita progressivamente as condições de valorização é a lei enunciada por Marx da tendência à queda da taxa de lucro devido ao aumento da composição orgânica. A lei será discutida mais adiante, mas por ora é suficiente ter em conta que o investimento progressivamente maior em meios de produção em relação à força de trabalho, aumentando a composição orgânica do capital (relação entre o capital constante e o variável), segundo Marx, faz cair a taxa de lucro. Dessa forma, o novo investimento, mais intensivo em capital fixo e de maior produtividade, poupando força de trabalho, reflete o progresso tecnológico dos setores mais avançados, faz aumentar a composição orgânica e diminui a taxa de lucro até que cessa o investimento em novo capital. Com a contenção do investimento, a demanda se retrai e ocorre a queda nas vendas, gerando a crise. Crise que, segundo Hilferding, seria o “ponto no qual a taxa de lucro começa a cair”:

A crisis begins at the moment when the tendencies toward a falling rate of profit [...] prevail over the tendencies which have brought about increases in prices and profits, as a result of rising demand. (HILFERDING, 1981, p. 261)³⁵

³⁴ “Mas as próprias condições que a princípio contribuem para a prosperidade contêm, dentro de si, potencialidades que gradualmente pioram as condições de valorização, até que finalmente se alcança um ponto no qual o novo investimento de capital cessa e as vendas claramente despencam.” (HILFERDING, 1981, p. 259-260, tradução nossa)

³⁵ “Uma crise se inicia no momento em que as tendências para a queda da taxa de lucro [...] prevalecem sobre as tendências que geraram aumento dos preços e lucros como resultado da demanda crescente.” (HILFERDING, 1981, p. 261, tradução nossa)

No entanto, a passagem da queda na taxa de lucro para a crise em Hilferding, diferentemente dos marxistas que tratam a lei como base para uma teoria das crises, só é possível por engendrar distorções relativas de preços. O investimento a que Hilferding se refere como condição para a realização da produção não é o investimento total da economia, mas o investimento em determinados ramos produtivos, e o papel da lucratividade não é sustentar o nível de investimento, mas direcioná-lo aos ramos necessários. Se o crescimento dos preços na fase ascendente fosse uniforme (meramente nominal), então não haveria diferenciais de preços e lucratividade e as proporções seriam mantidas. Mas o crescimento não é uniforme, e os setores de maior composição orgânica tendem a ser tecnologicamente mais avançados e a gerar maiores lucros (especialmente o “lucro extra” pela inovação). Assim, o investimento flui em maior volume para esses setores, que em decorrência produzem um volume de oferta maior do que o devido, apresentando assim uma tendência recorrente ao sobre-investimento:

This disproportion becomes apparent when the volumes of the first sector reach the market. The sale of these new products is impeded because production in those sectors with a lower organic composition has not increased equally, or at the same speed, but more rapidly though less intensively. (HILFERDING, 1981, p. 263)³⁶

A existência de setores com alta composição orgânica, em especial altamente intensivos em capital fixo, com enorme plantas produtivas e grande escala de produção, além de gerarem diferenciais nos preços por distorcerem o mecanismo de ajuste, aumentam a intensidade flutuações porque dificultam a adaptação da produção (que se pode se expandir em grandes saltos) às flutuações do consumo. Assim, tais setores ampliam a intensidade da expansão e também da depressão. A conclusão final de Hilferding (1981, p. 266) é de que “[...] disproportional relations arise in the course of the business cycle from disturbances in the price structures.”³⁷

As transformações características da fase histórica do capitalismo analisada por Hilferding, que ele chama de capital financeiro, são em sua maioria as mesmas expostas pelo revisionista Bernstein. Mas ao contrário deste, Hilferding não crê em uma suavização das crises e das contradições capitalistas, permanecendo nisso ao lado de Kautsky e Rosa Luxemburgo. Se o desenvolvimento do crédito e da organização bancária junto ao crescente poder dos bancos sobre a indústria, segundo Hilferding (1981), reduziu o impacto das

³⁶ “Essa desproporção se torna aparente quando os volumes produzidos no primeiro setor atingem o mercado. A venda desses novos produtos é impedida porque a produção nos setores com menor composição orgânica não cresceu igualmente, ou à mesma velocidade, mas com maior rapidez embora com menos intensivamente.” (HILFERDING, 1981, p. 263, tradução nossa).

³⁷ “[...] relações desproporcionais surgem, no curso do ciclo de negócios, devido a distúrbios na estrutura de preços.” (HILFERDING, 1981, p. 266, tradução nossa).

restrições creditícias e passou a proteger contra a ocorrência de crises bancárias e monetárias, e também contra as bolhas financeiras, o mesmo não poderia ser dito das grandes crises comerciais e industriais. Ao contrário do que pregavam os revisionistas, a crescente monopolização não poderia eliminar as crises. Os cartéis restringem a competição num dado ramo de produção por meio da contenção do investimento. Assim conseguem evitar a baixa dos preços e auferem uma taxa de lucro superior à dos ramos competitivos, mas ao fazerem isso distorcem a estrutura de preços e agravam as desproporções. Pois a crise, lembra Hilferding (1981, p. 295), não é mera *superprodução de mercadorias*, mas *superprodução de capital*, o que significa que as condições de realização da produção (e do investimento) entram em contradição com as condições de valorização, de forma que a venda das mercadorias produzidas não gera um lucro suficiente para garantir a acumulação e expansão posterior. As vendas são paralisadas porque a acumulação cessou. Os cartéis não podem restringir a competição dos capitais entre os diferentes ramos produtivos, muito menos os efeitos da acumulação na estrutura de preços (e na lucratividade). Assim, tudo o que a cartelização pode fazer é “dirigir o principal fardo da crise para as indústrias não cartelizadas” (HILFERDING, 1981, p. 298). Mais importante, a restrição do investimento pelos cartéis mina as duas condições para a retomada da fase de prosperidade: o retorno das proporcionalidades e a expansão da produção.

Hilferding nos oferece uma original teoria das crises, dos ciclos e do desenvolvimento capitalista que certamente é merecedora de atenção e que inegavelmente é uma das maiores contribuições do marxismo no século XX, a despeito de falhas e limitações³⁸, tendo influenciado uma ampla gama de estudos marxistas, dentre os quais o mais expressivo é o panfleto de Lênin sobre O Imperialismo. A sua teoria da desproporção segue e desenvolve em inúmeros aspectos os estudos de Tugan-Baranowsky sobre as crises. Após a longa exposição anterior, uma questão precisa ser colocada: em que medida são válidas as acusações de reformismo, recorrentemente feitas à teoria da desproporção? Parece-nos que a resposta depende de qual aspecto do “reformismo” é levado em consideração. Por um lado, tanto Hilferding quanto Tugan compartilham com Bernstein a rejeição da “teoria do colapso”, de modo que os esquemas de reprodução são utilizados para rejeitar qualquer tendência econômica do capitalismo ao seu fim inerente e ao advento do socialismo. Além disso, as posições de Hilferding sobre a crescente socialização da produção induzida pelo capital financeiro, que tornaria desnecessária a socialização súbita de toda a economia (bastando

³⁸ A análise de tais falhas é supérflua para nosso objetivo no momento. O leitor encontrará um bom resumo das críticas dirigidas a Hilferding em Howard e King (1989, p. 99-103).

expropriar “seis grandes bancos de Berlim” para indiretamente controlar toda a produção) certamente favorecem uma substituição da revolução pela ação parlamentar³⁹. Por outro lado, ambos os autores reiteram que a crise é uma característica necessária do próprio modo de funcionamento do capitalismo, não apenas de sua estrutura anárquica, mas principalmente do movimento da acumulação. Não há nada na teoria da desproporção que sustente a ideia de que se possa erradicar as contradições capitalistas e a condição subjugada dos trabalhadores sem uma revolução proletária (seja qual forem seus meios). Pois em última análise, Hilferding e Tugan assentam as contradições capitalistas no antagonismo de classe.

Dessa forma, não é exatamente no tratamento das crises pela teoria da desproporção que se encontra a ameaça à posição revolucionária. Ao contrário, Tugan e Hilferding tratam enfaticamente de desenvolver a ideia da anarquia da produção que tinha sido apenas esboçada por Kautsky e Rosa Luxemburgo contra Bernstein, mas dessa vez em termos analiticamente mais consistentes e despojados do subconsumismo. O problema efetivo é que tendo separado a teoria do colapso, subjacente ao subconsumo, da teoria das crises, os teóricos da desproporção limitam completamente a teoria das crises a uma teoria dos ciclos econômicos. Nesse ponto é significativa a ressalva de Sweezy (1983) de que o reconhecimento do ciclo econômico, mesmo a ideia da inevitabilidade das crises, é perfeitamente aceitável para os economistas não-marxistas, é por isso que a teoria ortodoxa “não viu jamais no ciclo econômico uma ameaça à permanência do próprio sistema capitalista.” O ciclo de negócios de Tugan e Hilferding parece eternizar o capitalismo em seu movimento perpétuo de expansão, crise, recessão e recuperação.

3.4 ACUMULAÇÃO E IMPERIALISMO

³⁹ Conforme Hilferding (1981, p. 368): “There is no need at all to extend the process of expropriation of the great bulk of peasant farms and small businesses, because as a result of the seizure of large-scale industry, upon which they have long been dependent, they would be indirectly socialized just as industry is directly socialized.”*. Howard e King (1989, p. 270-272) consideram essa passagem de O Capital Financeiro como indicativa das tendências reformistas de Hilferding e um prenúncio da sua opinião posterior sobre a emergência de um “capitalismo organizado”.

* “Não há qualquer necessidade de estender o processo de expropriação da grande massa de propriedades camponesas e pequenos negócios, pois como resultado do confisco da indústria de grande escala, em relação à qual são há muito tempo dependentes, eles seriam indiretamente socializados tão logo a indústria seja diretamente socializada.” (HILFERDING, 1981, p. 368, tradução nossa):

Mais uma vez, quem se ocupa de responder à ameaça reformista em seus próprios termos é Rosa Luxemburgo. Ao fazê-lo, a autora que viria a ser chamada de “rainha dos subconsumistas” (SWEEZY, 1983, p. 139) desenvolve sua própria teoria do colapso, tendo amadurecido suas ideias quatorze anos depois de Reforma ou Revolução. Luxemburgo novamente compreende o que está em jogo na necessidade de se defender a teoria do colapso. Pois caso sejam aceitas as conclusões de Tugan-Baranowsky,

[...] desmorona a viga mestra objetiva mais importante da teoria científica socialista; a ação política do socialismo e o conteúdo ideológico da luta de classes deixam de ser um reflexo dos processos econômicos e o socialismo deixa de ser uma necessidade histórica. (LUXEMBURG, 1985a, p. 222)

Assim como em Reforma ou Revolução, o que motiva a autora é a defesa da “necessidade objetiva” (histórica) do socialismo. Para tanto, Rosa Luxemburg publica, em 1913, *A Acumulação do Capital*, livro em que analisa os esquemas de reprodução do capital a fim de criticar a posição de Tugan-Baranowsky e autores semelhantes. A resposta de Luxemburg, no entanto, segue uma opção arriscada: ao invés de criticar o uso feito por Tugan dos esquemas e suas conclusões, como faz Kautsky, ela ataca os próprios esquemas de Marx. A ideia é demonstrar que os esquemas de reprodução contêm uma falha, que não é meramente uma falha lógica, mas que seria a manifestação de um problema real do capitalismo: a impossibilidade de encontrar demanda para a produção crescente dentro do próprio capitalismo. O que Luxemburgo chama de “problema da reprodução capitalista”. Mais importante, esse problema seria a raiz econômica do imperialismo.

A discussão sobre o problema da reprodução, como mostra Luxemburg, tem uma longa história e perpassa as controvérsias entre Sismondi, Malthus e Rodbertus contra Say, Ricardo, MacCulloch e Von Kirchmann. De forma geral, os primeiros são associados ao subconsumismo e à ideia de que o capitalismo não consegue se expandir por si próprio (acumular) sem crises, devido à falta de demanda. Enquanto isso, a escola de Say-Ricardo é associada à ideia de que a produção capitalista cria sua própria demanda, e dessa forma pode se expandir indefinidamente enquanto permitir o desenvolvimento das forças produtivas.

A teoria do subconsumo aborda essa questão, pela primeira vez no marxismo, por meio dos chamados “populistas” russos, os *narodniki*⁴⁰. Essa corrente, que se formava em pleno período de emergência do capitalismo sobre a estrutura arcaica da Rússia czarista, sentia as consequências sociais negativas do período de transição, com suas disparidades

⁴⁰ *Narod*, em russo, significa povo, assim, *narodnik* é literalmente populista. O “povo” no caso refere-se à massa camponesa, maioria absoluta da população russa à época e a corrente inicia-se com o movimento denominado “Ir ao Povo”.

características e com a destruição das bases da economia camponesa, na qual vivia a maioria da população. O eixo central da “visão de mundo populista”, então, era a preocupação com o rumo seguido pelo desenvolvimento capitalista na Rússia: deste, pela experiência da Europa Ocidental, via-se apenas o lado destrutivo, de forma que parecia possível e desejável implantar o socialismo diretamente da obchina, a propriedade comunal da terra russa, esquivando-se do desenvolvimento “artificial” do capitalismo através do Estado e suas conseqüências perversas. O marxismo, que fora introduzido na Rússia por Georg Plekhanov em 1883, forneceu uma nova base teórica aos argumentos populistas (apesar da oposição do próprio Plekhanov). Se a ortodoxia alemã, sob a liderança de Kautsky, via na exploração capitalista (que suprimia o consumo dos trabalhadores) uma barreira à expansão do capital, desembocando em crises e na necessidade de mercados externos, os populistas facilmente desenvolveram essa ideia para evidenciar a impossibilidade de implantação do capitalismo em seu país. Na Rússia, onde não havia nem um mercado interno desenvolvido, dada a expropriação dos camponeses, e nem a perspectiva de mercados externos, o capitalismo só poderia se desenvolver por meios “artificiais” como a proteção do Estado, que somente agravariam a degradação social (LUXEMBURG, 1985a).

Essa mescla de populismo “autóctone” com marxismo, tinha como seus principais representantes V. Vorontsov e N. F. Danielson (de pseudônimo Nikolai-on). Este último, amigo pessoal de Marx e Engels e editor da versão russa do livro I de O Capital. Contra o ceticismo de ambos, nos anos 1890 se levanta uma geração de marxistas que Rosa Luxemburgo chama de “marxismo legal”. Representados por nomes como Struve, Bulgakóv e Tugan-Baranowsky, esses marxistas utilizam a análise da reprodução social total do capital para demonstra a perfeita viabilidade da expansão capitalista⁴¹. Entre eles, um se destacaria posteriormente como o líder do movimento operário russo: Lênin.

Já foi visto como Tugan-Baranowsky utilizou os esquemas de reprodução para mostrar que a produção capitalista gera o seu próprio mercado, podendo se expandir indefinidamente sem encontrar barreiras no consumo social. Pelas mesmas premissas Bulgakóv e Struve atacam o subconsumismo dos populistas. Mas Lênin, por sua vez, rejeita a noção extrema de Tugan de que a produção é completamente independente do consumo (SHAIKH, 1983). Não obstante, ele aceita a conclusão principal de Tugan e aplica ao capitalismo russo a ideia de que a acumulação crescente gera a demanda crescente por meios de produção. Em O

⁴¹ É importante notar que a análise da reprodução do capital social total, da qual fazem parte os esquemas de reprodução, encontra-se no livro II de O Capital que somente foi publicado em 1885. As teorias populistas, no entanto, já haviam sido desenvolvidas, e o seu argumento baseava-se na exposição da exploração capitalista do excedente no livro I. (SHAIKH, 1983)

Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia, publicado em 1899, Lênin se propõe a expor o processo de formação do mercado interno para o capitalismo russo. Esse processo, que envolvia a transformação da arcaica base agrária da economia mercantil russa em economia capitalista, certamente envolvia a expropriação do pequeno produtor de seus meios de produção e sua transformação em trabalhador assalariado. Para os populistas V. Vorontsov e Nikolai-on esse empobrecimento, ou ruína, dos camponeses e artesãos reduziria o poder de compra da população e assim diminuiria o mercado interno. Mas Lênin expõe a falsidade do argumento:

Os defensores dessa tese esquecem que a “liberação” de uma parte dos produtores dos meios de produção subentende, necessariamente, a passagem desses meios para outras mãos, sua conversão em capital, e que, por conseqüência, os novos proprietários desses meios produzirão sob a forma de mercadorias os produtos que, anteriormente, eram consumidos pelo próprio produtor – vale dizer: ampliam o mercado interno. Esquecem que a ampliação da produção pelos possuidores de meios de produção coloca no mercado novas demandas de instrumentos, de matérias-primas, de meios de transporte, etc., bem como de artigos de consumo (seu enriquecimento acarreta naturalmente um aumento do seu consumo). (LENIN, 1982, p. 16)

Como se vê, o mesmo processo que destrói os modos tradicionais de produção amplia o mercado interno tanto para os meios de produção como para os bens de consumo e possibilita o advento da Grande Indústria, além de formar o proletariado urbano. Lênin tinha ao seu lado, além do argumento lógico, a realidade inegável da vitalidade do capitalismo russo emergente. Essa realidade fora suficientemente documentada com estatísticas em seu livro: o capitalismo na Rússia não apenas era possível como era real e estava rapidamente se expandindo. O debate fora indiscutivelmente vencido por Lênin e os “marxistas legais”.

Rosa Luxemburg reconhece esse resultado, mas percebe suas implicações quando as teses que o sustentaram são generalizadas. Os “marxistas legais” teriam vencido os populistas, mas “por excesso”:

Todos os três – Struve, Bulgakov, e Tugan-Baranovski – no ardor da luta, provaram mais do que deveria ser provado. Tratava-se apenas de saber se, no geral, ou principalmente na Rússia, o capitalismo apresentava condições de desenvolvimento. Os três marxistas mencionados demonstraram tão exaustivamente a existência dessa possibilidade, que acabaram por provar teoricamente também a possibilidade da duração eterna do capitalismo.” (LUXEMBURG, 1985a, p. 222)

Daí a ameaça à “necessidade objetiva” do socialismo (ameaça que também perpassa a obra de Hilferding como visto anteriormente). Luxemburg não analisa a obra de Lênin, embora o inclua entre os “marxistas legais” por um artigo anterior deste contra o “romantismo econômico” dos populistas. O foco da crítica de Luxemburg, no entanto, é a teoria da desproporção e a análise dos esquemas de reprodução efetuada por Struve, Bulgakov e,

principalmente, Tugan-Baranowsky, que só indiretamente pode ser considerada compartilhada por Lênin⁴².

Em *A Acumulação do Capital*, Rosa Luxemburg expõe o problema da acumulação separado do problema das crises periódicas e dos ciclos, a fim de explicitar suas implicações para o destino do capitalismo. A alternância cíclica de períodos de expansão e depressão, característica do capitalismo, constituem a forma do movimento da acumulação mas não o próprio movimento: as oscilações cíclicas se anulam mutuamente e não dizem nada sobre a direção da reprodução econômica, esta só pode ser compreendida levando-se em consideração a média. É por isso que apesar de sustentar a inevitabilidade das crises devido às desproporções e ao movimento cíclico do capital, a teoria de Tugan-Baranowsky (e a de Hilferding) permanece sendo uma negação da possibilidade do colapso capitalista. Os desvios da proporcionalidade devem necessariamente ser periódicos: o capitalismo prossegue e se desenvolve apesar das oscilações, de modo que na média realmente “a proporcionalidade de Tugan se mantém” e a acumulação pode prosseguir sem barreiras.

Essa correta apreensão da questão permite a Luxemburg o entendimento de que o que está em jogo não é a discussão sobre as causas da crise, mas o fato de que os esquemas de Marx comprovam formalmente a invalidade da hipótese do subconsumo como barreira à perpetuação do capitalismo. O problema não seria a conclusão de Tugan, mas o fato de que ele simplesmente aceita como prova o esquema de reprodução, do qual antes precisaria provar a sua pertinência:

No esquema de Marx, a acumulação, a produção, a realização, a troca e a reprodução se desenvolvem em perfeita ordem. Além do mais, pode-se continuar essa “acumulação” ad infinitum. Isto é, enquanto houver caneta e papel. Esse inofensivo exercício de operações aritméticas postas no papel, Tugan o apresenta seriamente como prova de que as coisas assim sucedem na realidade. (LUXEMBURG, 1985a, p. 213)

Tugan teria confundido a formulação do problema, sua “exposição esquemática”, com a própria solução. Mas qual o “problema da acumulação” que os esquemas de Marx

⁴² A extensão na qual Lênin compartilha teoria dos três autores referidos é objeto de discussão (ver Colletti, 1985, p. 281-282). Contra a posição recorrente de integrar Lênin à corrente de Tugan e da desproporcionalidade, Sweezy (1983, p.147-148) argumenta que Lênin representaria um meio termo entre a posição extrema de Tugan-Baranowsky e dos subconsumistas. Parece-nos mais apropriado admitir que Lênin apenas se utilizara das proposições de Tugan e dos “marxistas legais” para rejeitar definitivamente o subconsumismo dos populistas, mas sem se comprometer com os aspectos mais radicais dessas proposições. Da mesma forma, o fato de que Lênin se dizia partidário da teoria da crise de desproporção, mas reconhecia a importância do consumo como um elemento desta, comprova que seu interesse maior era a aplicação da teoria à situação concreta da Rússia no debate com os populistas. Ele não volta a discutir o assunto e nem apresenta uma teoria da crise (SHAIKH, 1983). Assim, se Lênin claramente adota as teses dos “marxistas legais”, ele tem plena consciência dos limites dentro dos quais essas teses mantêm sua validade, e se ele rechaça tanto a teoria do subconsumo quanto posteriormente a teoria do colapso, nada em seus escritos permite atribuir a ele qualquer adesão à ideia de que o capitalismo possa permanecer eternamente.

enunciam? Posto em termos claros, trata-se do seguinte. O capitalismo caracteriza-se por uma expansão que toma a forma de *acumulação de capital*. Acumular capital significa poupar parcela da mais-valia para a compra de meios de produção e força de trabalhos adicionais afim de expandir constantemente a produção e assim gerar um volume cada vez maior de mais-valia. A pergunta de Rosa Luxemburg é: *de onde vem a demanda para essa mais-valia acumulada?* É fácil perceber que se trata, no fundo, do mesmo problema levantado pelo subconsumismo de Kautsky, e reflete também o mesmo problema de Sismondi e Malthus, mas dessa vez posto em termos mais rigorosos. Vejamos.

O objetivo da produção capitalista é o lucro. Mas para que tal objetivo seja alcançado é preciso que as mercadorias produzidas pelos capitalistas sejam vendidas, ou seja, realizadas, e que sejam realizadas por um valor que permita ao capitalista se apropriar de uma taxa de lucro média. Esta também é a condição para a reprodução, a motivação para que o capitalista continue produzindo e ampliando sua produção. Os esquemas de Marx mostram como essa condição pode ser atingida.

Luxemburgo (1985a) apresenta os exemplos numéricos de Marx da reprodução simples e da reprodução ampliada:

Exemplo de Reprodução Capitalista Simples (Marx):

- I. $4000\ c + 1000\ v + 1000\ m = 6000$ em meios de produção
 - II. $2000\ c + 500\ v + 500\ m = 3000$ em meios de consumo pessoal
- Total: 9000

No caso da reprodução simples, a condição de realização da produção de ambos os departamentos é facilmente percebida. O total do valor produzido no departamento I (6000) deve ser igual ao total do valor dos meios de produção utilizados em ambos os departamentos ($4000c + 2000c$), enquanto o valor da produção do departamento II (3000) deve ser igual ao valor do capital variável e da mais-valia de ambos os departamentos ($1000v + 1000m$ de I e $500v + 500m$ de II). Ao final do período, após consumir a mais-valia apropriada (1500), os capitalistas detêm em mãos o valor necessário para repor os meios de produção gastos e para recontratar o mesmo número de trabalhadores, reiniciando a produção na mesma escala.

Para que a reprodução do capital ocorra em escala ampliada é necessário que uma parte da mais-valia não seja consumida a fim de ser produtivamente empregada, e que sejam produzidos uma quantidade maior de meios de produção para possibilitar o emprego produtivo da mais-valia capitalizada. Assim, duas modificações devem ocorrer nas condições anteriores: a produção do departamento I deve ser maior do que o capital constante

empregado nos dois departamentos, e na mesma proporção o valor do produto do departamento II deve ser menor do que a soma do capital variável e da mais-valia de ambos os departamentos. Em relação ao exemplo anterior teríamos uma modificação:

$$\begin{array}{l} \text{I.} \quad 4000 \text{ c} + 1000 \text{ v} + 1000 \text{ m} = 6000 \\ \text{II.} \quad 1500 \text{ c} + 750 \text{ v} + 750 \text{ m} = 3000 \\ \text{Total: } 9000 \end{array}$$

A soma total do valor produzido é a mesma, porém surgem duas desproporções:

- i) a quantidade produzida de meios de produção excede em 500 o valor consumido desses meios;
- ii) a quantidade de meios de consumo produzida está em déficit de 500 em relação ao total dos salários recebidos e da mais-valia obtida.

Marx desenvolve sistematicamente a acumulação ampliada supondo que metade da mais-valia seja capitalizada no departamento I, a composição do capital permaneça constante e a taxa de exploração permaneça em 100%. Assim, do excedente do departamento I (500), 400c são destinados à ampliação do próprio departamento e 100c são vendidos ao departamento II. Da parcela acumulada da mais-valia no departamento I (500), 400 são gastos com os meios de produção referidos e os 100 restantes são gastos com força de trabalho adicional (mantendo a composição orgânica em 4:1). Assim, no início da reprodução ampliada:

$$\text{Dep. I. } 4 \ 400 \text{ c} + 1 \ 100 \text{ v}$$

Os 100v adicionais do departamento I são trocados por bens de consumo do departamento II, e assim propiciam a renda necessária para a compra dos meios de produção adicionais no valor de 100c. Para manter a composição do capital constante (2:1), os capitalistas do departamento II contratam força de trabalho adicional no valor de 50v. Dessa forma, da mais-valia do departamento II (750m), 600 são consumidos e 150 capitalizados, de modo que o departamento II inicia a reprodução ampliada assim:

$$\text{Dep. II. } 1 \ 600 \text{ c} + 800 \text{ v}$$

A reprodução ampliada, mantendo a taxa de exploração de 100% prossegue da seguinte forma:

Reprodução capitalista em escala ampliada (Marx)

(Rosa Luxemburg, 1985a)

Primeiro ano:

$$\begin{aligned} \text{I.} & \quad 4\,400\,c + 1\,100\,v + 1\,100\,m = 6\,600 \\ \text{II.} & \quad 1\,600\,c + 800\,v + 800\,m = 3\,200 \\ \text{Total:} & \quad 9\,800 \end{aligned}$$

Segundo ano:

$$\begin{aligned} \text{I.} & \quad 4\,840\,c + 1\,210\,v + 1\,210\,m = 7\,260 \\ \text{II.} & \quad 1\,760\,c + 880\,v + 880\,m = 3\,520 \\ \text{Total:} & \quad 10\,780 \end{aligned}$$

Terceiro ano:

$$\begin{aligned} \text{I.} & \quad 5\,324\,c + 1\,331\,v + 1\,331\,m = 7\,986 \\ \text{II.} & \quad 1\,936\,c + 968\,v + 968\,m = 3\,872 \\ \text{Total:} & \quad 11\,858 \end{aligned}$$

A exposição prossegue até o quinto ano com um excedente cada vez maior de meios produção necessários para manter a acumulação. Assim, Rosa Luxemburg (1985a), seguindo Marx, mostra que ao final do quinto ano a classe capitalista capitalizou, praticou maior abstinência e ao mesmo tempo conseguiu consumir mais, de 1500 de mais-valia consumidos antes da acumulação para 1690 no quinto ano de acumulação. Tudo o que deve ser observado para que a acumulação prossiga sem complicações é que o departamento II empreenda uma ampliação do capital constante proporcional ao aumento da parte consumida da mais-valia do departamento I somado ao aumento do capital variável deste último. Como regra matemática tem-se que: aumento de $IIc =$ aumento de $Iv +$ aumento de Imk , onde mk é o fundo de consumo pessoal dos capitalistas.

O problema da acumulação transforma-se então numa “simples progressão esquemática”, cujo impressionante resultado se deve, segundo Luxemburg (1985a, p. 67), à “facilidade de preencher o papel com equações matemáticas”. O problema da reprodução levantado pelos esquemas é: quem compra a parcela da mais-valia capitalizada, de onde vem a demanda crescente para a ampliação da produção? A solução dada pelo próprio esquema é que a acumulação gera sua própria demanda ao consumir os novos meios de produção e contratar os novos trabalhadores necessários: o departamento I ampliaria sua produção para atender à acumulação do departamento II, enquanto este teve sua produção ampliada para

atender às necessidades do departamento I⁴³. No entanto, esse “círculo vicioso” é considerado absurdo por Luxemburgo e a solução é rejeitada:

Quem realiza, então, a mais-valia, que cresce sem parar? O esquema responde: são os capitalistas e somente eles. E o que fazem com essa mais-valia crescente? O esquema responde: usam-na para ampliar sua produção cada vez mais. Esses capitalistas são, portanto, fanáticos adeptos da ampliação da produção, por amor à própria ampliação da produção. Mandam construir máquinas novas para, com elas, construir outras máquinas novas. Daí não resulta uma acumulação de capital, mas uma produção crescente de meios de produção, sem nenhuma finalidade; é preciso ter a ousadia e o amor ao paradoxo de Tugan-Baranovski para admitir que esse incansável carrossel que se situa no vazio seja um fiel retrato da realidade capitalista e uma consequência real da teoria marxista. (LUXEMBURG, 1985a, p. 230-231)

A produção pela produção seria um absurdo do ponto de vista do capitalista. Por quê? Perguntaríamos. Por que, segundo Luxemburg, se a demanda para a mais-valia acumulada vem da própria acumulação dos capitalistas que contratam novos trabalhadores, para que efetivamente esses capitalistas empreendam essa acumulação e ponham para produzir os novos meios de produção e os novos trabalhadores seria preciso haver de antemão uma razão para ampliar a produção, uma demanda crescente para os produtos a serem elaborados. Dessa forma, não importa que os esquemas demonstrem *formalmente* a possibilidade da expansão ilimitada, pois eles não explicariam as condições concretas da acumulação, de modo que o crescente excesso de meios de produção e o correspondente déficit na demanda de meios de consumo continuam sendo um problema.

Fica claro então que o problema para Luxemburg passa da mera possibilidade de realização da produção ampliada dadas as corretas proporções setoriais, para a indagação sobre a razão da própria ampliação da produção em primeiro lugar. Ou melhor, pela razão da ampliação da demanda por meios de produção e trabalhadores adicionais. O consumo dos trabalhadores não pode constituir essa razão, pois estes só são considerados como meios para a acumulação, e o próprio consumo dos capitalistas, ainda que possa crescer ao longo do tempo, é imediatamente suprimido pela acumulação, o que ao invés de induzir a expansão contrai sua motivação.

Seguindo Marx, Luxemburg (1985a) rejeita a existência de um “terceiro comprador” entre as demais classes: trabalhadores improdutivos (liberais), proprietários de terra, usurários, o clero ou o Estado. Isso porque a renda dessas classes, seja ela constituída de pagamentos, renda da terra, juros, dízimo ou impostos, advém originalmente da mais-valia

⁴³ Na realidade, tanto o departamento I como o departamento II têm sua produção ampliada para atender à demanda crescente de ambos os departamentos, já que a acumulação pressupõe aumento da demanda por meios de produção e consumo dos trabalhadores nos dois.

dos capitalistas e/ou dos salários dos trabalhadores produtivos, sendo então, estruturalmente, contabilizados nos gastos destes. Da mesma forma, o comércio exterior não pode ser uma solução satisfatória já que não pode ser estendido para os países capitalistas. Como nem os trabalhadores nem os capitalistas, nem suas classes dependentes, podem prover a demanda necessária à mais-valia capitalizada, os esquemas de Marx seriam inaplicáveis à realidade da acumulação capitalista.

Esses esquemas entrariam em contradição com o restante da obra de Marx, em que as condições para a produção e realização da mais-valia seriam analisadas em sua forma concreta, assim como entrariam em contradição com a realidade histórica da acumulação. Os esquemas foram construídos pressupondo o “domínio exclusivo da produção capitalista”, mas Luxemburgo havia argumentado que a mais-valia acumulada não podia ser realizada dentro das classes capitalistas. Sua “solução” para o problema constitui a base de sua teoria do imperialismo.

Se a produção crescente não pode ser realizada dentro dos limites do capitalismo, então, esta só pode ser realizada por compradores fora da sociedade capitalista: “[...] o aspecto decisivo é que a mais-valia não pode ser realizada nem por operários, nem por capitalistas, mas por camadas sociais ou sociedades que por si não produzam pelo modo capitalista.” (LUXEMBURG, 1985a, p. 241). Assim, camponeses e trabalhadores de áreas não-capitalistas compram meios de consumo, enquanto meios de produção são exportados para os países dessas áreas. O capitalismo, para se expandir, depende da demanda proveniente das áreas não-capitalistas, demanda que vem das necessidades sociais de áreas ainda pouco desenvolvidas. Assim como as classes não-capitalistas dos países centrais necessitam de mercadorias produzidas pela indústria, os países pré-capitalistas oferecem uma ampla gama de oportunidades de investimento: de estradas de ferro a indústrias básicas.

A dependência do capitalismo em relação às áreas não-capitalistas, no entanto, apresenta para Luxemburgo uma natureza contraditória. Ao mesmo tempo em que a acumulação necessita de mercados fora do sistema capitalista para realizar a produção, expandindo assim a economia mercantil para todo o globo, a acumulação necessita também de matérias-primas e força de trabalho, o que significa expandir também o modo de produção capitalista por todo o globo⁴⁴. Daí surge uma contradição entre as “condições de capitalização

⁴⁴ Observe-se que essa necessidade é reflexo da lei da taxa decrescente de lucro: ela impulsiona o capital na busca de novas fontes de matérias-primas e força de trabalho afim de baratear o capital constante e aumentar a taxa de exploração, ou leva o capital a migrar para áreas e ramos de baixa composição orgânica onde a taxa de lucro é maior. Luxemburgo, no entanto, apenas reconhece isso *en passant*, e a ligação da lei com o imperialismo fica para ser desenvolvida posteriormente por Grossmann, como será visto.

da mais-valia” e as “condições de renovação do capital total”: a capitalização da mais-valia depende da expansão do capitalismo a todo o globo para assegurar matérias-primas e mão-de-obra, enquanto a renovação do capital total depende da manutenção dos modos de produção pré-capitalistas e seus “compradores” (LUXEMBURG, 1985a). Esse processo contraditório se desenrola historicamente com a assimilação progressiva das regiões não-capitalistas e a destruição dos modos de produção tradicionais, processo do qual o imperialismo constituiria a última fase.

Daí surge, em linhas claras, a “teoria do colapso” de Rosa Luxemburgo. O capitalismo tem nos modos não-capitalistas a base de sua acumulação, sem a qual não pode sobreviver, mas ao mesmo tempo as condições de existência dessa acumulação surgem com a assimilação e destruição progressiva dos modos não-capitalistas de produção. Os esquemas de reprodução de Marx corresponderiam, então, ao fim do processo, à sua tendência, levando finalmente ao domínio exclusivo da produção capitalista. Mas essa tendência é a própria tendência ao colapso:

Alcançado o resultado final – que continua sendo uma simples construção teórica –, a acumulação torna-se impossível: a realização e a capitalização da mais-valia transformam-se em tarefas insolúveis. No momento em que o esquema marxista corresponde, na realidade, à reprodução ampliada, ele acusa o resultado, a barreira histórica do movimento de acumulação, ou seja, o fim da produção capitalista. A impossibilidade de haver acumulação significa, em termos capitalistas, a impossibilidade de um desenvolvimento posterior das forças produtivas e, com isso, a necessidade objetiva, histórica, do declínio do capitalismo. Daí resulta o movimento contraditório da última fase, imperialista, como período final da trajetória histórica do capital. (LUXEMBURG, 1985a, p. 285)

Se a teoria da desproporção de Tugan e dos “marxistas legais” teria pecado por excesso ao “provar” a possibilidade de expansão eterna do capitalismo, a teoria de Luxemburgo certamente expressa o excesso oposto: a “prova” de que o capitalismo é incapaz de expandir-se por si só, de que a acumulação capitalista é, no fim das contas, impossível. O imperialismo, seria a expressão política desse processo em sua culminância. Caracterizada pelos empréstimos internacionais, pelo protecionismo e pelo militarismo, a fase imperialista elevaria a contradição do capitalismo a novos níveis, acirrando a competição entre as potências pelas áreas não capitalistas do globo. Ao ampliar as áreas de influência das potências capitalistas, o imperialismo ao mesmo tempo prolonga a existência da acumulação capitalista como acelera seu fim. Além disso, conforme a dominação capitalista de todo o globo se aproxima, catástrofes sociais e políticas se somam às econômicas, tornando imprescindível para a classe trabalhadora rebelar-se contra o capitalismo, antes mesmo que este encontre seu fim por meios das barreiras econômicas:

O capitalismo é a primeira forma econômica capaz de propagar-se vigorosamente: é uma forma que tende a estender-se por todo o globo terrestre e a eliminar todas as demais formas econômicas, não tolerando nenhuma outra a seu lado. Mas é também a primeira que não pode existir só, sem outras formas econômicas de que alimentar-se; que, tendendo a impor-se como forma universal, sucumbe por sua própria incapacidade intrínseca de existir como forma de produção universal. O capitalismo é, em si, uma contradição histórica viva; seu movimento de acumulação expressa a contínua resolução e, simultaneamente, a potencialização dessa contradição. A certa altura do desenvolvimento essa contradição só poderá ser resolvida pela aplicação dos princípios do socialismo [...] (LUXEMBURG, 1985a, p. 320).

3.4.1 Crítica e Anticrítica

As críticas ao livro *A Acumulação do Capital* e a resposta de Rosa Luxemburgo em sua *Anticrítica* certamente formam um capítulo à parte na história do marxismo do início do século XX. A recepção à obra fora, talvez, ainda mais negativa do que a que recebera o estudo de Tugan-Baranowsky sobre as crises. Mesmo entre os marxistas que compartilhavam a orientação política esquerdista de Rosa Luxemburgo, poucos aceitaram seu argumento de que o capitalismo era incapaz de expandir-se sozinho. O ataque às fórmulas de Marx se mostrou de fato uma aposta teórica arriscada. Repetidamente, a crítica padrão à obra de Luxemburgo consistiu em assegurar novamente a coerência dos esquemas de reprodução de Marx. Kautsky, Otto Bauer, Eckstein, Pannekoek, Bukharin e outros marxistas destacados simplesmente rejeitaram o próprio problema que Luxemburgo havia levantado. Surpresa com o tamanho da rejeição, a autora então escreve em 1915, na prisão, uma *Anticrítica*.

Parece-nos, no entanto, que nem as críticas nem a defesa de Luxemburgo tocam o ponto crucial. Ambas, no geral, apenas restabelecem posições teóricas previamente defendidas. Howard e King (1989), em seu balanço histórico, resumem as inúmeras “inconsistências” da análise de Luxemburgo, mas essas inconsistências, assim como as inconsistências técnicas que a própria autora vê nos esquemas de Marx, são secundárias. Pois a questão fundamental, como vimos, é a motivação da acumulação. Argumentar a favor da coerência dos esquemas de Marx, de forma alguma refuta a tese de Luxemburgo, uma vez que ela própria aceita a demonstração *formal* dos esquemas. O problema, assim, estaria além dos esquemas de reprodução, como notaram Clarke (1994) e Singer (1985).

De forma geral, se reconhece que a raiz do equívoco de Rosa Luxemburgo é o mesmo de todas as teorias subconsumistas: tomar o consumo como finalidade da produção capitalista, quando na realidade esta visaria o lucro (SHAIKH, 1983; CLARKE, 1994; HOWARD;

KING, 1989). A crítica é procedente: a acumulação ocorre tão logo seja lucrativa. Um exame detalhado, no entanto, pode demonstrar que a teoria de Luxemburgo tampouco baseia-se inteiramente no consumo como finalidade da produção: ela reconhece o lucro como a força motivadora da acumulação e reconhece também que a efetivação da acumulação cria a demanda por meios de produção que realiza essa acumulação. Mas “trata-se, na verdade, de saber se os capitalistas, aqueles que certamente ‘querem’ acumular, têm, de fato, condições de fazê-lo [...]” (LUXEMBURG, 1985b, p. 340). Ainda que ela veja tais condições como “um mercado consumidor crescente”, esse mercado compreende também os meios de produção e é igualmente necessário para que o lucro seja realizado.

O argumento, no entanto, tropeça em seus próprios termos quando afirma a *impossibilidade* de que a acumulação ocorra, simplesmente por que a produção pela produção não faria sentido. Pois se a produção pela produção, levada à cabo pelo investimento, efetivamente gera um mercado consumidor crescente como demonstram os exemplos de Marx e Tugan, e como reconhece Luxemburgo, então a expansão da produção faria todo o “sentido” do ponto de vista do capitalista, que certamente não se importa com o “absurdo” dessa situação, mas com o lucro.

O problema e a solução de Rosa Luxemburgo, da forma como ela os colocou, são certamente equivocados, mas ela levantara uma questão que o marxismo até então havia pouco desenvolvido: quais os reais determinantes da acumulação? Os esquemas de Marx não continham a resposta, pois eles efetivamente pressupunham o que precisava antes ser provado: o equilíbrio entre oferta e demanda (na realidade, os esquemas não pretendiam analisar a evolução concreta da acumulação). Tugan-Baranowsky tentara desenvolver o problema em sua teoria dos ciclos do capital emprestável, mas as condições concretas do investimento, o impulso à acumulação permanecia faltando. Ele apenas pode demonstrar que o investimento crescente era condição para a manutenção do equilíbrio, da demanda efetiva. Howard e King (1989) observam que Luxemburgo poderia ter evitado a falha em sua abordagem estagnacionista se tivesse recorrido à teoria de Hilferding do monopólio como fator inibidor do investimento. Não é de surpreender então que posteriormente Sweezy, para defender a explicação subconsumista, tenha utilizado a teoria do capital monopolista para inferir uma tendência à estagnação do investimento. O problema de explicar a reprodução capitalista em nível concreto permanecia, mas após Luxemburgo ele precisava ser ligado ao imperialismo e às tendências históricas do capitalismo. Como veremos, essa tarefa será desenvolvida por Henryk Grossman em um contexto diverso.

A tentativa de defender a “necessidade objetiva” do socialismo, com base na impossibilidade da acumulação e na necessidade econômica do imperialismo falhara. A teoria do subconsumo não pudera ser estabelecida em bases rigorosas. Ainda que a própria Rosa Luxemburgo (1985b) não se considerasse subconsumista e rejeitasse o próprio termo subconsumo como “impróprio” e “ambíguo” lembrando a rejeição de Marx, sua teoria providenciou a única formulação coerente possível da teoria do subconsumo⁴⁵. Tendo atacado frontalmente a adequação dos esquemas de reprodução, ao contrário de Kautsky, ela providenciou a única resposta possível à crítica de Tugan-Baranowsky.

Esse fato, mais do que qualquer consideração de ordem teórica, justifica a indignação de Rosa Luxemburgo com seus críticos, em especial com a recepção negativa nos órgãos oficiais da social-democracia. Em sua resposta, ela nota com amarga ironia que as teses usadas contra sua teoria são as mesmas que, anos antes, tinham sido levantadas por Tugan-Baranowsky e que os teóricos do partido haviam rejeitado de forma praticamente unânime (LUXEMBURGO, 1985b). Mas eram outros tempos no SPD, ao menos no debate teórico. A teoria da desproporção de Hilferding ganhara espaço e o subconsumo não era mais visto como seu oposto. O assunto principal era o imperialismo, e tanto Hilferding como Kautsky passaram a uma posição “centrista”, defendendo a possibilidade de um desenvolvimento harmônico entre as grandes potências mesmo sob o capitalismo. Politicamente, o reformismo avançava e o nacionalismo crescia dentro do partido. Daí a urgência de defender a necessidade objetiva do socialismo: a teoria de Luxemburgo dirigia-se contra a crescente tendência anti-revolucionária de seu partido ao enfatizar a ligação intrínseca entre o imperialismo e a acumulação capitalista.

3.5 A TEORIA DO SUBCONSUMO REVIVIDA

A teoria subconsumista havia encontrado em Rosa Luxemburgo sua mais incisiva formulação, depurada das imprecisões da teoria das crises de Kautsky, Cunow e Schmidt. Mas ao mesmo tempo, havia esbarrado no defeito lógico de seu próprio argumento: a única forma de sustentar uma tendência à crise e ao colapso por meio do subconsumo era afirmar a impossibilidade da acumulação capitalista devido à sua “falta de sentido”. Facilmente as diversas correntes marxistas rejeitaram essa proposição, mas, no geral, o subconsumo

⁴⁵ Clarke (1994) reconhece esse ponto. No entanto, ele enfatiza principalmente a questão do consumo como finalidade da produção em Luxemburgo. Mais importante para nós é a tendência ao colapso e à impossibilidade da acumulação subjacente a toda explicação subconsumista.

continuou sendo a “ortodoxia” em termos de teoria marxista das crises, porquanto se retornou à simples assertiva de que o consumo humano é o fim último de toda produção, à vaga ideia inicial de que a produção se expande em ritmo maior do que a capacidade de consumo e a própria teoria da desproporção foi absorvida⁴⁶.

Após a consolidação do regime soviético e, principalmente, após o triunfo stalinista, a posição dominante da teoria do subconsumo foi reforçada pela adesão oficial dos especialistas do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Em particular, Eugen Varga, principal porta-voz da Internacional Comunista em assuntos econômicos, tornou-se a referência sobre o assunto a partir dos anos 1920⁴⁷. Sua explicação para a Grande Depressão assentava-se no declínio absoluto do poder de consumo das massas como sendo a causa exclusiva (HOWARD E KING, 1992). E a predominância do subconsumismo passou a representar a autoridade de Stálin assim como a hierarquia do Comintern (KUHN, 2005). Em termos teóricos, no entanto, houve pouca novidade.

O debate sobre o colapso já havia arrefecido quando, do outro lado do Atlântico, em 1942, o economista americano Paul Sweezy tenta reformular a teoria do subconsumo e especialmente suas implicações para o colapso, partindo do problema deixado por Rosa Luxemburgo. Sweezy (1983, p. 144) tem como objetivo explicitamente recuperar o prestígio (teórico) do subconsumismo por meio de uma “formulação cuidadosa, livre das objeções levantadas contra versões anteriores”. Sua própria formulação, no entanto, não é mais “cuidadosa” do que a de Luxemburgo e não consegue vencer as objeções já levantadas ao subconsumismo.

Em *A Teoria do Desenvolvimento Capitalista*, Sweezy (1983) desenvolve seu argumento tanto descritivamente como na forma de um modelo matemático que seria baseado em um artigo tardio de Otto Bauer. O argumento sustenta-se na suposta tendência do capitalismo a ampliar a capacidade de produção de bens de consumo mais rapidamente do que a demanda por esses bens, certamente nada novo. Deve-se distinguir entre o processo de produção como processo de valorização do capital e o mesmo como processo técnico de criação de valores de uso. Como processo de valorização, a acumulação leva a um aumento na taxa de crescimento dos meios de produção em relação à taxa de crescimento do consumo: os capitalistas acumulam uma parcela cada vez maior da mais-valia, e investem uma parcela cada vez maior dessa mais-valia acumulada em meios de produção adicionais do que em força

⁴⁶ Em especial, Lênin e Bukharin favoreceram a aproximação entre ambas as explicações (SWEEZY, 1983).

⁴⁷ A relação de Varga com o stalinismo, no entanto, não foi livre de percalços, sua visão sobre a estabilização do capitalismo no pós-guerra custou o cargo no Instituto de Economia Internacional em Moscou, em 1947, e obrigou-o a fazer uma retratação.

de trabalho adicional (em outras palavras, aumenta a composição orgânica). Tudo isso havia sido demonstrado extensivamente nos debates sobre os esquemas de reprodução. Mas, afirma Sweezy, a produção como processo técnico depende de uma relação estável entre a massa de meios de produção e a quantidade de bens de consumo produzidas, e deve manter essa estabilidade. Assim, a natureza do capitalismo leva a uma produção cada vez maior de meios de produção e a natureza técnica do processo faz com que uma quantidade proporcional de meios de consumo seja produzida. Como o consumo no capitalismo não cresce ao mesmo ritmo do que a demanda por meios de produção, conclui-se que bens de consumo em excesso serão produzidos, e também que mais meios de produção serão produzidos do que os necessários para sustentar o nível de consumo. O resultado é a crise ou estagnação. (SWEETZY, 1983).

O equívoco dessa análise, como afirma Shaikh (1983), é subordinar a produção do departamento I a mero insumo do departamento II, como se a produção de meios de produção necessariamente fosse usada para expandir (e na mesma proporção) a produção de bens de consumo, erro comum às diversas análises subconsumistas.

O modelo matemático apresentado por Sweezy (1983) em um apêndice do livro é o desenvolvimento de um modelo formulado em 1936 por Otto Bauer. Trata-se de uma tentativa de demonstrar matematicamente a tendência à “depressão crônica”. Em par com o raciocínio apresentado acima, o modelo tenta provar que, partindo de funções correspondentes ao comportamento dos capitalistas na acumulação, a taxa crescente de investimento aumentaria proporcionalmente (segundo um coeficiente técnico) a produção de bens de consumo, mas o consumo restrito demandaria uma taxa decrescente de investimento. Isso seria válido para um “país capitalista avançado” no qual a taxa de crescimento da renda nacional seria constante ou decrescente. O modelo Bauer-Sweezy foi rapidamente rejeitado por seus erros matemáticos, o que o próprio Sweezy reconheceu posteriormente. O matemático Georgescu-Roegen (1960) foi o mais longe na análise das propriedades formais do modelo e constatou, além de erros elementares como uma formulação algébrica inadequada e a quebra do princípio da “homogeneidade dimensional”, que se podia comprovar formalmente a invalidade das conclusões de Sweezy a partir de seus pressupostos⁴⁸.

⁴⁸ Entre outras conclusões, Georgescu-Roegen (1960) mostrou que no caso de um “sistema crescente”, isto é, no qual todas as funções e suas derivadas primeiras são positivas, o modelo pode alcançar uma situação de equilíbrio tanto com uma taxa de incremento da renda nacional crescente ou decrescente. Isso significa que mesmo em períodos em que a renda cresce a taxas decrescentes, é possível que o consumo dos capitalistas, o consumo dos trabalhadores e a taxa de investimento sejam crescentes. A única forma de sustentar o colapso

O modelo Bauer-Sweezy teve pouquíssima repercussão entre os marxistas. Na realidade, ele tem mais afinidades com os modelos de crescimento keynesianos, como o de Harrod-Domar, do que com os esquemas de reprodução marxianos. Domar, aliás, era amigo de Sweezy e foi um dos críticos do modelo, assim como Steindl, outro autor de tendência keynesiana. A “prova matemática” do colapso oferecida por Sweezy dificilmente mereceria atenção não fosse o fato de se constituir a primeira tentativa de formular uma comprovação algébrica da tendência à depressão crônica. Mais importante, o insucesso da empreitada joga luz na dificuldade em se conceber a questão do colapso em termos matemáticos. Essa dificuldade diz bastante sobre a própria natureza do colapso: não é casual que raramente tenha sido abordada pelos marxistas.

Bem mais conhecido é o argumento que Sweezy desenvolve posteriormente junto com Paul Baran, em uma última tentativa de salvar a explicação subconsumista. Em *Capital Monopolista*, livro publicado em 1966, Baran e Sweezy (1968) abordam a monopolização como característica de uma nova fase do capitalismo, seguindo nisso o caminho aberto por Hilferding e Lênin. Se o capitalismo teria uma tendência a elevar a produção de bens de consumo acima da demanda por esses bens, na fase monopolista, as grandes corporações elevariam a capacidade produtiva total acima da demanda efetiva. Isso porque as grandes empresas monopolistas teriam o poder de restringir a oferta nos segmentos em que atuam, impedindo a queda nos preços ao mesmo tempo em que logram reduzir os custos de produção. Essas empresas assim conseguem uma maior margem de lucro, o que no agregado significaria um excedente crescente. O problema então é: como absorver esse excedente? Como o consumo dos capitalistas cresce em proporção decrescente do excedente, o investimento precisaria crescer em proporção ascendente para absorver o restante. Nesse caso, no entanto, o investimento crescente faria com que a capacidade produtiva crescesse mais rapidamente que a produção o que, cedo ou tarde, levaria a uma necessária restrição do investimento, diminuindo assim a demanda efetiva. Em suma, as empresas monopolistas poupariam uma parcela crescente do excedente, mas seriam incapazes de transformá-la em investimento efetivo. Conclusão: o capitalismo tenderia à estagnação. Os gastos do estado, o consumo improdutivo, os custos de vendas e o desperdício representariam formas exógenas de absorver o excedente, e adiar temporariamente a depressão.

O argumento segue a mesma linha de raciocínio de Rosa Luxemburg e obtém a mesma conclusão: deixado por si só, o capitalismo tende à reprodução simples. A novidade

em tal sistema seria comprovando que o crescimento da renda a taxas decrescentes se prolongaria eternamente, e ainda assim somente no caso em que o consumo dos capitalistas não decline.

introduzida por Baran e Sweezy é o comportamento monopolista como incentivo à retração do investimento: as empresas monopolistas evitariam qualquer nível de produção no qual o excedente não pudesse ser absorvido. O problema, no entanto, permanece o mesmo, a falta de uma análise dos determinantes do investimento (SHAIKH, 1983). Baran e Sweezy são menos claros nesse ponto do que Hilferding quando este estabelece que as empresas monopolistas precisam retrair o investimento para controlar a oferta e manter os preços a níveis lucrativos.

Várias críticas foram dirigidas à obra e aos seus pressupostos, incluindo o fato de Baran e Sweezy adotarem uma teoria neoclássica de preços enquanto a teoria marxiana do valor é completamente ignorada na análise, a falta de suporte empírico e, principalmente, um tratamento equivocado sobre a natureza da concorrência (HOWARD; KING, 1992). Para o que nos interessa aqui, isto é, a alegada tendência à depressão crônica e conseqüentemente ao colapso, o ponto fundamental é que o problema é colocado claramente em termos de demanda efetiva e não simplesmente em termos de consumo insuficiente. O que Baran e Sweezy não conseguem explicar, então, é: se a barreira à expansão do capital é a falta de demanda efetiva, por que o investimento do capital monopolista seria sempre insuficiente, mesmo que tal investimento por si só gerasse a demanda efetiva necessária e, portanto, a lucratividade crescente? Na falta de uma teoria convincente do investimento, Baran e Sweezy (1968) simplesmente retomam o argumento subconsumista de que uma expansão crescente de meios de produção seria “sem sentido”. Fica claro então que o capital monopolista de Baran e Sweezy não introduz de fato qualquer modificação na estrutura básica do argumento subconsumista. Caso os autores tivessem seguido a análise de Hilferding sobre os monopólios, precisariam reconhecer que estes não modificam o caráter geral da acumulação capitalista, apenas introduzem distorções de preços que agravam as flutuações e dificultam a recuperação das crises. Em Hilferding, o investimento tem uma raiz clara na lucratividade e os monopólios estão incluídos no ciclo de negócios. Mas Baran e Sweezy não pretendiam explicar os ciclos e sim uma tendência persistente: a depressão, a fase baixa do ciclo, teria se tornado a norma na fase monopolista do capitalismo. Para tanto, argumentaram que as empresas monopolistas, ao preverem um excesso de capacidade, nem sequer efetuariam os investimentos, mantendo a produção ao nível da reprodução simples. Certamente, uma ideia tão frágil quanto difícil de manter durante a vigorosa expansão econômica do pós-Segunda Guerra Mundial.

Sweezy e Baran tiveram influência decisiva de desenvolvimentos contemporâneos de autores não-marxistas, como Robinson, Chamberlin, Steindl e Kalecki, em geral ligados ao keynesianismo. As semelhanças entre as abordagens subconsumistas marxistas e keynesianas

não eram desprezíveis. Com a questão da demanda efetiva em mente, esses autores trilham o caminho iniciado por Tugan-Baranowsky, de certo modo aproximando o subconsumismo com seu principal detrator. O resultado, no entanto, não é muito satisfatório. Como lembra Shaikh (1983, p. 26-27), os influentes trabalhos de Kalecki e Steindl sobre a estagnação postulam, de forma um tanto “*ad hoc*”, um declínio da inovação como causa, mas terminam por reconhecer a explicação como insatisfatória. Ao fim do processo, entre Rosa Luxemburgo e o “marxismo keynesiano”, a questão do colapso deslizou para o esquecimento.

Dentro do marxismo, a teoria do subconsumo se manteve principalmente sob os auspícios da revista *Monthly Review*, fundada em 1949 por Sweezy e Leo Huberman. Desde então, autores ligados à *Monthly Review* têm levado adiante a tradição estagnacionista de Baran e Sweezy. No atual debate sobre a crise financeira de 2008, essa tradição é representada pela análise de Foster e Magdoff (2009), na qual a tendência à depressão do capital monopolista é conjugada com a financeirização do capital e o direcionamento do excedente para a especulação.

3.6 CONCLUSÕES DO SEGUNDO CONFRONTO

O Segundo confronto da controvérsia do colapso viu emergir o embate entre duas teorias de crise opostas: do subconsumo e da desproporção. As discussões concentraram-se quase exclusivamente nos esquemas de reprodução de Marx, fato que provavelmente originou mais desentendimentos do que soluções. Esse ponto foi bastante enfatizado por Rosdolsky (2001) ao afirmar que a tentativa de provar a viabilidade da acumulação capitalista ou a impossibilidade dela pelas fórmulas abstratas de Marx deriva de uma completa confusão metodológica, uma vez que as fórmulas *pressupõem* o equilíbrio e não mostram as condições concretas para esse equilíbrio ser alcançado. A própria Rosa Luxemburg demonstra estar consciente de que os esquemas de seus adversários pressupõem aquilo que deveria antes ser provado e os ataca precisamente nesse ponto. Mas recai no mesmo erro de seus opositores quando concebe sua própria teoria como uma crítica aos esquemas de reprodução.

Por outro lado, os argumentos subjacentes à análise dos esquemas de reprodução podem ser perfeitamente válidos. Nesse sentido, o principal resultado do segundo confronto foi a vitória incontestável, tanto teórica quanto prática, da corrente desproporcionalista ao demonstrar que o consumo restrito dos trabalhadores não leva a um problema de realização do valor *caso* seja compensado pelo investimento. O “problema” colocado por Luxemburgo, a saber, das condições concretas para ocorrência desse investimento, fora respondido pela

corrente desproporcionalista sem recorrência direta aos esquemas, mas com base em uma teoria dos ciclos. O problema da acumulação foi transformado em um problema cíclico de “demanda efetiva”. Se a teoria da desproporção não rejeitava a hipótese de crises de subconsumo, isso não constituía um problema porque o verdadeiro alvo das controvérsias era a teoria do colapso.

Assim, o subconsumismo foi mantido, mas afastado do nome de Rosa Luxemburg. Enquanto do lado soviético a teoria do subconsumo voltava a ser ortodoxia sob o stalinismo, no Ocidente as abordagens desproporcionalista e subconsumista eram fundidas sob teorias keynesianas da demanda efetiva. Em paralelo, a teoria do colapso havia sido dissociada do estudo das crises e das tendências capitalistas e passara a ser ativamente combatida pelos ortodoxos, conforme Kautsky e Hilferding “[...] haviam unido forças, abertamente, com os revisionistas” (SWEEZY, 1983, p. 165). Na Rússia, onde os bolcheviques já haviam rejeitado uma teoria do colapso por motivos puramente econômicos, a questão colocada por Luxemburgo teve ainda menos perspectivas. O espírito da “necessidade objetiva” do socialismo foi gradualmente abandonado e a transição concebida em termos de lutas políticas. Mas essa controvérsia recebe uma nova luz quando a questão da acumulação é debatida sob a perspectiva da lucratividade: esse o foco do “terceiro confronto”.

4 INTERLÚDIO: OS ESQUEMAS DE OTTO BAUER

Antes de passar ao “terceiro confronto”, é necessária uma breve exposição de um modelo de acumulação desenvolvido por Otto Bauer. De todas as respostas críticas à obra de Rosa Luxemburgo, a de Bauer, em artigo na *Die Neue Zeit*, merece atenção especial. O artigo de Bauer (1985) tem importância não apenas porque constitui a crítica mais expressiva, à qual Rosa Luxemburgo dedicou a maior parte de sua Anti-crítica, mas porque teve um grande impacto no desenvolvimento posterior das teorias marxistas de crise. Mantendo-se ainda na perspectiva da corrente desproporcionalista, Bauer elabora um modelo que forma a base da teoria da crise por escassez de mão-de-obra, e cuja crítica dá origem à teoria oposta da crise e do colapso de Henryk Grossman, baseada na taxa decrescente de lucro. Ambas as teorias que serão analisadas no próximo capítulo.

Sinteticamente, o modelo de acumulação de Bauer (1985) é o seguinte. Suponha-se que a taxa de crescimento populacional seja 5% ao ano. Então, para manter um nível de pleno emprego, o capital deve empregar a cada ano 5% mais trabalhadores. Para isso, o capital variável deve crescer também a uma taxa de 5% ao ano (assumindo que os salários sejam constantes). Por outro lado, para fazer frente à nova demanda de meios de consumo para os trabalhadores adicionais, deve crescer a produção de meios de produção. Como a teoria da acumulação de Marx prevê progresso técnico, refletido em aumento da composição orgânica (relação capital constante sobre variável: c/v), Bauer assume que a produção de meios de produção, e assim o capital constante, cresce a uma taxa maior: 10% ao ano. Assumindo uma taxa de mais-valia constante de 100% Bauer constrói o seguinte exemplo de equilíbrio:

Tabela 1 – Modelo de Acumulação de Bauer

Ano	Capital Constante	Capital Variável	Mais-valia	Total
1	200 000	100 000	100 000	400 000
2	220 000	105 000	105 000	430 000
3	242 000	110 250	110 250	462 500
4	266 200	115 762	115 762	497 524

Fonte: Bauer (1985).

Sob essas taxas de crescimento, 5% para o capital variável e 10% para o capital constante, a acumulação pode prosseguir em equilíbrio com o crescimento populacional sem gerar desemprego. A taxa de crescimento, por sua vez, é dirigida pela taxa de acumulação, que é a proporção da mais-valia utilizada para a expansão do capital constante e variável. A

parcela restante é o consumo dos capitalistas. No caso, as taxas de acumulação de equilíbrio são as seguintes:

Tabela 2 – Distribuição da Mais-valia

Ano	Mais-valia	Parcela consumida	Agregada ao capital constante	Agregada ao capital variável	Taxa de acumulação
1	100 000	75 000	20 000	5 000	25%
2	105 000	77 750	22 000	5 250	26%
3	110 250	80 539	24 200	5 511	27%
4	115 762	83 374	26 600	5 788	28%

Fonte: Bauer (1985).

A distribuição da mais-valia, para manter o equilíbrio, deve ser ditada pelas necessidades da acumulação: uma parcela suficiente deve ser destinada para incrementar o capital constante em 10%, outra para incrementar o capital variável em 5%, o restante fica para o consumo dos capitalistas. Aqui se encontra a conclusão mais importante do modelo: com composição orgânica crescente, ou seja, progresso técnico, a economia só consegue empregar o número crescente de trabalhadores se a taxa de acumulação é crescente (BAUER, 1985).

Bauer decompõe o exemplo nos esquemas de reprodução de dois departamentos, para demonstrar como é possível a realização do produto. Pois, como foi objetado por Rosa Luxemburgo, quando se incorpora o progresso técnico o equilíbrio entre os dois departamentos não se mantém. Com a composição orgânica crescendo, o departamento I cresce mais rapidamente que o departamento II e assim a taxa de acumulação nesse departamento também deve ser maior. Ocorre que parcela da mais-valia do departamento dois logo não pode ser reinvestida no próprio departamento. A solução de Bauer (1985) é a mesma de Tugan-Baranowsky: os capitalistas do departamento II transferem parte de sua mais-valia para o departamento I. Independente da viabilidade ou não dessa solução⁴⁹, Bauer consegue extrair um sistema em equilíbrio em que a mais-valia é realizada ano após ano.

Mas a análise de equilíbrio é apenas sua crítica à teoria de Rosa Luxemburg. O essencial do modelo não são as proporções de equilíbrio entre os departamentos, mas a relação entre a taxa de acumulação e o crescimento populacional. Assim, Bauer (1985) explica a oscilação de períodos de sub-acumulação e sobre-acumulação, e, portanto, as crises periódicas, pela desproporção entre a taxa de acumulação e a taxa de crescimento

⁴⁹ Ver Rosdolsky (2001, p.412-414).

populacional. Quando a taxa de acumulação encontra-se abaixo da taxa de crescimento populacional, a economia encontra-se em estado de sub-acumulação: gera-se desemprego, ou melhor, forma-se um Exército Industrial de Reserva, os salários caem, e a taxa de mais-valia aumenta. A maior taxa de mais-valia leva a um volume maior de mais-valia disponível para a acumulação. Com uma dada *taxa* de acumulação, isso deve acelerar a acumulação, até o momento em que o capital variável cresça a um ritmo mais rápido do que a oferta de força de trabalho, quando o desemprego diminui, os salários reais voltam a crescer e a taxa de exploração cai. A permanência dessa situação leva à sobre-acumulação e à crise, gerando novamente desemprego, baixando os salários e assim por diante. E assim sucedem-se a alternância de prosperidade, crise e depressão, conforme “[...] a acumulação de capital se ajusta, uma e outra vez, ao crescimento da população” (BAUER, 1985, p. 361).

Ainda que Bauer não explique a razão pela qual o ajuste leve às crises e não simplesmente ao equilíbrio, essa explicação das crises como efeito do desajuste entre a acumulação e o crescimento populacional, foi retomada pelos teóricos da crise por escassez de força de trabalho. Por outro lado, Grossman (1992) irá se apoiar exatamente no modelo de Bauer para demonstrar que o equilíbrio é insustentável ainda que a taxa de acumulação cresça ao nível necessário. Pois com uma composição orgânica crescente é necessária uma taxa crescente de acumulação, de forma que, cedo ou tarde, a mais-valia produzida será insuficiente, independente do crescimento populacional. Esse raciocínio é o mesmo da lei da queda tendencial da taxa de lucro de Marx.

5 TERCEIRO CONFRONTO: A TAXA DE LUCRO DECRESCENTE

Em 1929, às vésperas da Grande Depressão, o debate marxista sobre as crises e o colapso havia se modificado substancialmente, sob a incidência dos acontecimentos históricos do primeiro quarto do século XX. A simplicidade inicial da polêmica Bernstein-Kautsky, ancorada em uma teoria rudimentar sobre a anarquia capitalista e as crises, havia se dissolvido em uma miríade de posições conflitantes. Imperialismo, reformismo, guerra, a Revolução Russa, bolchevismo, e planejamento econômico foram temas incorporados às explicações das crises e ao debate sobre o colapso, por força das circunstâncias. As posições individuais no debate, no entanto, não representavam ao mesmo tempo posições políticas definidas.

Analicamente, conforme as atenções se moveram dos prognósticos históricos do Manifesto Comunista para os esquemas de reprodução de *O Capital*, duas grandes correntes podem ser identificadas. Uma, que sustentava com maior ou menor intensidade, e maior ou menor exatidão, a teoria do colapso por meio do subconsumo. Outra, que rejeitava essa mesma teoria do colapso pelo recurso aos esquemas de Marx, e dissociava a recorrência das crises de qualquer tendência histórica do capitalismo. Para esta última corrente, invariavelmente, a força que derrubaria o sistema (ou o transformaria) seria de ordem política ou moral, e não qualquer lei econômica imanente. O marxismo encontrava-se entre a explicação subconsumista das crises e a teoria cíclica da desproporção. Manter a teoria do colapso dependia em aceitar a primeira e negar a segunda.

Mas havia uma terceira posição possível, uma que permanecera bastante negligenciada na discussão anterior. A tendência à queda da taxa de lucro era uma preocupação da economia clássica, assim como um fato empírico reconhecido. Marx expôs a lei que explicaria essa tendência no terceiro livro de *O Capital*. Ele não apenas dedicou um amplo esforço para elucidar suas causas, como a considerava “a lei mais importante da economia política moderna” (MARX, 2011, p. 626). Não obstante o reconhecimento de sua importância pelos epígonos de Marx, o declínio da taxa de lucro passara praticamente despercebido como possível causa das crises. O simples fato de uma taxa de lucro menor não era visto como motivo suficiente para uma quebra no processo de reprodução. Hilferding é quem fora mais longe na tentativa de conectar a lei e as crises, mas acabara subordinando-a a uma teoria das desproporções (ver seção 3.3).

Como explicação para o colapso, a tendência à queda da taxa de lucro não teve melhor sorte. Tugan-Baranowsky (1985b) parece ter sido o primeiro a visualizar essa possibilidade. Ele vê duas teorias do colapso em Marx: a da “insuficiência de vendas” (subconsumo) e a da

taxa de lucro decrescente. Mas ambas são igualmente rejeitadas: a primeira pelo uso dos esquemas de reprodução e a segunda porque Tugan simplesmente abandona a teoria do valor e da mais-valia de Marx. Kautsky (1985, 2000) havia defendido a lei de Marx, mas desde o início rejeitara qualquer juízo que a ligasse ao fim do capitalismo. O resultado da lei não seria o colapso, mas a quebra dos capitais menores e o estreitamento da classe capitalista⁵⁰. Também Rosa Luxemburg (2008, p.71) abordou de relance a queda da taxa de lucro, mas igualmente enfatizando o efeito sobre a centralização do capital. Posteriormente, em uma única referência direta à ideia de que a taxa de lucro poderia representar um limite histórico ao capitalismo, Luxemburg responde com ironia:

Será que a certa altura dos acontecimentos a classe capitalista ficará tão desesperada com a inexpressividade de sua taxa de lucro que irá enforcar-se coletivamente, ou declarar, então, que negócios tão ruins não valem a pena, por isso entregando a chave do estabelecimento ao proletariado? [...] Quer parecer-nos, pois, que muito tempo vai levar até que a queda da taxa de lucro consiga afundar o capitalismo, ao menos enquanto o Sol brilhar sobre a Terra. (LUXEMBURG, 1985b, p. 347, n. 4).

Tanto Luxemburg como Kautsky apontavam para a observação de Marx de que, para um grande capital, a queda na taxa de lucro era compensada pelo volume do capital empregado, obtendo uma massa de lucro crescente. Se entre a social-democracia alemã a queda da taxa de lucro gozava de pouco prestígio, entre os bolcheviques, discussões sobre o assunto eram ausentes. Kuhn (2005) explica essa negligência das primeiras gerações do marxismo em relação à lei tão enfatizada por Marx como resultado das crescentes tendências reformistas dentro da social-democracia. O passivismo político da versão de Kautsky sobre a teoria das crises e do colapso centralizara a discussão em torno do subconsumo e das descrições líricas do Manifesto Comunista, enquanto Marx havia reservado a análise dos mecanismos da acumulação ao terceiro volume de *O Capital*. Assim, quando o livro terceiro apareceu, em 1984, teve pouca influência nas “ortodoxias ossificadas” da Segunda Internacional. E podemos adicionar à explicação o impacto do revisionismo de Tugan-Baranowsky, que por mais de uma década concentrou as atenções sobre os esquemas de reprodução.

É assim que em 1929, o marxista polonês Henryk Grossman, elabora sua versão da teoria do colapso, visando corrigir a negligência mencionada e devolver à “mais importante lei da economia política” seu lugar de destaque dentro da totalidade da estrutura teórica de Marx. Grossman não apenas desenvolveu uma defesa do colapso capitalista alternativa ao

⁵⁰ “O declínio do lucro e dos juros não traz o colapso, mas o estreitamento da classe capitalista (KAUTSKY, 2000, tradução nossa)

subconsumo, mas também uma teoria das crises que décadas depois seria retomada, tornando-se a explicação mais amplamente aceita pelos marxistas. A teoria das crises por meio da lei da queda tendencial da taxa de lucro, teria ainda de esperar um bom tempo até mostrar seus frutos, retornando ao centro do debate após a crise da década de 1970 e emergindo como uma nova “ortodoxia”.

5.1 HENRYK GROSSMAN E A LEI DO COLAPSO CAPITALISTA

A “recuperação do marxismo” (KUHN, 2005) efetuada por Henryk Grossman foi ao mesmo tempo a recuperação da ideia de que o capitalismo encontraria seu fim por meio de suas leis econômicas imanentes e de que a ação revolucionária da classe trabalhadora deveria ser fundamentada na compreensão dessas leis. Era então ao mesmo tempo uma recuperação do materialismo histórico e da importância da economia política. Grossman parte do problema deixado por Rosa Luxemburgo: em que medida a acumulação tal como prevista nos esquemas de produção era realmente possível? Ele rejeita a solução de Luxemburg, mas aceita as implicações do problema: afirmar a possibilidade de que o capitalismo se expanda proporcionalmente, conforme os esquemas de reprodução, significa aceitar a possibilidade de expansão eterna do capitalismo e privar o socialismo de seu fundamento “objetivo”.

Imperturbáveis a essa acusação, os críticos reiteradamente apresentaram contra Luxemburg a consistência dos esquemas de reprodução e afirmaram não existir o suposto “problema” da acumulação. Crítica cujo desenvolvimento máximo foi o modelo de acumulação de Otto Bauer, exposto no capítulo anterior. Fosse esse o fim da história, o triunfo teórico dos esquemas de Tugan-Baranowsky, Hilferding, Pannekoek e Bauer sobre o subconsumismo representaria a falência da teoria do colapso. Mas em *The Law of Accumulation and Breakdown of the Capitalist System*, Grossman utiliza precisamente o modelo de Bauer para ilustrar a sua teoria e refutar conclusão de que o abandono do subconsumismo significaria aceitar a possibilidade de expansão ilimitada do capitalismo. Pois Grossman pretende demonstrar que mesmo sob as hipóteses assumidas por Bauer, a acumulação capitalista encontra limites que não são relacionados à falta de mercados consumidores como pensava Luxemburg, mas à geração insuficiente de mais-valia.

Grossman inicia sua exposição com uma nota metodológica. Segundo o autor, o estado de confusão reinante na literatura marxista da época dever-se-ia ao fato de os marxistas terem ignorado completamente o método pelo qual a teoria de Marx havia sido construída, e assim o modo pelo qual Marx chegara aos seus resultados. Ao contrário, a literatura se concentrou

quase exclusivamente nos resultados. Dessa forma, o marxismo teria se debatido sobre questões interpretativas, como se o próprio marxismo tivesse se tornado “[...] puramente uma questão de interpretação” (GROSSMAN, 1992, p. 29). Daí, tanto críticos como defensores interpretavam a seu modo as conclusões de Marx e as julgavam com base no que viam da realidade. Grossman se refere, claro, ao debate revisionista iniciado por Bernstein e levado adiante por Kautsky, Cunow, Boudin, Tugan-Baranowsky, etc., mas também se refere aos inúmeros “críticos burgueses” como Sinkhovitch, Sombart, Spiethoff, Sorel, Masaryk, Schumpeter e Michels. A maioria destes simplesmente dá por assentada que a tese da pauperização do proletariado é uma generalização feita por Marx das condições de sua época, e em nenhum dos casos os autores fazem qualquer análise sobre o modo como a teoria da pauperização é teoricamente construída por Marx, e ainda menos do movimento da acumulação (GROSSMAN, 1992). Como consequência, as bases da teoria do colapso seriam simplesmente erradas, contraditadas pela realidade, ou teriam desvanecido junto com as mudanças no mundo capitalista.

Grossman procura se opor a essa conclusão apresentando a coerência de uma teoria do colapso da qual Marx teria especificado todos os elementos para sua descrição. Tal teoria não seria a extrapolação das impressões empíricas de Marx sobre a época. Ao contrário, ela seria uma dedução estrita de seu sistema teórico, uma consequência da lei do valor e do processo de acumulação analisados por Marx. A base metodológica dessa construção seria a análise da acumulação em seu aspecto puro, isto é, em estado de equilíbrio e abstraindo-se da concorrência cujas flutuações se eliminam mutuamente. Só dessa forma, seria possível estudar as tendências fundamentais da acumulação e, posteriormente, explicar os desvios periódicos em relação à tendência geral, os ciclos e as crises (GROSSMAN, 1992)⁵¹.

Nesse sentido, o longo debate acerca dos esquemas de reprodução de Marx tinha demonstrado uma profunda incompreensão metodológica. Pois como notou Rosdolsky (2001), a polêmica em torno dos esquemas de reprodução apresentava o “estranho paradoxo” de que apesar de os participantes do debate reconhecerem o alto nível de abstração dos esquemas, ainda assim esperavam que estes comprovassem a possibilidade concreta da expansão capitalista equilibrada. O modelo de Bauer constituía exatamente uma tentativa de aproximar os esquemas da realidade concreta, de certo modo sobrepondo dois níveis de análise. Consciente disso, Grossman desenvolve o modelo de Bauer para demonstrar o que

⁵¹ A breve conceituação do método de Marx feita por Grossman, corresponde claramente à descrição de Marx do processo que vai do abstrato ao concreto (cf. MARX, 1982). E independente de qualquer controvérsia sobre a natureza do método de Marx, essa conceituação certamente é útil no caso ao qual foi aplicada por Grossman.

ocorre com a acumulação equilibrada tão logo se incorporam os determinantes essenciais do processo de acumulação analisados por Marx nos livros I e III de *O Capital*.

O modelo de Bauer tinha a vantagem principal de incorporar o progresso técnico, característica fundamental da acumulação segundo Marx. O exemplo de Bauer, assim, não possuía os “defeitos” que Rosa Luxemburgo tinha imputado aos esquemas de Marx acusando-os de serem meras manipulações matemáticas. Pois Bauer expressa o avanço tecnológico por meio do aumento da composição orgânica, assume regras claras para a progressão da acumulação e do consumo, pressupõe consumo capitalista crescente (embora decrescente em relação à acumulação) e preserva a simetria entre os departamentos I e II, enquanto no exemplo de Marx a acumulação do departamento II procederia arbitrariamente segundo Luxemburgo.

Lembremos que o modelo de Bauer prosseguia sem distúrbios por quatro anos consecutivos, com composição orgânica crescente e taxa decrescente de lucro, mas realizando inteiramente a mais-valia dentro do capitalismo. A única condição era a acumulação crescer suficientemente rápido para que o capital variável pudesse crescer ao mesmo ritmo que a população. As crises somente seriam possíveis conforme surgissem desproporções passageiras entre a taxa de acumulação e o crescimento populacional, mas logo seriam superadas pela “[...] tendência à adequação da acumulação do capital ao crescimento da população” (BAUER, 1985, p. 360). Mas o que acontece com o modelo se este for expandido para além dos quatro anos analisados por Bauer?

Levando adiante o exercício, Grossman (1992) demonstra que seguindo o exemplo de Bauer por sucessivos períodos até o 36º ano, e mantendo-se firme a todas as condições pressupostas, o modelo necessariamente deve romper-se, isto é, não será mais possível manter os pressupostos assumidos. A acumulação não pode prosseguir além do 35º ano às taxas postuladas por Bauer (e necessárias para manter o nível de emprego). Por quê? Porque o crescimento da composição orgânica, devido ao progresso técnico, leva à queda progressiva da taxa de lucro conforme indicado por Marx. Uma taxa de lucro decrescente significa que para um dado capital adiantado a quantidade de mais-valia obtida é menor. Esse efeito é compensado pelo fato de que o capital acumulado cresce, obtendo uma massa de mais-valia maior. No entanto, como a acumulação cresce a um ritmo maior do que a mais-valia, cedo ou tarde a quantidade de mais-valia disponível não é suficiente para manter a acumulação à taxa necessária. Esse processo Grossman chama de “valorização imperfeita” corresponde a um estágio de sobre-acumulação de capital.

Essa abordagem deriva diretamente da teoria do valor de Marx. Pois se o trabalho é a única fonte do valor, e assim apenas a parcela variável do capital é responsável pela valorização, é fácil perceber que, com uma taxa dada de mais-valia, se o capital variável cresce a uma taxa menor do que o capital constante, em algum momento o novo valor criado será insuficiente para manter a expansão do capital. Fica claro então que a taxa de lucro impacta na massa de lucro, contra a visão de Kautsky e Luxemburg, e que não é necessário qualquer cálculo para perceber que o sistema de Bauer não podia se manter indefinidamente, já que este pressupõe uma taxa de acumulação de 10% para o capital constante e apenas 5% para o capital variável, além de manter uma taxa invariável de mais-valia de 100%.

Mas os cálculos de Grossman permitem uma ilustração mais completa do que seria a “teoria do colapso” de Marx. Na expansão do modelo, a valorização insuficiente se exprime no fato de que o montante acumulado cresce continuamente como proporção da mais-valia até atingir 99,55% no 35º ano, de forma que no ano seguinte o capital acumulado ultrapassaria a mais-valia gerada, caso mantivesse a mesma taxa de crescimento. Isso significa, claro, que a mais-valia no 35º ano é insuficiente para manter a taxa de acumulação. Grossman nota que essa proporção crescente da acumulação começa a comprimir a parcela da mais-valia destinada ao consumo dos capitalistas: esse consumo atinge um pico no 20º ano e decai continuamente até desaparecer no 35º ano. Desse ponto em diante, os capitalistas não teriam mais qualquer incentivo para manter a acumulação, e a expansão do capital seria “sem sentido” (GROSSMAN, 1992, p. 76). Pois Grossman (1992) considera o consumo dos capitalistas como o motivo da acumulação, do contrário a mais-valia não poderia ser considerada como renda não-paga aos trabalhadores e apropriada pelos capitalistas. De qualquer modo, a despeito dessa discussão “luxemburguista” sobre a motivação capitalista, o sistema não dispõe de condições objetivas para prosseguir a acumulação: a mais-valia gerada é insuficiente para manter a taxa de acumulação, ainda que os capitalistas não consumissem nada.

As consequências devastadoras da sobre-acumulação tornam-se visíveis. A valorização insuficiente não permite que a acumulação cresça mais ao ritmo requerido, e o capital variável não pode mais crescer na proporção do crescimento populacional (5% ao ano no modelo). Forma-se o que Marx chamou de Exército Industrial de Reserva. Ao mesmo tempo, uma menor parcela de trabalhadores adicionais empregada requer uma menor parcela de meios de produção adicionais para pôr em movimento, gerando também um capital excedente sem possibilidades de investimento. Nas palavras de Marx, “excesso de capital e excesso de população”. Daí em diante a acumulação só é possível a taxas decrescentes,

tornando parte do capital ocioso, gerando desemprego crescente e superprodução de mercadorias. (GROSSMAN, 1992).

Em suma, o equilíbrio pressuposto pelos esquemas se desfaz e a economia entra em um estado de desarranjo com consequências sociais negativas tanto para os capitalistas como para os trabalhadores, estes últimos atingidos principalmente pelo desemprego e por cortes salariais. Uma situação que não pode ser mantida por muito tempo sem levar o capitalismo ao colapso.

O que Grossman demonstra, por meio dos esquemas de Bauer, é que a própria hipótese necessária para se contrapor ao subconsumo, uma taxa crescente de acumulação, gera necessariamente sobre-acumulação, conforme o investimento cresça mais rapidamente do que a mais-valia gerada. A hipótese subconsumista de que existem barreiras à acumulação acelerada é assim justificada, mas pela razão inversa: o problema não seria um excedente irrealizável, mas a escassez relativa do excedente. Dessa forma:

The capitalist mechanism falls sick not because it contains too much surplus value but because it contains too little. The valorization of capital is its basic function and the system dies because this function cannot be fulfilled. In explaining how this happens the logical unity and consistency of Marx's system finds its most powerful expression. (GROSSMAN, 1992, p. 126)⁵²

As conclusões de Grossman sobre o modelo de Bauer permitem igualmente uma apreciação dos esquemas de Tugan-Baranowsky. Pois, como afirma corretamente Rosdolsky (2001, p. 414-416), o exemplo de Bauer é simplesmente uma ilustração do “carrossel” – máquinas criando máquinas – de Tugan: em ambos os casos, a proporção entre os departamentos, em um esquema com composição orgânica crescente, só pode ser obtida se os capitalistas do departamento II continuamente transferirem capital para o departamento I, o que resulta na “hipertrofia irreal” do departamento I, “carente de qualquer sentido econômico”. De fato, no esquema de Bauer ampliado, o capital constante chega a 82,9% do produto anual total no 35º ano! Mas independente dessa hipertrofia ter “sentido econômico” ou não, o ponto é que ela debilita suas próprias condições, tornando-se objetivamente impossível após certo tempo. Da mesma forma, o real problema com a teoria da “produção pela produção” de Tugan e sua hipótese extrema de uma economia constituída apenas de meios de produção não é a falta de consumo, mas a falta de lucro. Em uma economia assim,

⁵² “O mecanismo capitalista adoece não porque contém muita mais-valia, mas porque contém muito pouca. A valorização do capital é sua função básica e o sistema morre porque essa função não pode ser cumprida. Ao explicar do isso acontece, a unidade e consistência lógicas do sistema de Marx encontram sua expressão mais poderosa.” (GROSSMAN, 1992, p. 126, tradução nossa)

simplesmente não haveria mais-valia e, portanto, lucro; não haveria qualquer produção capitalista.

Tendo apresentado a tendência do capitalismo ao colapso, Grossman pode então analisar os desvios dessa tendência, os ciclos econômicos e as crises, mantendo-se fiel ao seu postulado metodológico. É possível falar de uma tendência ao colapso porque ela é deduzida da própria natureza da acumulação capitalista mesmo nas condições de equilíbrio, abstraindo-se os desvios periódicos. Essa é a única importância dos esquemas de reprodução para o raciocínio de Grossman: mostrar que a tendência ao colapso devido à valorização insuficiente é independente das desproporções, sejam desproporções entre setores ou entre a produção e o consumo social.

Os ciclos econômicos, nessa abordagem, são igualmente ditados pelo movimento da lucratividade, ainda que se apresentem por meio das oscilações periódicas entre sub-acumulação e sobre-acumulação. No início do ciclo, a taxa de acumulação é menor do que a necessária para o equilíbrio: a lucratividade ainda é alta e há ampla disponibilidade de força de trabalho, mantendo os salários baixos, e, além disso, existe capital de empréstimo ocioso. Esse cenário estimula a acumulação e leva à fase ascendente do ciclo. O desemprego cai, os salários crescem e o capital ocioso é direcionado aos investimentos produtivos. Mas conforme a taxa de acumulação cresce, a taxa de lucro começa a declinar até que, pelos motivos já mencionados, se atinge o estágio de sobre-acumulação e o ciclo inicia sua fase descendente. (GROSSMAN, 1992).

A “teoria do colapso de Marx é também uma teoria das crises”, afirma Grossman (1992, p. 83). Mas a concepção que o autor desenvolve sobre as crises e sua relação com o colapso é bem diferente da concepção desenvolvida pelas teorias anteriores. As crises não são, para Grossman, mero momento da fase descendente do ciclo econômico, muito menos um desajuste passageiro entre a produção e o mercado, ou entre a acumulação e a população, nem a culminância de qualquer tendência à depressão crônica. As crises são a forma de impedir que o colapso torne-se absoluto, transformando a tendência contínua ao colapso em uma série de ciclos periódicos de ascensão, crise e recuperação:

In this way the breakdown tendency, as the fundamental tendency of capitalism, splits up into a series of apparently independent cycles which are only the form of its constant, periodic reassertion. Marx's theory of breakdown is thus the necessary basis and presupposition of his theory of crisis, because according to Marx crises are only the form in which the breakdown tendency is temporarily interrupted and

restrained from realising itself completely. In this sense every crisis is a passing deviation from the trend of capitalism. (GROSSMAN, 1992, p. 85)⁵³

Assim, a tendência ao colapso não se afirma diretamente devido à influência de uma série de contra-tendências que retardam ou revertem temporariamente o processo. Em especial, essas contra-tendências são ativadas durante as crises restaurando a taxa de lucro e propiciando as condições para que o processo de acumulação seja retomado, voltando a percorrer o ciclo anterior até a nova crise. Pois a crise traz consigo desvalorização e destruição do capital, queda nos salários, redução no ritmo da acumulação e incentiva a exportação de capital para países de baixa composição orgânica. Todos esses fatores fazem elevar a lucratividade e criam as condições para a superação do desastre econômico. “The crisis is therefore, from the standpoint of capitalist production, a healing process through which the valorisation of capital is restored [...]” (GROSSMAN, 1992, p. 99)⁵⁴.

Essa noção de crise como processo de recuperação do capitalismo, corresponde perfeitamente à descrição de Marx (2008, p. 327-328) da crise como “solução momentânea das contradições capitalistas”. É claro que essa ideia não era de forma alguma estranha aos marxistas que precederam Grossman. Bernstein, Kautsky e Rosa Luxemburgo sabiam perfeitamente que as crises eram manifestações periódicas das contradições capitalistas que criavam condições para a expansão renovada do capital. Mas enquanto o primeiro advogava que as crises haviam sido praticamente eliminadas, os outros dois se contentavam em apontar que a tendência ao subconsumo levaria ao agravamento progressivo das crises. Do outro lado, para Hilferding e Otto Bauer, o caráter transitório das crises era simplesmente um reflexo dos ciclos industriais, uma fase em que as proporções de equilíbrio eram rompidas. De qualquer modo, a crise, ainda que inerente ao capitalismo, permanecia sendo vista como um desajuste.

Em Grossman, ao contrário, essa característica das crises é o elemento central de sua teoria. As crises, em sua conjunção com a tendência ao colapso, tornam-se um momento decisivo para o futuro do capitalismo. Pode-se dizer que a efetivação da crise é ao mesmo tempo a negação do colapso. Por esse motivo, os mecanismos pelos quais o capital pode restaurar a lucratividade ganham um destaque muito maior na obra de Grossman: a análise das contra-tendências ocupa um terço da edição inglesa do livro. Sua exposição é uma

⁵³ “Dessa forma a tendência ao colapso, como a tendência fundamental do capitalismo, divide-se em uma série de ciclos aparentemente independentes, que são apenas a forma de sua reafirmação periódica, constante. A teoria do colapso de Marx é então o pressuposto e a base necessária de sua teoria da crise, porque segundo Marx as crises são apenas a forma na qual a tendência ao colapso é temporariamente interrompida e impedida de se realizar completamente. Nesse sentido, cada crise é um desvio passageiro da tendência [direção] geral do capitalismo.” (GROSSMAN, 1992, p. 85, tradução nossa).

⁵⁴ “A crise é, portanto, do ponto de vista da produção capitalista, um processo de cura por meio do qual a valorização do capital é restaurada.” (GROSSMAN, 1992, p. 99, tradução nossa).

retomada e expansão da lista de contra-tendências à queda da taxa de lucro apresentada por Marx no livro III de O Capital. Há uma enorme variedade desses fatores, mas seu efeito se resume ou a um aumento da taxa de mais-valia ou a uma redução no valor do capital constante (e assim na composição orgânica). O aumento da produtividade e a racionalização da produção, a formação do Exército Industrial de Reserva, a desvalorização do capital constante, a redução do tempo de rotação do capital e a migração do capital para esferas produtivas com baixa composição orgânica são todos exemplos de fatores que atuam, em um ou em outro sentido para elevar a taxa de lucro. Grossman aponta ainda para mecanismos que aumentam a parcela do lucro retida pelos capitalistas industriais e assim disponibilizam um volume maior do excedente para a acumulação: patenteiam-se na luta do capital industrial contra a renda da terra e contra o lucro comercial. Mais importante ainda, o imperialismo seria um método privilegiado de restaurar a lucratividade, pela troca desigual (transferência de valor dos países menos desenvolvidos para os mais desenvolvidos, conforme se igualam as taxas de lucro), pelo acesso a matérias-primas e pelas oportunidades de investimento nas regiões de baixa composição orgânica e sub-acumulação (GROSSMAN, 1992).

Howard e King (1989) notam que Grossman interpreta as contra-tendências como elementos que surgem na fase descendente do ciclo ou na crise para elevar a lucratividade, o que consistiria em um equívoco metodológico percebido por Helene Bauer. Pois as contra-tendências seriam inerentes ao processo de acumulação e não poderiam assim ser introduzidas na análise no momento final. A essa crítica poderíamos adicionar que o próprio Marx trata as contra-tendências como forças acompanhando o processo de acumulação: seu papel é retardar ou reverter temporariamente a própria queda da taxa de lucro, e não o colapso em si.

Esse é um ponto sensível porque mostra uma indefinição significativa na teoria de Grossman: as contra-tendências restauradoras da lucratividade são processos automáticos que acompanham a acumulação e se provam decisivas durante a crise ou são mecanismos dos quais o capital lança mão para sobreviver ao colapso e cujo resultado é incerto? O problema é que Grossman não diferencia entre a função das contra-tendências no processo normal de acumulação e nas crises. Mas em sua exposição é como se o processo normal de acumulação, e a tendência inerente ao colapso que o acompanha, se desenrolasse quando as contra-tendências são subjugadas pela tendência principal. Por sua vez, o colapso seria anulado quando as contra-tendências se impusessem, o que com grandes chances ocorreria nas crises.

Dai surge o caráter indeterminado da teoria do colapso de Grossman, pois se o caminho da acumulação até a derrocada é certo, a efetivação do colapso geral do capitalismo ou sua superação por meio da crise é incerta. A fase ascendente do ciclo é previsível assim

como a crise, e o efeito das contra-tendências é exato, podendo-se estimar a duração do período de expansão por meio de quatro fatores: a composição orgânica do capital, a taxa de mais-valia, a taxa de acumulação do capital constante, e a taxa de acumulação do capital variável (GROSSMAN, 1992). Mas o processo de recuperação da crise seria, por natureza, de duração indeterminável. Por quê? Grossman não responde, ao menos não explicitamente. Mas é possível arriscar uma interpretação mirando-se no próprio caráter das contra-tendências que ele discute. Durante a expansão, a acumulação prossegue a um dado ritmo, e este é determinado pelos quatro fatores citados. Nessa fase, as contra-tendências permanecem atuantes e influenciam a acumulação através de seus efeitos nesses mesmos fatores. A crise, no entanto, gera uma ruptura no próprio processo de acumulação e o novo ritmo da acumulação é indeterminado, isto é, os novos níveis “normais” dos fatores que determinam a acumulação não são conhecidos de antemão. As contra-tendências aparecem mais fortes e se sobressaem com a acumulação enfraquecida, mas tampouco é possível saber seus efeitos exatos no novo e incerto cenário econômico. O resultado depende da relação recíproca das inúmeras contra-tendências e da força destas para reverterem o estado de falência econômica por meio da elevação da taxa de lucro. O colapso, por outro lado, depende do enfraquecimento dessas contra-tendências: “Once these countertendencies are themselves defused or simply cease to operate, the breakdown tendency gains the upper hand and asserts itself in the absolute form as the final crisis”. (GROSSMAN, 1992, p. 85)⁵⁵.

Esse caráter indeterminado da teoria do colapso de Grossman, graças à sua perspectiva sobre as contra-tendências, é precisamente o que introduz em sua análise a luta de classes, o fundamento ativo. Assim, Grossman antecipa as críticas e rejeita qualquer leitura “mecanicista” de sua teoria. Como o próprio Grossman explica, em uma carta a Paul Mattick:

Obviously, as a dialectical Marxist, I understand that both sides of the process, the objective and subjective elements influence each other reciprocally. In the class struggle these factors fuse. One cannot ‘wait’ until the ‘objective’ conditions are there and only then allow the ‘subjective’ factors to come into play. That would be an inadequate, mechanical view, which is alien to me. But, for the purposes of the analysis, I had to use the process of abstract isolation of individual elements in order to show the essential function of each element. Lenin often talks of the revolutionary situation which has to be objectively given, as the precondition for the active, victorious intervention of the proletariat. The purpose of my breakdown theory was not to exclude this active intervention, but rather to show when and under what

⁵⁵ “Uma vez que essas contratendências são desativadas ou simplesmente param de operar, a tendência ao colapso ganha vantagem e se afirma em sua forma absoluta como a crise final.” (GROSSMAN, 1992, p. 85, tradução nossa)

circumstances such an objectively given revolutionary situation can and does arise. (GROSSMAN apud. KUHN, 2005, p. 89)⁵⁶

Assim, fiel à colocação de Lênin (2002) de que “não existe situação absolutamente desesperadora” para o capital, Grossman encerra sua análise com o papel da luta de classes. Os elementos objetivo e subjetivo se entrelaçam, eles não são aspectos separados ou mesmo complementares, são manifestações do *mesmo* processo. As discussões surgidas no seio da Segunda Internacional costumavam enfatizar ambos os aspectos, mas por meio de sua separação e exteriorização. Por isso, Bernstein pode contrapor facilmente a “teoria do colapso” do Programa de Erfurt à luta quotidiana em favor da classe trabalhadora. Por isso, Kautsky e Rosa Luxemburgo, após terem assegurado a inevitabilidade do fim do capitalismo pela falta de mercados, se apressam em enfatizar que conforme o capitalismo se aproxima do fim esperado as condições da classe trabalhadora pioram e a revolução advém antes da catástrofe econômica. Pela mesma razão, os detratores da teoria do colapso, Tugan-Baranowsky, Hilferding e Otto Bauer (e posteriormente também Kautsky), podem alegar terem se mantido fiéis à necessidade histórica do socialismo, por terem localizado essa necessidade na ação consciente na luta de classes, que certamente é influenciada pelas crises recorrentes mas não coincide com os efeitos das crises. Posteriormente, os bolcheviques dispensaram igual tratamento à teoria do colapso com base no mesmo raciocínio. Tudo isso foi visto nos capítulos precedentes. Mas aqui se encontra a diferença fundamental da leitura de Grossman em relação às anteriores: na rejeição da ligação externa entre a tendência ao colapso e a luta de classes⁵⁷.

A tendência ao colapso, em Grossman, é apenas outra expressão da luta de classes, é seu lado objetivado. Essa relação se manifesta em dois sentidos. Em primeiro lugar, a tendência ao colapso é ela própria resultado das contradições do capitalismo, assentadas sobre o caráter antagônico da produção capitalista, sobre a extração de mais-valia que subjaz ao

⁵⁶ Grossmann, Henryk 1969, ‘Briefe Henryk Grossmanns an Paul Mattick über Akkumulation’, in Henryk Grossmann, *Marx, die klassische Nationalökonomie und das Problem der Dynamik*, Frankfurt am Main: Europäische Verlagsanstalt. p. 88. “Obviamente, como um marxista dialético, eu compreendo que ambos os lados do processo, os elementos objetivos e subjetivos, se influenciam reciprocamente. Na luta de classes esses fatores se fundem. Não se pode ‘esperar’ até que as condições ‘objetivas’ existam e só então permitir que os fatores ‘subjetivos’ desempenhem seu papel. Essa seria uma visão mecânica, inadequada, que é alheia a mim. Mas, para os propósitos da análise, eu tive de usar o processo de isolar abstratamente elementos individuais a fim de mostrar a função essencial de cada elemento. Lênin frequentemente fala da situação revolucionária que deve ser objetivamente dada, como pré-condição para a intervenção ativa e vitoriosa do proletariado. O propósito da minha teoria do colapso não é excluir essa intervenção ativa, mas antes mostrar quando, e sob quais circunstâncias, tal situação revolucionária, objetivamente dada, pode e deve surgir.” (GROSSMAN apud. KUHN, 2005, p. 89, tradução nossa).

⁵⁷ É interessante assinalar que o último capítulo do livro *A Lei da Acumulação* de Grossman, que trata exatamente da luta de classes, não consta da versão em língua inglesa, que fora resumida por Jairus Banaji. Não obstante, a maioria dos críticos de Grossman certamente tinha acesso ao original em alemão.

processo de valorização do capital. Nesse sentido, a tendência é determinada desde o princípio pelo enfrentamento das duas classes, conforme este se expressa nas *forças econômicas* que influenciam o processo de acumulação e decidem a forma e a velocidade em que ocorrerá o colapso: “[...] su irrupción en realidad, y dentro de ciertos límites, está sujeta a la influencia de enfrentamientos conscientes de las dos clases consideradas.” (GROSSMANN, 1985, p. 451)⁵⁸. Isso significa que a ação consciente das classes em disputa influencia os pressupostos sob os quais o colapso é esperado, e assim o resultado do processo de acumulação também é modificado. Se, por exemplo, os capitalistas conseguem reduzir os salários abaixo do valor da força de trabalho, então o colapso levará um tempo maior para ocorrer.

Em segundo lugar, esses enfrentamentos conscientes são limitados por “[...] uma certa margem à participação ativa das classes”, deixada pelo processo de acumulação (GROSSMANN, 1985, p. 452). Essa “certa margem” a que Grossman se refere não parece ser simplesmente um limite quantitativo, externo, à influência da luta de classes. Pelo contrário, a limitação à ação consciente das classes parece ser constitutiva da própria existência dessas classes como agentes do processo de acumulação, sendo assim uma limitação qualitativa, interna à luta de classes. Em outras palavras, as duas classes em questão, capitalistas e trabalhadores, agem sobre a acumulação tentando impor seus próprios interesses, mas só o fazem na medida em que estão inseridas no mecanismo da acumulação, da mesma forma em que o efeito de suas ações só ocorre dentro da forma pré-estabelecida pela acumulação de capital. A limitação é o caráter capitalista da relação de classes. Por isso, a acumulação constitui um “limite objetivo à ação sindical” (GROSSMANN, 1985, p. 449): já que as demandas sindicais só podem expressar demandas dentro do capitalismo – aumentos salariais, melhores condições trabalhistas, etc. – e só surgem na medida em que a acumulação assim necessita, só podem ser atendidas enquanto a acumulação possibilitar.

Na crise, os dois sentidos da relação entre a luta de classes e a tendência ao colapso são diretamente postos. As classes se confrontam como sujeitos sociais ativos e como objetos de leis econômicas cegas. Pela mesma razão com que antes defendiam suas demandas particulares, visando influenciar o próprio processo da acumulação, agora trabalhadores e capitalistas devem lutar para defender seus interesses frente às consequências inevitáveis desse processo. O resultado dessa luta define se o colapso irá se efetivar ou se as contratendências irão se impor e transformá-lo em uma crise passageira. Nesse estágio, a crise torna-se uma “situação revolucionária objetivamente dada”. Se a luta de classes política havia

⁵⁸ “[...] sua irrupção na realidade, e dentro de certos limites, está sujeita à influência de enfrentamentos conscientes das duas classes consideradas.” (GROSSMANN, 1985, p. 451, tradução nossa).

sido canalizada por forças econômicas, a crise torna essas próprias forças econômicas uma questão diretamente política.

Ainda que o anterior não tenha sido explicitamente desenvolvido por Grossman nesses termos, esse é o caminho traçado pelo autor em sua análise da pauperização. Grossman (1985) argumenta que, ao contrário do que pensam os críticos de Marx, a teoria marxiana da acumulação não exclui uma melhora nas condições de vida do proletariado ou um aumento dos salários reais; na realidade, a teoria de Marx pressupõe que tal melhora ocorra. Os salários *reais* (em termos de valores de uso) crescem com o aumento da produtividade, pois esse aumento leva a uma maior intensidade do trabalho e faz com que a força de trabalho necessite de um volume maior de valores de uso para se reproduzir. E isso ocorre ainda que os salários decresçam em termos de valor. As lutas salariais empregadas pelos trabalhadores seriam, na realidade, tentativas de manter os salários reais ao nível necessário à reprodução da força de trabalho, de recuperar o valor normal da força de trabalho face às pressões da acumulação (GROSSMANN, 1985). Mas essa melhora encontra seu limite na acumulação: quando esta se detém, devido à valorização insuficiente, o crescimento dos salários reais termina, e do estancamento passa a uma queda contínua. “Pero esto equivale al empeoramiento de la situación de la clase obrera, al aumento no sólo de su miséria social, sino también de su miséria física.” (GROSSMANN, 1985, p. 449)⁵⁹. A pauperização é assim o resultado inevitável do desenvolvimento da acumulação, que a partir de certo ponto só pode prosseguir deprimindo os salários.

Desse ponto em diante, isto é, a partir da emergência do colapso pela escassez da mais-valia, a luta do proletariado pelos meios de sobrevivência e a luta dos capitalistas pela apropriação de mais-valia, torna-se uma questão de vida e morte para o capitalismo e para as forças políticas envolvidas:

Recién a partir de nuestra interpretación de la acumulación capitalista es posible comprender por qué en los niveles superiores de la misma la lucha en torno a la distribución del ingreso no es una mera lucha por conquistar mejores condiciones de vida para las clases que intervienen, sino que se trata de una lucha por la *propia existencia del mecanismo capitalista*. Recién entonces podemos entender la razón por la cual, en los peldaños más elevados de la acumulación capitalista, toda elevación significativa de los salarios choca con dificultades cada vez mayores y por qué toda lucha *económica* relevante *se transforma* en una cuestión que hace a la propia existencia del capitalismo, es decir podemos comprender por qué se convierte en una *cuestión política que atañe al poder*. (GROSSMANN, 1985, p. 452)⁶⁰

⁵⁹ “Mas isto equivale à piora da situação d classe operária, ao aumento não apenas de sua miséria social, mas também de sua miséria física.” (GROSSMANN, 1985, p. 449, tradução nossa)

⁶⁰ “Só a partir de nossa interpretação da acumulação capitalista é possível compreender por que, em seus níveis superiores, a luta em torno da distribuição de renda não é uma mera luta para conquistar melhores condições de vida para as classes participantes, mas se trata de uma luta pela *própria existência do mecanismo capitalista*. Só então podemos entender a razão por que, nos degraus mais altos da acumulação capitalista,

A conjugação direta entre a ação da classe trabalhadora por suas condições econômicas e o colapso, característica marcante do pensamento de Grossman, também é a forma como o autor aborda a querela revisionista entre Bernstein e Rosa Luxemburgo, posicionando-se ao lado da última: reforma e revolução não são opostos, uma vez que o objetivo final do socialismo corresponde, para a classe trabalhadora, ao resultado de sua luta cotidiana.

A recepção à obra de Grossman fora majoritariamente hostil. Da ultra-esquerda à direita do marxismo, sua teoria da acumulação e do colapso fora rejeitada. Os social-democratas Braunthal, Conrad Schmidt e Helene Bauer (esposa de Otto Bauer), o luxemburguista Sternberg, o líder da nova ortodoxia soviética Varga, os “comunistas de conselhos” Korsh e Pannekoek, entre outros nomes destacados, publicaram críticas enfáticas logo após o aparecimento do livro de Grossman. Como aponta Kuhn (2004), essa hostilidade podia ser em parte esperada, devido a que a própria obra de Grossman ataca as interpretações vigentes de inúmeros autores marxistas. Ademais, as primeiras críticas baseiam-se em uma verdadeira distorção dos argumentos de Grossman, leituras equívocas às quais o próprio autor respondeu diversas vezes. Dessas, destacam-se duas objeções principais: Grossman teria exposto uma teoria do colapso “automático” e teria ignorado a ação de mecanismos contrários à queda na taxa de lucro, como a desvalorização do capital constante e o aumento na taxa de mais-valia.

Desde então, as mesmas críticas seriam repetidamente “regurgitadas” dentro do marxismo (KUHN, 2005, p. 91). Howard e King (1989, p. 329-332) sintetizam as críticas e as endossam: “Hence Grossmann failed completely to establish the necessity of capitalist breakdown.” (HOWARD; KING, 1989, p. 331). Por sua vez, Sweezy (1983, p. 166-169) considera a interpretação de Grossman como um exemplo do “perigo do raciocínio mecanicista” e aponta a arbitrariedade do esquema de Bauer (crítica que havia sido primeiro levantada por Helene Bauer). E enfim, Colletti (1985, p. 432-433) endossa tanto a objeção de Sweezy quanto a ideia de que Grossman teria ignorado contra-tendências à queda da taxa de lucro por se concentrar na massa de lucro.

Parece-nos que toda a exposição precedente é suficiente para dar razão a Kuhn ao alegar que as objeções dos críticos fundamentam-se em distorções e mal-entendidos sobre os

toda elevação significativa dos salários se choca com dificuldades cada vez maiores, e por que toda luta econômica relevante *se transforma* em uma questão que envolve a própria existência do capitalismo, quer dizer, podemos compreender por que se transforma em uma *questão política que diz respeito ao poder.*” (GROSSMANN, 1985, p. 452, tradução nossa).

argumentos de Grossman. Não apenas é clara a importância que Grossman atribui à luta de classes e sua influência, rejeitando explicitamente qualquer leitura “mecanicista” ou “automática” do colapso, como as contra-tendências são extensivamente analisadas em praticamente um terço do livro⁶¹. Se há um problema com a teoria do colapso de Grossman, seria antes sua indeterminação do que seu automatismo.

Quanto à objeção de que o esquema de Bauer seria arbitrário, não podendo ser usado como base para representar a acumulação real, fica patente a incompreensão em relação ao método explicitamente adotado por Grossman. Pois Grossman mostra-se bem consciente da inadequação dos esquemas, os quais só utiliza para ilustrar seu argumento: a tarefa à qual ele se propõe, e à qual ele explicitamente se refere em vários momentos, é demonstrar que um desequilíbrio emerge da acumulação de capital mesmo sob as condições mais favoráveis, mesmo sob o equilíbrio pressuposto pelos esquemas de Bauer. Trata-se, claro, de uma crítica imanente, que pretende refutar os argumentos dos adversários sob os próprios pressupostos destes. Dessa forma, a ideia de que Grossman permaneceria “prisioneiro” da Lei de Say tanto quanto os “neo-harmonistas” que ele criticava, como sustentam Howard e King (1989), é completamente destituída de fundamento. Os autores que sustentam sua crítica à Grossman enfatizando a inadequação do esquema de Bauer é que permanecem presos à confusão metodológica a que Rosdolsky havia se referido e que mencionamos anteriormente. Para finalizar:

Bauer's scheme is insufficient on many grounds. . . . I wanted to demonstrate that the result of even this, his mistaken scheme is breakdown and not equilibrium. I do not want, however, to identify myself with Bauer's scheme under any circumstances. (GROSSMANN apud. KUHN, 2005, p. 81)⁶².

A teoria de Grossman é apenas ilustrada pelos, apresentada *através* dos, esquemas falhos de Bauer, sua substância, no entanto, reside na articulação original entre a teoria da acumulação do livro primeiro de O Capital e a lei da queda tendencial da taxa de lucro no livro terceiro. Esse é o sentido da “recuperação de Marx” efetuada por Grossman, e a

⁶¹ Pouco importa, para a validade da teoria, se as contra-tendências são entendidas como aspectos que acompanham o processo da acumulação ou como fatores de restauração da lucratividade na crise, pois a abordagem de Grossman engloba ambos os lados. Também o fato de Grossman concentrar sua análise na massa de lucro não modifica em nada a questão, pois a massa de lucro começa a estancar precisamente porque se impõe a tendência à queda na taxa de lucro, a despeito das contra-tendências. Por essa razão Marx considera a referida tendência uma *lei*.

⁶² Grossmann, Henryk 1969, ‘Briefe Henryk Grossmanns an Paul Mattick über Akkumulation’, in Henryk Grossmann, *Marx, die klassische Nationalökonomie und das Problem der Dynamik*, Frankfurt am Main: Europäische Verlagsanstalt. p.88. “O esquema de Bauer é insuficiente em vários aspectos... Eu quis demonstrar que mesmo o resultado disso, seu esquema equivocado, é o colapso e não o equilíbrio. Eu não quero, contudo, me identificar com o esquema de Bauer sob nenhuma circunstância.” (GROSSMANN apud. KUHN, 2005, p. 81, tradução nossa).

discussão sobre os esquemas de reprodução do livro segundo, apenas serve para mostrar que estes não contradizem o restante da obra de Marx. As críticas à sua obra certamente teriam sido melhor conduzidas se fossem direcionadas à própria lei de queda da taxa de lucro de Marx. Mas isso, obviamente, não convinha a um marxismo que havia se habituado em usar o nome de Marx como legitimação de qualquer que fosse o posicionamento teórico requerido pelos interesses do momento. Ao fim, resta o reconhecimento, até mesmo pelos seus críticos atuais, que a hostilidade à obra de Grossman fora em grande parte causada por motivações políticas⁶³. Fato que se deve à posição independente de Grossman em relação às doutrinas partidárias, seja da social-democracia alemã, do bolchevismo soviético ou do “comunismo de conselhos” esquerdista, situação perfeitamente definida por Kuhn (2004) como uma “teoria econômica sem um lar político”. Mais ainda, não terá sido por acaso que a última grande defesa de uma teoria do colapso antes de Grossman, a de Rosa Luxemburgo, tenha sofrido semelhante hostilidade. Assim, a teoria do colapso e das crises baseada na queda da taxa de lucro estava destinada a ter pouco impacto no marxismo, por um bom tempo.

5.2 ESTAGNAÇÃO ECONÔMICA E TAXA DE LUCRO: O DEBATE PÓS-1973

Quando Grossman escrevera sua obra magna, havia previsto que: “The time has come for a reconstruction of Marx’s theory of breakdown.” (GROSSMAN, 1992, p. 102)⁶⁴. A Crise de 1929 e a Grande Depressão que a seguiu, teriam propiciado uma oportunidade histórica ímpar para a reafirmação da teoria do colapso. Mas o cenário político e ideológico do marxismo à época era extremamente desfavorável. A social-democracia alemã havia abandonado qualquer teoria do colapso e a nova teoria hegemônica da crise mesclava subconsumo e desproporção. No lado russo, onde a teoria do colapso fora rejeitada desde o princípio, a ascensão do stalinismo elevou o subconsumismo de Varga a doutrina oficial. Em ambos os casos, contudo, a ideia do colapso por causas econômicas encontrava-se ausente e as variáveis políticas ganhavam proeminência. Não é preciso insistir que como consequência a análise econômica encontrava-se separada da análise política. Assim, a Grande Depressão foi saudada com enorme complacência pela maioria dos marxistas: acreditava-se que a crise

⁶³ “It is difficult to escape the conclusion, however, that much of the hostility to him [Grossman] was politically motivated.” (HOWARD E KING, 1989, p.331)*.

* “Contudo, é difícil escapar à conclusão de que muito da hostilidade a ele [Grossman] foi motivada politicamente.” (tradução nossa)

⁶⁴ “Chegou o momento para uma reconstrução da teoria do colapso de Marx.” (GROSSMAN, 1992, p. 102, tradução nossa)

em questão era duradoura e que formaria a base para a revolução proletária, mas nenhuma teoria econômica aceita podia fundamentar essa crença.

Howard e King (1992) proporcionam uma boa revisão da confusão imperante no debate marxista sobre a natureza e as causas da Grande Depressão. No debate se mesclavam diversas explicações, a guerra e o imperialismo voltavam à cena e a crença no triunfo do socialismo era mantida pela ideia de que as contradições capitalistas estariam se aprofundando. Entre outros, Otto Bauer, Varga, Natalie Moszkowska, Trotsky, Lewis Corey e Preobrazhensky, a despeito de discordâncias significativas, mantinham todos a mesma convicção de que a crise apresentava características únicas e de amplas consequências sociais, com indicativos de uma crise final do capitalismo e do anúncio da revolução. Mesmo Kautsky, para quem a recuperação econômica era inevitável, acreditava que a crise traria o fortalecimento da classe trabalhadora e com isso a revolução proletária, na mesma medida da melhoria econômica.

Pode-se dizer que na década de 1930, o marxismo ironicamente viu emergir o colapso do capitalismo logo após ter abandonado a teoria do colapso capitalista. Não deve causar surpresa que, quando o capitalismo se recuperou da depressão, muitos dos autores que haviam anteriormente previsto a ampliação das contradições capitalistas e a revolução operária passaram a saudar a plasticidade e a estabilidade do capitalismo. Até mesmo Varga, o economista porta-voz do Comintern e da ortodoxia stalinista, argumenta em 1946 que o capitalismo do pós-guerra havia entrado em uma fase de crescente estabilidade (HOWARD; KING, 1992). A atitude, como era de se esperar, lhe gerou a acusação de ser reformista e a obrigação de retratar-se publicamente da “heresia”, mas o subconsumismo já havia se transformado em mera ideologia oficial, e a preocupação real com o colapso capitalista havia se dissipado tanto teórica como praticamente, dando lugar ao problema das relações entre o bloco soviético e o bloco “ocidental”.

Em termos teóricos, o resultado da Grande Depressão foi a ascensão triunfal do keynesianismo, conforme a crise se transformava no *boom* econômico do pós-guerra. A evidente inadequação das explicações marxistas para a vitalidade da acumulação que seguiu à catástrofe propiciou uma abertura para a influência das ideias keynesianas no marxismo. Na realidade, o terreno para a mescla de elementos keynesianos e marxistas para explicar os movimentos da acumulação já havia sido preparado muito tempo antes de Keynes escrever sua Teoria Geral. Como visto, a análise da acumulação por meio dos esquemas de reprodução havia levado, desde Tugan-Baranowsky, à questão sobre os determinantes do investimento. A mesma questão que formula Rosa Luxemburgo em relação à origem da demanda para a mais-

valia crescente. Nesse sentido, a teoria da demanda efetiva de Keynes vem precisamente responder a esse problema em torno do qual o marxismo havia se debatido por mais de uma década. A junção entre as teorias do subconsumo e da desproporção foi somente o último passo: a distribuição antagônica da renda (subconsumo) levando a uma insuficiência de demanda, o efeito depressivo da poupança dos capitalistas, o investimento como meio de cobrir a brecha na demanda, a inexistência de um mecanismo capitalista que garanta o pleno emprego, tudo isso é tão presente nas teorias marxistas da crise pré-1929 quanto nas teorias keynesianas do pós-guerra. Daí as afinidades entre os modelos de crescimento de Otto Bauer e Sweezy e os modelos neo-keynesianos de Harrod e Domar. Daí a teoria da demanda efetiva de Kalecki partir de esquemas de reprodução baseados nos esquemas Marx. Daí o fato de a principal teoria subconsumista marxista do pós-guerra, a do capital monopolista de Baran e Sweezy, se assentar completamente na teoria de formação dos preços de Joan Robinson, Chamberlin e Steindl. E, como visto, o limite dessa resposta keynesiana à questão levantada pelos marxistas foi apontado por Shaikh (1983, p. 26-27) no caráter “*ad hoc*” das explicações de Robinson, Kalecki, Steindl, e também de Baran e Sweezy para os determinantes das tendências de longo prazo da acumulação. Essa limitação ficou mais evidente quando, em finais da década de 1960, a acumulação acelerada dos anos anteriores começava a dar sinais de esgotamento.

Uma resposta alternativa havia sido formulada dentro do marxismo por Grossman, mas ela permaneceria marginal até que uma nova crise, nos anos 1970, fizesse ressurgir a discussão em torno da taxa de lucro. A novidade, desta vez, era o fato de que a estagnação do crescimento surgia após três décadas de aumento sustentado nos salários reais, pleno emprego e gastos massivos do estado a fim de manter a demanda efetiva. Após 1973, e o “primeiro choque do petróleo”, a crise tornara-se visível a todos. Dificilmente se poderia argumentar que a crise se devia a uma insuficiência no consumo dos trabalhadores ou na demanda efetiva. Ademais, a queda na lucratividade era um fato empírico reconhecido, e essa queda parecia ser causa da estagnação e não consequência como previam as teses subconsumistas e da desproporção. O resultado foi uma renovada controvérsia em torno da lei da queda tendencial da taxa de lucro, fazendo ressurgir não apenas as teses “esquecidas” de Grossman mas todo um conjunto de defesas, objeções, mal-entendidos e esclarecimentos sobre a lei de Marx que permearam o marxismo na primeira metade do século XX mas ficaram obscurecidos por outras preocupações. Nessa retomada, entretanto, a questão sobre o colapso do capitalismo, que há muito havia se dispersado dos debates marxistas, pode apenas ser entrevista de modo efêmero nos diferentes argumentos.

O problema colocado aos marxistas pela crise era, então, explicar a causa da queda na taxa de lucro. Como mostra Clarke (1994), a resposta a essa questão dividiu os marxistas em dois campos opostos: os que viam a queda na lucratividade como resultado do crescimento dos salários comprimindo os lucros, e os que se baseavam estritamente na lei esboçada por Marx e argumentavam que a causa da lucratividade decrescente era o crescimento da composição orgânica. Os primeiros eram considerados “neo-ricardianos” em alusão ao caráter distributivista de sua teoria, semelhante à de Ricardo⁶⁵, e os últimos eram chamados “fundamentalistas”, ambas denominações com intenção depreciativa. Para fins de distinção teórica, também é comum denominar os autores que defendem a tese da composição orgânica crescente como constituindo a “escola lógica do capital” (*capital logic school*) (HOWARD E KING, 1992, p. 143) ou “escola da composição orgânica crescente” (DEVINE, 1987, p.24). Enquanto as teorias baseadas na pressão salarial, podem ser consideradas como constituindo a “escola do conflito social” (DEVINE, 1987, p. 24) ou teorias da “sobre-acumulação” por escassez de força de trabalho (HOWARD; KING, 1992, p. 318), mas são mais comumente agrupadas sob o nome de teoria da “compressão dos lucros” (*profit squeeze*) (SHAIKH, 1983, p. 38).

5.3 LUTA DE CLASSES E “PROFIT SQUEEZE”

A crise que seguiu o “primeiro choque do petróleo” em 1973 e se arrastou até os anos 1980 colocava novamente a lei da tendência decrescente da taxa de lucro em primeiro plano no debate marxista. Mas a lei formulada por Marx não havia melhorado sua reputação desde o trabalho de Grossman. Os marxistas, então, se voltaram para uma formulação alternativa para explicar o declínio da lucratividade que precedeu a crise. Essa formulação deu origem à chamada teoria do *profit squeeze*, ou “compressão dos lucros” devido ao aumento dos salários. Proposta originalmente por Andrew Glyn e Bob Sutcliffe, na Inglaterra, a teoria do *profit squeeze* se disseminou entre os marxistas da época com um grande apelo devido ao seu apoio na observação empírica e ao recurso explícito à luta de classes como fator explicativo das crises. Contornava-se assim a objeção permanente entre os marxistas contra uma teoria de

⁶⁵ Na realidade, os neo-ricardianos eram uma corrente não-marxista baseada essencialmente no trabalho de Piero Sraffa, e cuja preocupação principal era de fato “distributivista”: determinar a divisão entre salários e lucros prescindindo da análise do valor. Ricardo (1982) havia transformado essa divisão antagônica entre salários e lucros em um elemento central de sua teoria, mas sua explicação para o crescimento dos salários residia no declínio da produtividade do solo, visão que sofreu duras críticas de Marx.

crise que parecesse derivar de uma lei automática, tal como seria a teoria de Grossman segundo os críticos.

A base teórica para o argumento não é difícil de encontrar em Marx. A taxa de lucro, conforme a análise marxiana, é expressa na relação entre a mais-valia apropriada e o total do capital adiantado na produção: m/C . O capital produtivo adiantado, por sua vez, divide-se entre capital constante (c) e variável (v), ou seja, a parcela destinada a repor os meios de produção utilizados e a parcela destinada ao pagamento da força de trabalho (cujo valor monetário é o salário). Pode-se, então, expressar a taxa de lucro (l') como: $l' = \frac{m}{c+v}$. Como

se pode ver, os salários, correspondentes ao valor da força de trabalho v , afetam negativamente a taxa de lucro, mas a relação inversa entre salários e lucros é explicitada por meio do efeito da taxa de mais-valia na taxa de lucro. A taxa de mais-valia, ou taxa de exploração, por sua vez, expressa a relação entre a parcela do valor adicionado que é apropriada pelo capitalista como mais-valia e a parcela que é paga ao trabalhador sob a forma de salário: m/v . Em termos do capital social total, m/v denota a divisão do produto líquido entre o total dos lucros gerados e o total dos salários. Para tornar explícito o efeito dessa divisão na lucratividade, basta efetuar uma simples transformação na fórmula da taxa de lucro:

$$l' = \frac{m}{c+v} = \frac{\frac{m}{v}}{\frac{c+v}{v}} = \frac{\frac{m}{v}}{\frac{c}{v} + 1}$$

Assim, sendo m' a taxa de mais-valia e qo a composição orgânica (c/v), é possível isolar as duas variáveis que determinam a taxa de lucro:

$$l' = \frac{m'}{qo + 1}$$

Dessa forma, tudo o mais constante, a taxa de lucro se relaciona de forma diretamente proporcional à taxa de mais-valia e inversamente proporcional à composição orgânica. Marx (2008) deriva sua lei da queda da taxa de lucro precisamente do incremento da composição orgânica, sendo a taxa de mais-valia entendida como um fator que pode frear ou inverter temporariamente a queda da taxa de lucro, mas que possui limites e que, cedo ou tarde, é superado pelo ritmo de expansão da composição orgânica, de modo que a tendência à queda se impõe. Essa também foi a leitura de Grossman. Não obstante, a lei foi submetida a uma

série de críticas desde sua formulação e estas haviam se intensificado no pós-guerra, de modo que, no início dos anos 1970, poucos marxistas sustentavam sua validade. Voltaremos a essa explicação e às críticas na próxima seção, mas no momento interessa apenas assinalar que uma formulação alternativa da lei poderia ser obtida por meio de uma queda na taxa de mais-valia. Essa foi efetivamente a via utilizada por muitos marxistas.

É possível demonstrar, pelas formulações acima, que com um crescimento dos salários acima da produtividade, o montante de mais-valia gerado decresce em relação ao capital variável empregado, assim a taxa de exploração cai e, *ceteris paribus*, a taxa de lucro também cai. Tal explicação certamente não é a de Marx, que ao contrário via uma tendência ao aumento da taxa de exploração, não sua diminuição, apesar de admitir a possibilidade de aumentos salariais acima da produtividade temporariamente. Na realidade, Marx havia censurado Ricardo precisamente por deduzir a queda na taxa de lucro de um aumento persistente nos salários, aumento que por sua vez era derivado da queda na produtividade agrícola. Para Ricardo (1982), o fator determinante seria a fertilidade do solo: conforme a acumulação progride e um número maior de trabalhadores é incorporado à produção, é necessário um volume maior de meios de subsistência e a produção agrícola precisa se expandir progressivamente para terras menos férteis. Com a menor produtividade dessas terras, o custo dos meios de subsistência aumenta, pressionando os salários para cima o que, para Ricardo, é a única causa possível para a queda na taxa de lucro. Ademais, Ricardo só poderia explicar a queda na taxa de lucro pelo aumento dos salários, pois identificava a taxa de lucro inteiramente com a taxa de mais-valia (m/v). Adicionalmente o progresso técnico e o consequente aumento da produtividade seria a forma de barrar a queda na taxa de lucro por meio da redução do valor da força de trabalho. O argumento ricardiano é claramente o inverso da teoria de Marx, mas tendo rejeitado a influência da composição orgânica na taxa de lucro, os teóricos do *profit squeeze* devem seguir, *mutatis mutandis*, a mesma lógica de Ricardo.

A ideia de que um aumento substancial dos salários fosse causa de declínio da lucratividade, e assim possível causa de crise no processo de reprodução, já havia sido desenvolvida por autores marxistas que associavam a sobre-acumulação com a escassez de força de trabalho. Mas essa explicação era, na maioria das vezes, acessória, com seus proponentes sustentando mais de uma teoria, e teve pouca influência nas controvérsias marxistas sobre as crises ou sobre o colapso. Ao que parece, o primeiro marxista a estabelecer a conexão entre o crescimento salarial e as crises foi Georg von Charasoff, em 1910. Charasoff havia ligado a lei da queda tendencial da taxa de lucro à visão de Marx sobre as crises e à tendência ao colapso, ainda antes de Grossman, mas considerava a lei simplesmente

como um erro, acreditando que a queda na lucratividade deveria ser “conscientemente produzida” pela classe trabalhadora em sua luta por maiores salários, o que permitiria ao marxismo superar o caráter “fatalista” da teoria do colapso (GROSSMAN, 1992, p. 50). Autores posteriores desenvolveram essa conexão localizando-a no próprio movimento da acumulação.

Otto Bauer (1985), em sua explicação do movimento cíclico da economia oscilando entre a sub-acumulação e a sobre-acumulação, caracteriza a fase de sobre-acumulação como uma crise induzida pelo correspondente aumento salarial conforme a acumulação cresce a um ritmo mais rápido do que a população levando à escassez relativa da força de trabalho. Ainda que Bauer se encontrasse dentro da tradição desproporcionalista, como foi visto anteriormente, em seu uso dos esquemas de reprodução, sua compreensão do processo cíclico capitalista como um ajuste entre a acumulação e a população trabalhadora assenta as bases para uma teoria das crises por escassez de força de trabalho. Essa teoria é levada adiante nos trabalhos de Paul Sweezy e Maurice Dobb, sendo construída então em termos mais próximos da lógica ricardiana e ao mesmo tempo da ênfase de Charasoff na luta de classes.

Dobb (1940) concebe a lei da tendência decrescente da taxa de lucro como o elemento central da teoria marxiana da crise, e formula do seguinte modo sua interpretação. A acumulação prossegue incorporando um número cada vez maior de trabalhadores e, enquanto houver suficiente força de trabalho, a produção cresce *extensivamente*, isto é, sob a mesma composição orgânica e taxa de exploração⁶⁶, de modo que a lucratividade não é afetada. O caso é diferente quando a força de trabalho começa a escassear. Então, a procura por trabalhadores cresce a um ritmo maior do que a oferta e os salários se elevam, fazendo cair a taxa de mais-valia e a lucratividade. Os capitalistas, como consequência, procuram aumentar *intensivamente* a produção, e introduzem progresso técnico “poupador de trabalho”, substituindo trabalhadores por máquinas e aumentando a composição orgânica. Dessa vez, no entanto, o resultado é uma queda na lucratividade, pois os capitalistas não possuem os meios para elevar a exploração do trabalho e reduzir os salários na proporção do aumento da produtividade, dada a escassez de força de trabalho. A crise seria então o meio intrínseco ao capitalismo para restaurar a lucratividade, pois reduz a acumulação e gera desemprego, restabelecendo o Exército Industrial de Reserva e baixando novamente os salários. O poder

⁶⁶ Ainda que seja introduzido o progresso técnico, elevando a composição orgânica, Dobb argumenta que com ampla disponibilidade de força de trabalho (Exército Industrial de Reserva) os capitalistas podem aumentar a taxa de exploração o suficiente para contrabalançar o efeito da composição orgânica e inclusive elevar a taxa de lucro. Do mesmo modo, o progresso técnico barateia a força de trabalho e os meios de produção, reduzindo os custos e elevando mais ainda a taxa de lucro. (ver DOBB, 1940, p.112-113).

relativo dos trabalhadores, no entanto, aparece como o fator decisivo, especialmente a organização sindical, por meio da qual a classe trabalhadora pode resistir à redução nos salários e ao desemprego, impondo conscientemente o declínio dos lucros e dificultando sua retomada por meio das crises.

Sweezy (1983) apresenta um raciocínio semelhante. Apesar de ser um dos mais destacados proponentes da teoria do subconsumo, Sweezy também aceita uma queda na lucratividade como explicação para as crises cíclicas do capitalismo, enquanto vê o subconsumo como uma tendência de longo prazo levando à “depressão crônica”. Entretanto, ao contrário de Dobb, Sweezy explicitamente rejeita a lei da taxa de lucro de Marx, que considera pouco convincente, mas a substitui igualmente por uma explicação baseada no crescimento dos salários acompanhando a acumulação. Assim, Sweezy rejeita a lei elaborada por Marx no volume III de *O Capital*, pelo que considera ser a teoria da crise de Marx no volume I. Os elementos são os mesmos: o processo de acumulação eleva a procura por força de trabalho, a partir de um determinado momento os salários crescem, a taxa de mais-valia cai fazendo cair a taxa de lucro, a acumulação declina e ocorre a crise. A mecanização, levando ao aumento da composição orgânica, é vista estritamente como uma resposta dos capitalistas ao aumento dos salários e ao declínio da lucratividade, pois ela permitiria uma maior produtividade e uma elevação na taxa de mais-valia, podendo fazer crescer a taxa de lucro, ao invés de diminuí-la (SWEEZY, 1983).

De todo modo, ainda que a teoria da crise por pressão salarial se encontrasse presente no marxismo desde pelo menos 1910, nem os debates em torno da controvérsia do colapso e do imperialismo e nem as discussões sobre as causas da Grande Depressão favoreciam sua popularização. Primeiro, porque a tese de Marx de que a taxa de exploração tende a aumentar no longo prazo, equivalendo à ideia do empobrecimento relativo do proletariado, fora tomada como uma proposição central do marxismo e sua negação identificada imediatamente com o revisionismo *à la* Bernstein. Segundo, porque o decréscimo relativo dos salários com relação aos lucros fora visto como um fato empírico do capitalismo resultante da proletarização desde a emergência do capital industrial e reforçado pelas estatísticas durante a crise de 1929. Todo o debate apresentado acerca das crises capitalistas, desde o Programa de Erfurt e a hegemonia subconsumista, passado pela controvérsia sobre o desenvolvimento capitalista na Rússia, até as explicações para a Grande Depressão, dá testemunho desses dois fatos. A tese do subconsumo, assim, tinha um apelo empírico e ideológico imbatível, e mesmo os teóricos da desproporção não rejeitavam uma taxa de mais-valia crescente, mas unicamente

intencionavam mostrar que a acumulação é possível mesmo com a renda dos trabalhadores decaindo progressivamente como parcela da renda total.

O fato empírico que propiciou a retomada do argumento da pressão salarial foi o reconhecimento estatístico de que a participação dos salários na renda nacional (*wage share*) havia aumentado de forma sustentada durante o *boom* do pós-guerra. Isso significava que um crescimento dos salários acima da produtividade havia precedido a crise, reduzindo a taxa de lucro. Para analisar os agregados estatísticos das contas nacionais em termos das categorias de Marx, no entanto, são feitas algumas aproximações. De forma geral, identifica-se a taxa de lucro (r) como a relação entre o total dos lucros (P) e o estoque de capital fixo (K), assim: P/K . Sendo Y a renda nacional líquida, a taxa de lucro pode então ser escrita em função de duas relações:

$$r = \frac{P}{K} = \frac{Y}{K} \cdot \frac{P}{Y}$$

A taxa de lucro depende então da relação produto-capital (Y/K) e da participação dos lucros na renda líquida – o *profit share* (P/Y). Como a renda Y corresponde, em termos marxianos, ao valor adicionado, ela iguala a soma do capital variável e da mais-valia o que, em termos globais, corresponde à soma dos salários e dos lucros. A relação produto-capital (Y/K) é identificada aproximadamente com o inverso da composição orgânica, já que, com uma dada produtividade do trabalho, quanto maior for a composição orgânica (c/v) maior a quantidade de capital adiantado para um dado nível de produto e assim menor a relação Y/K ⁶⁷. Por sua vez, a participação dos lucros expressa a distribuição antagônica do produto entre trabalhadores e capitalistas, assim, reflete a proporção de lucros sobre salários (P/W) que é identificada com a taxa de exploração (m/v)⁶⁸.

A decomposição da taxa de lucro acima é mais simplificada do que a usual, mas serve para destacar os elementos fundamentais da discussão. A análise empírica de Weisskopf (1979), para o caso dos EUA, demonstrava uma constância relativa na razão produto-capital

⁶⁷ Isso também pode ser formulado algebricamente. Seja L a quantidade de trabalhadores têm-se:

$$\frac{Y}{K} = \frac{Y}{L} \cdot \frac{L}{K},$$

em que Y/L é a produtividade do trabalho e L/K a relação “trabalho-capital”. Mantendo-se Y/L constante, a relação produto-capital passa a ser determinada pela relação entre a quantidade de trabalhadores e de capital fixo, vista com um índice da relação entre capital variável e constante, o inverso da composição orgânica de Marx.

⁶⁸ Mais adiante será apresentada uma crítica, conforme exposta por Shaikh (1983), a essa identificação da relação salários-lucros com a taxa de mais-valia de Marx.

(Y/K) no pós-guerra, sendo o declínio de longo prazo na taxa de lucro quase inteiramente explicado pela queda da participação dos lucros (P/Y), de forma que a tese da composição orgânica crescente deveria ser rejeitada em favor da tese da “força crescente dos trabalhadores”.

Essas evidências corroboram uma conclusão que já era bastante intuitiva, dadas as características das economias capitalistas avançadas nos “anos de ouro” do pós-guerra: crescimento acelerado, emergência do *Welfare State*, aumento contínuo nos salários reais, pleno emprego, ampliação das instituições democráticas e das garantias trabalhistas. Assim, um grande número de autores passou a analisar o comportamento empírico da participação dos lucros na renda, e a explicá-lo pela rápida elevação nos salários e consequente queda na taxa de exploração. Proposta originalmente em 1972, a teoria do *profit squeeze*, de Glyn e Sutcliffe, enfatiza o crescimento da militância sindical e a ação consciente dos trabalhadores como o fator decisivo para a elevação dos salários e declínio da lucratividade no Reino Unido, argumento que foi estendido aos Estados Unidos por Raford Body e James Crotty em 1975 (HOWARD; KING, 1992).

Essa teoria foi inicialmente condenada como “não-marxista”, ou ainda “neoricardiana”, devido ao foco na distribuição ao invés da produção e por sua visão voluntarista da luta de classes, o que levou autores subsequentes a integrar a luta distributiva por salários com a tendência da acumulação a escassear a força de trabalho, proposta anteriormente por Sweezy e Dobb (CLARKE, 1994). Exemplo desse esforço é a teoria posterior da sobre-acumulação desenvolvida por Glyn em conjunto com Armstrong e Harrison, em que a ênfase inicial na luta trabalhista é diminuída e a inflação salarial é atribuída mais ao efeito da acumulação na demanda por trabalho, do que ao impacto da militância trabalhista (HOWARD; KING, 1992). Ainda mais expressivo é o trabalho de Makoto Itoh, marxista japonês ligado à corrente chamada *Uno School*, e provavelmente o mais conhecido defensor atual da explicação da crise pela escassez de força de trabalho. Itoh (1980) elabora essa teoria em conjunção com sua análise do ciclo econômico, partindo das contribuições de Bauer e Sweezy, mas principalmente do trabalho de Kozo Uno, e argumenta que a mera explicação do aumento dos salários por meio da sindicalização e organização da classe trabalhadora, não consegue explicar o caráter cíclico da crise, não sendo a própria organização trabalhista uma característica cíclica, mas histórica. A raiz das crises, então, deve ser buscada na tendência intrínseca do capitalismo a sobre-acumular capital em relação à força de trabalho disponível.

Por fim, alguns autores propuseram uma abordagem mais ampla do *profit squeeze*, procurando englobar tanto o efeito da acumulação de capital sobre o mercado de trabalho

como a ação da classe trabalhadora. Além disso, a análise da ação dos trabalhadores deveria incluir não apenas o conflito distributivo sobre os salários, mas também a luta de classes presente no próprio processo de produção, isto é, a resistência dos trabalhadores ao controle capitalista do trabalho no ambiente de fábrica. Some-se ainda a luta pelo controle sobre as políticas estatais e obtém-se um quadro completo das relações em torno da lucratividade. Certamente, tal análise visa evitar tanto o voluntarismo como o mecanicismo.

Essa visão é desenvolvida da forma mais completa na abordagem de Samuel Bowles, David Gordon e Thomas Weisskopf. Tendo feito um dos mais importantes estudos empíricos sobre a lucratividade nos EUA no pós-guerra, Weisskopf (1979) já argumentava que o aumento da participação dos salários seria responsável tanto pela queda secular da taxa de lucro quanto pela fase descendente dos ciclos, e que a escassez do Exército Industrial de Reserva pela acumulação teve um papel relevante. Mas enquanto a classe trabalhadora tinha uma ação “ofensiva” e conseguia ganhos reais acima da produtividade na fase ascendente do ciclo, no longo prazo a ação dos trabalhadores havia sido principalmente “defensiva”, conseguindo meramente defender seus ganhos reais contra um declínio nos termos de troca com produtos estrangeiros, o que os capitalistas não haviam conseguido. Tais conclusões indicavam a necessidade de uma abordagem mais “internacional” da crise. E conforme essa dimensão internacional aparece, surge também a necessidade de explicar o crescimento da concorrência e a queda na produtividade dos anos 1970. Então, Bowles, Gordon e Weisskopf (1987), integram esses elementos no que denominaram “Estrutura Social de Acumulação” (ESA), a fim de demonstrar o “caráter fundamentalmente político” da determinação dos lucros.

Uma ESA é um conjunto específico de instituições que conformam o ambiente externo necessário à acumulação e possibilita a lucratividade. Posto que os autores admitem que uma crise pode surgir porque a classe capitalista é “muito forte” (subconsumo) ou porque é “muito fraca” (*profit squeeze*), então a ESA se relaciona com as crises por meio da forma como se relaciona com o poder da classe capitalista. O raciocínio resumido é o seguinte. A acumulação é dirigida pelos lucros. Os lucros, por sua vez, são o resultado de uma “guerra de três frentes” sustentada pelos capitalistas: contra os trabalhadores, contra os capitalistas estrangeiros e contra os cidadãos (pelo controle das políticas estatais). Assim, as relações de poder afetam direta ou indiretamente os determinantes da taxa de lucro, quais sejam: salários reais, intensidade do trabalho, termos de troca com o exterior, produtividade, utilização da capacidade e impostos sobre os lucros. Essas relações de poder, no entanto, são moldadas dentro de uma dada ESA. Quando as instituições de uma ESA começam a tornar-se inviáveis

o arranjo de poder que possibilitou a manutenção dos lucros é rompido, a lucratividade decresce e leva à estagnação.

No caso da crise em questão (da década de 1970), a ESA do pós-guerra se assentava principalmente no pacto de classes entre capital e trabalho e na hegemonia política e econômica dos EUA, além do apoio estatal à acumulação. Os autores afirmam então que a obtenção do pleno emprego e seguridade social, tendo reduzido o custo da perda do emprego para o trabalhador, possibilitou a resistência dos trabalhadores ao controle burocrático dos capitalistas no processo de trabalho, impedindo que a elevação dos salários fosse compensada pela maior intensidade do trabalho e pela produtividade. Ao mesmo tempo a supremacia norte-americana começou a ser desafiada economicamente pelos países desenvolvidos e politicamente por países periféricos, gerando um aumento da concorrência industrial no primeiro caso, e aumento no custo das matérias-primas no segundo. Por fim, o poder capitalista se viu reduzido também por pressões populares por maior regulação do estado. Em consequência, os salários reais cresceram, a produtividade do trabalho se deteve, os termos de troca se deterioraram e os impostos sobre os lucros cresceram, fazendo cair a taxa de lucro e gerando a crise. (BOWLES; GORDON; WEISSKOPF, 1987).

Em suma, a teoria do *profit squeeze* propõe uma explicação alternativa da queda da taxa de lucro que, como visto, retoma uma explicação anterior da crise por escassez de força de trabalho que remonta ao modelo de Otto Bauer. Na sua forma mais desenvolvida, o argumento conjuga o efeito da acumulação na demanda por trabalho e o crescimento do poder político e da resistência dos trabalhadores frente ao capital, reassegurando o lugar de direito da luta de classes no movimento da acumulação capitalista. Mas apesar da ênfase na luta de classes, inclusive assentando-a na produção e não apenas na distribuição do excedente, essa teoria entra em contradição flagrante com boa parte da análise de Marx.

Ainda que Sweezy (1983) e Itoh (1980), entre outros, possam afirmar que a hipótese da escassez de força de trabalho constitua o argumento desenvolvido por Marx no primeiro livro de *O Capital*, tomá-lo como base de uma teoria das crises de *rentabilidade*, significa abandonar conscientemente o argumento de Marx sobre a lei da queda da taxa de lucro no terceiro livro. Pois na respectiva análise do livro primeiro, Marx (1996, p.245-253) apenas analisa os efeitos cíclicos da acumulação no mercado de trabalho e invoca um decréscimo da taxa de acumulação como fator de ajuste a fim de baixar os salários. Contudo, identificar esse ajuste com uma crise generalizada e ainda mais com um declínio econômico prolongado, como no caso dos anos 1970 e 1980, parece ser completamente injustificado. O próprio Sweezy (1983) demonstra conhecer bem a análise de Marx sobre o mercado de trabalho.

Provavelmente por essa razão, Sweezy relega a crise de lucratividade a um segundo plano e desenvolve sua teoria do subconsumo para explicar os desequilíbrios crescentes do capitalismo. Igualmente, Bauer era bastante eclético em suas explicações sobre as crises, tendo apoiado a corrente desproporcionalista e posteriormente desenvolvido o modelo subconsumista que fora tomado por Sweezy⁶⁹.

De todo modo, na análise do livro terceiro, Marx (2008) claramente explica a *tendência* à queda da taxa de lucro pelo crescimento secular da composição orgânica. Por isso a rejeição consciente da lei de Marx foi sempre o ponto de partida para as teorias da pressão salarial. Essa explicação alternativa, a despeito de suas variantes, segue a lógica de Ricardo. Uma tendência ao crescimento dos salários acima da produtividade faz cair a taxa de mais-valia, conseqüentemente reduzindo a taxa de lucro (que para Ricardo já era idêntica à taxa de mais-valia), e diminuindo a acumulação. O progresso técnico, ou aumento da composição orgânica, aparece então como expediente dos capitalistas para aumentar a produtividade e tentar restaurar a lucratividade. Essa é uma óbvia inversão do argumento de Marx, que vai do aumento da composição orgânica ao crescimento da produtividade (e conseqüente aumento na taxa de mais-valia), e tem como efeito a queda na taxa de lucro. Por isso, Shaikh (1983) afirma que os teóricos do *profit squeeze* invertem causa e efeito e questiona a adequação das variáveis empíricas observadas com as categorias marxianas. Por exemplo, as categorias da contabilidade nacional oficial das quais se retira a razão lucro sobre salários (P/W), não correspondem às categorias marxianas que constituem a taxa de mais-valia (m/v). A variável lucro analisada (P), corresponde à “renda líquida da empresa” e seria bem menor do que a variável correspondente à mais-valia (m) de Marx. Enquanto os salários totais (W) seriam maiores do que o volume de salários correspondentes ao capital variável (v), pois a categoria de Marx levaria em conta apenas os “trabalhadores produtivos” enquanto a estatística oficial não faz essa distinção. Como resultado uma queda na proporção observada lucro-salário (P/W) pode ocorrer mesmo que a taxa de exploração (m/v) aumente nos termos de Marx (SHAIKH, 1983).

Mais do que uma mera discussão sobre as credenciais marxistas da teoria do *profit squeeze*, a questão levantada por Shaikh tem implicações sobre o efeito das observações empíricas na análise marxista das crises e sobre a consistência explicativa das abordagens em questão. Uma vez que as relações observadas não correspondem aos conceitos formulados por Marx, e podem até se mover em direções opostas, então essas observações não podem refutar

⁶⁹ Ver capítulo 3 do presente trabalho.

empiricamente a validade de uma teoria construída com base nesses conceitos. Ou seja, aquelas observações não servem para rejeitar a explicação da composição orgânica crescente. Mais ainda, a consistência teórica do *profit squeeze* fica comprometida, pois a queda na lucratividade não pode ser explicada em termos da teoria da exploração de Marx, restando apenas observar que a participação dos lucros (P/Y) diminui e assim também a taxa de lucro. A teoria se transforma em mero empirismo.

Ao fim, é esse empirismo, carente de distinções conceituais adequadas, que se reflete na fraqueza mais evidente dessa vertente das teorias de crise: suas implicações políticas. A abordagem do *profit squeeze* se disseminou graças a sua identificação com o movimento sindical, com a crescente militância trabalhista nos anos 1960. A ideia de que a organização e militância da classe trabalhadora, seja pelas demandas salariais seja pela resistência no ambiente de trabalho, pudesse colocar em cheque a lucratividade e o poder da classe capitalista e assim travar a acumulação de capital, atribuía um sentido revolucionário às reivindicações dos trabalhadores. Do ponto de vista do presente trabalho, isto é da controvérsia sobre o colapso capitalista, esse é o aspecto mais importante. As implicações reformistas implícitas nas demandas por melhores salários e condições de trabalho, por regulação social e bem-estar, imperantes nos países capitalistas avançados no pós-guerra, são elevadas a um novo nível. Acredita-se que a classe trabalhadora, forte o suficiente para obstar a acumulação, só pode prosseguir suas demandas radicalizando-as, desafiando o próprio controle capitalista do processo produtivo.

Essa visão fica clara, por exemplo, na análise de Bowles, Gordon e Weisskopf (1987), em que a saída para uma crise de subconsumo (ou do “lado da demanda”) faria coincidir os interesses de curto e longo prazo da classe trabalhadora, de forma que a luta por melhores salários e condições de vida para o proletariado, ajudaria na recuperação econômica e assim no posterior fortalecimento da organização trabalhista necessária à luta de longo prazo pelo socialismo. Ao contrário, argumentam os autores, em uma crise de lucratividade (do tipo “lado da oferta”) não há mais a “feliz coincidência” de interesses: a única saída é a restauração do lucro e o fortalecimento da classe capitalista, de forma que a manutenção da força da classe trabalhadora depende da radicalização de suas demandas rumo ao controle sobre a produção.

A teoria, no entanto, provou-se uma “faca de dois gumes” para a classe trabalhadora. Pois é igualmente possível concluir que, caso as demandas mais radicais não sejam imediatamente possíveis, isto é, caso o socialismo não esteja na agenda do dia, é melhor para a classe trabalhadora aceitar uma redução de seus interesses imediatos para possibilitar a

retomada do nível de vida a longo prazo. O empirismo indistinto, característico da teoria do *profit squeeze*, acabou fazendo por coincidir a explicação marxista com a visão dos próprios capitalistas, atribuindo a causa da crise aos trabalhadores. Como lembra Shaikh:

De certa forma, os argumentos que têm como base a compressão do lucro são tão velhos quanto o capitalismo. Ninguém melhor do que os capitalistas para avaliar a importância dos lucros para o sistema e, por razões óbvias, ninguém tão rapidamente acusou o aumento dos salários por desencadear a crise. (SHAIKH, 1983, p. 40)

Defendendo sua teoria e rejeitando a conclusão conservadora de que a única saída para a crise seria a redução dos salários e condições de trabalho, Bowles, Gordon e Weisskopf (1987) apontam que não há garantias de que a mera remoção dos desafios ao controle capitalista assegure a restauração dos lucros, pois seria necessária uma ampla gama de arranjos institucionais para propiciar novamente a estabilidade. Mas, principalmente, os autores afirmam que a conclusão conservadora só é válida por presumir que não há alternativa *fora* do capitalismo. Dobb (1940) também havia enfatizado que o ponto de vista da literatura convencional, no qual a crise aparece como causada por salários “muito altos”, só é válido do ponto de vista do capitalismo, de um sistema guiado pelo lucro. Itoh (1980) também apresenta sua defesa enfatizando o fato de que o crescimento dos salários só é possível dentro dos limites estabelecidos pela acumulação capitalista, e estando os trabalhadores irremediavelmente assujeitados aos ciclos e crises da acumulação, a única verdadeira saída, o “objetivo final do socialismo”, seria a abolição do trabalho assalariado. Em síntese, todas essas abordagens pretendem demonstrar que as crises apontam os custos sociais do sistema de exploração e controle capitalista, especialmente para a classe trabalhadora, e que a saída alternativa e mais racional é o socialismo:

Our analysis points to a political program based on a critique of the legitimacy of capitalist power and to an economic program highlighting the gains to be made from reducing the waste inherent in the imposition and maintenance of capitalist control. By showing that exploitation is fundamentally costly, and that its reduction is compatible with – if not necessary for – a return to economic security and opportunity, we can potentially undermine a major source of capitalist legitimacy and strength. By highlighting the problem of political power, moreover, our analysis points to popular control in both the state and the economy – that is, socialist democracy – as a progressive political alternative. Rather than legitimizing a repressive *status quo*, our theory of the crisis and declining profitability seems to us to dramatize the effectiveness of popular power and therefore to underscore its potential for social transformation. (BOWLES; GORDON; WEISSKOPF, 1987, p. 56)⁷⁰

⁷⁰ “Nossa análise aponta para um programa político baseado em uma crítica da legitimidade do poder capitalista, e para um programa econômico que destaque os ganhos a serem obtidos da redução do desperdício inerente à imposição e manutenção do controle capitalista. Ao mostrar que a exploração é fundamentalmente custosa, e

A defesa do caráter socialista da teoria do *profit squeeze* ou da escassez de força de trabalho tem seus méritos. Em especial, é a formulação mais clara e completa da relação entre as crises e ação revolucionária da classe trabalhadora. Além disso, ela reflete a ideia, sempre presente nas teorias marxistas, de que as crises tornam visível a natureza destrutiva do capitalismo, e avança indicando as condições nas quais essa visão ameaça a legitimidade do capitalismo e provê a possibilidade de confrontação do sistema pela classe trabalhadora. Não obstante, as semelhanças com as conclusões moralistas e idealistas de autores tão distantes como Bernstein e Tugan-Baranowsky não podem ser escondidas. Como na crítica de Rosa Luxemburg àqueles autores, o socialismo aqui não é objetivamente necessário, mas desejável, e os trabalhadores devem ser convencidos disso. A prosperidade econômica pode ser restaurada tanto pela “democracia socialista” como por uma nova imposição do “controle capitalista”. Mais importante, a identificação da crise com um “poder crescente do trabalho”, baseado em observações empíricas distanciadas dos conceitos teóricos, demonstrou uma clara limitação na avaliação concreta das possibilidades políticas da “alternativa socialista”. A ascensão de Thatcher e Reagan nos anos 1980 e o início de uma era de derrotas trabalhistas são testemunhas de que, quando a causa da crise é imputada aos trabalhadores, “não há alternativa”.

5.4 A LEI DA QUEDA TENDENCIAL DA TAXA DE LUCRO

Quando sobreveio a crise nos anos 1970, e os marxistas buscaram formulações alternativas para explicar a queda na lucratividade, um grupo de autores começou um esforço no sentido oposto, para defender a validade da lei da queda tendencial da taxa de lucro, conforme exposta por Marx, e para estabelecê-la como a base da teoria das crises. Tal como em (quase) todos os casos anteriores, pretendia-se que a teoria em questão representasse a verdadeira teoria de Marx. Nesse caso, a alegação é sustentada principalmente pela ideia de que a lei de Marx representa a principal “lei de movimento” do capitalismo, a “lei mais importante da economia política”, nas palavras do próprio Marx (2011, p. 626), por

que sua redução é compatível com – se não necessária a – o retorno da segurança e oportunidade econômicas, nós podemos minar potencialmente uma importante fonte da legitimidade capitalista e de sua força. Ademais, ao destacar o problema do poder político, nossa análise aponta para o controle popular tanto do Estado como da economia – isto é, a democracia socialista – como uma alternativa política progressista. Ao invés de legitimar um *status quo* repressivo, nossa teoria da crise e da lucratividade declinante nos parece realçar a efetividade do poder popular, e portanto sublinha seu potencial para a transformação social.” (BOWLES; GORDON; WEISSKOPF, 1987, p. 56, tradução nossa).

demonstrar os limites imanentes do capitalismo, por atestar o fato de que o capital constitui *seu próprio limite*⁷¹. Desse ponto de vista, o caráter “mecânico” da lei, constantemente criticado, era uma vantagem antes do que um problema. Enquanto é possível criticar os proponentes do *profit squeeze* por “culparem os trabalhadores” pela crise, a lei da queda da taxa de lucro atribui a causa das crises exclusivamente ao movimento imanente da acumulação que leva ao declínio da lucratividade pelo aumento da composição orgânica.

Com isso, as contribuições de Grossman começaram a ser reavaliadas. No meio tempo entre a época de sua publicação e a década de 1970, isto é, entre as duas grandes crises do século XX, a teoria desenvolvida em *The Law of Accumulation* praticamente só tivera repercussão nos trabalhos de Paul Mattick e de Roman Rosdolsky. Mattick, um “comunista de conselho”, fora o único marxista de renome a apoiar e desenvolver a tese de Grossman desde o início, mantendo correspondência direta com este. Em 1969, então, Mattick (2010) publica sua obra mais influente, intitulada *Marx e Keynes: os Limites da Economia Mista*. Nessa obra, o autor formula uma incisiva crítica ao keynesianismo e, em especial, aos mecanismos de intervenção estatal propostos pelo keynesianismo para mitigar as crises, por meio da teoria do valor de Marx e da recorrência da crise por insuficiência de mais-valia. A mesma visão é posteriormente reafirmada em um livro que trata exclusivamente das teorias da crise (MATTICK, [1983]). Rosdolsky, por sua vez, efetua uma extensiva e bastante aclamada análise das bases metodológicas de *O Capital*, e corrobora a ligação entre a lei da queda tendencial da taxa de lucro, as crises recorrentes e visão de Marx sobre as crescentes contradições capitalistas anunciando a “derrocada” final do sistema (ver ROSDOLSKY, 2001, p. 315-319).

David Yaffe (1979) tomou a tradição de Grossman, Rosdolsky e Mattick como ponto de partida para sua própria explicação da estagnação que pôs um fim no crescimento sustentado do pós-guerra. Seu artigo de 1973 desenvolve a teoria da crise a partir da lei da queda tendencial da taxa de lucro, explicada pelo aumento na composição orgânica, e a defende como base de uma explicação materialista, contrapondo-a às tendências reformistas presentes tanto nas abordagens keynesianas quanto em outras abordagens marxistas acerca da intervenção estatal. Yaffe iniciou, assim, a reabilitação da teoria da crise baseada na lei de Marx, sendo seguido por um número crescente de autores a explicar o declínio da

⁷¹ Shaikh (1983), por exemplo, distingue a teoria da crise baseada na taxa decrescente de lucro exatamente por explicitar esse caráter auto-limitado do capital, ao invés de localizar a barreira à acumulação capitalista em um fator externo à acumulação. Os méritos dessa distinção serão discutidos no próximo capítulo.

lucratividade pela composição orgânica. Exemplos incluem Shaikh (1989), Laibman (1987), Moseley (1991) e Weeks (1981).

Contudo, a razão pela qual a explicação dominante na época relacionava as crises a uma queda na taxa de exploração, ao contrário do que estipulava a lei de Marx, está no fato de que a própria lei havia sido teoricamente desacreditada, havendo grande concordância de que a lei seria inconsistente em termos *lógicos*. Antes que a ligação entre a tendência decrescente da taxa de lucro e as crises fosse plenamente reabilitada, e que essa explicação fosse defendida como a verdadeira teoria de Marx, assim vindicando a tese de Grossman, era preciso defender a própria formulação de Marx.

Voltemos à equação da taxa de lucro em função da taxa de mais-valia e da composição orgânica, exposta na seção anterior:

$$l' = \frac{m'}{qo + 1}$$

Vimos, assim, que a taxa de lucro diminui conforme aumenta a composição orgânica e aumenta conforme cresce a taxa de mais-valia. Marx (2008, cap.13) formula a lei da queda tendencial da taxa de lucro, da forma mais simples, reconhecendo que, conforme cresce a composição orgânica, uma dada taxa de mais-valia se expressa em uma taxa de lucro decrescente. E o funcionamento do capitalismo implica de fato, para Marx, em uma tendência ao crescimento da composição orgânica, pois essa reflete o crescimento da produtividade social do trabalho: conforme a produtividade aumenta um mesmo trabalhador põe em movimento, no mesmo período de tempo, uma massa maior de meios de produção. Então, a proporção do capital produtivo adiantado como capital constante (para compra de meios de produção) aumenta em relação à proporção adiantada como capital variável (para compra de força de trabalho), um processo analisado por Marx já no livro primeiro (MARX, 1996, cap.23). Em consequência, a taxa de lucro tende a cair como “[...] *expressão, peculiar ao modo de produção capitalista, do progresso da produtividade social do trabalho*” (MARX, 2008, p. 283, grifo do autor).

A equação expressa acima, no entanto, não é apresentada por Marx, mas é apenas uma derivação algébrica da fórmula da taxa de lucro de Marx, concebida como $m/(c+v)$. Essa equação foi utilizada pelos críticos para argumentar que a lei “como tal”, não podia ser deduzida: pois o aumento da composição orgânica pode muito bem ser compensado pelo aumento na taxa de mais-valia. Assim, têm-se duas variáveis que afetam a taxa de lucro em sentidos opostos e o resultado final é indeterminado. O argumento foi popularizado por

Sweezy (1983), e constituiu a base para a explicação alternativa da lei, discutida na seção anterior: se a composição orgânica parecia não ser a variável chave, então só seria possível explicar a queda na taxa de lucro por uma diminuição na taxa de exploração⁷².

Mas essa ideia da indeterminação da lei é apenas um primeiro passo para as críticas que terminaram por assegurar não apenas que a taxa de lucro *não precisa* decair em virtude do crescimento da composição orgânica, como que ela *não pode* cair nos termos colocados por Marx.

Shaikh (1983) aponta as quatro objeções principais à lei da queda tendencial da taxa de lucro. Além da rejeição empírica de uma tendência crescente da composição orgânica, outros três argumentos sustentam a ideia de que a lei seria logicamente inconsistente. Em primeiro lugar, afirma-se que o aumento da produtividade barateia os elementos do capital constante, de modo que uma maior massa de meios de produção não necessariamente se configura em um capital constante de maior *valor*. Em segundo lugar, afirma-se que os capitalistas não introduziriam racionalmente uma técnica produtiva que reduzisse a sua taxa de lucro. Assim, o desenvolvimento tecnológico, sob o capitalismo, levaria à adoção de métodos que reduzissem os custos (incluindo o capital constante) fazendo elevar, ao invés de diminuir a taxa de lucro para uma dada taxa de mais-valia. Por fim, como a taxa de lucro seria determinada tanto pela composição orgânica quanto pela taxa de mais-valia, se a composição orgânica não cresce devido ao progresso técnico, argumenta-se que a taxa de lucro só poderia cair em virtude de uma queda na taxa de mais-valia, ou seja, de um aumento nos salários acima da produtividade.

Como afirmam Howard e King, a maioria dos argumentos relacionados a essa controvérsia são de longa data:

Almost all the central issues in the theory of the falling rate of profit had been raised, and not a few also resolved, before 1945. Apparently unknown to most of the participants, many post-war controversies thus involved little more than a reworking of debates which had taken place in previous decades. (HOWARD; KING, 1992, p. 128)⁷³

Seguindo a exposição histórica dos autores (HOWARD; KING, 1992) percebe-se que de fato as três objeções citadas acima encontram-se presentes desde o início, isoladamente ou

⁷² O mais recente exemplo da ideia de que o movimento da taxa de lucro é indeterminado e, portanto, nenhuma lei pode ser derivada é Heinrich (2013).

⁷³ “Quase todas as questões centrais sobre a teoria da taxa decrescente de lucro foram levantadas, e não poucas também resolvidas, antes de 1945. Aparentemente sem o conhecimento da maioria dos participantes, muitas das controvérsias do pós-guerra então envolveram pouco mais do que uma reformulação dos debates que ocorreram nas décadas anteriores.” (tradução nossa)

em conjunto, em todas as grandes discussões acerca da taxa decrescente de lucro. Já em 1899, Benedetto Croce e Tugan-Baranowsky propunham a associação entre produtividade, redução de custos e uma maior taxa de lucro. Suas conclusões foram posteriormente desenvolvidas por Bortkiewicz, Charasoff, Natalie Moszkowska, e Kei Shibata, entre outros. Moszkowska, em 1929, desenvolveu um sistema de equações para demonstrar que uma inovação tecnológica que reduzisse os custos de produção terminaria por aumentar a taxa de lucro, se os salários reais permanecessem constantes. Posteriormente, em 1934 e 1939, Shibata estendeu o modelo usando uma matriz insumo-produto de três mercadorias. Essas críticas tiveram pouco impacto, à época, uma vez que a lei taxa decrescente de lucro era uma preocupação secundária nos debates marxistas, e seus próprios defensores não a ligavam a uma teoria das crises. Enquanto Grossman representava uma rara exceção, seu trabalho não possuía grande popularidade.

Mas na década de 1970, quando a lei de Marx voltava ao centro das atenções, boa parte dos economistas marxistas já a consideravam logicamente equivocada, para não mencionar os economistas neoclássicos e neo-ricardianos. Considerava-se que a lei havia sido conclusivamente refutada em 1961 pelo famoso “teorema de Okishio”⁷⁴. O teorema em questão sintetiza as objeções levantadas anteriormente. Okishio (1961) estabelece rigorosamente, em bases matemáticas, que seguindo o critério de redução de custos (o mesmo estabelecido por Marx), o progresso técnico sob o capitalismo eleva a taxa geral de lucro correspondente a um salário real dado: a taxa de lucro, então, não poderia cair a menos que os salários reais aumentassem o suficiente para compensar o efeito do aumento da produtividade. Em termos da equação anterior da taxa de lucro, o argumento de Okishio implica que os capitalistas só adotariam uma nova técnica produtiva com maior composição orgânica (denominador), caso o aumento da produtividade elevasse a taxa de mais-valia (numerador) o suficiente para compensar o efeito negativo da composição orgânica, aumentando a taxa de lucro.

Assim, a explicação de que a taxa de lucro cai *devido* ao aumento da composição orgânica, conforme afirma Marx, foi considerada formalmente inválida. Mas um número de marxistas, empenhados em retomar a teoria das crises com base na lei formulada por Marx, atacou os pressupostos fundamentais do teorema de Okishio, ainda que o teorema fosse

⁷⁴ O caso mais exemplar dessa postura é o de Philippe Van Parijs, que pretendeu ter escrito o “obituário” da lei da queda tendencial da taxa de lucro com base no teorema de Okishio. O artigo de Parijs, publicado em 1980 em *The Review of Radical Political Economics*, posteriormente integrou um capítulo de um livro seu emblematicamente intitulado *Marxism Recycled* (VAN PARIJS, 1993).

considerado formalmente irrefutável. O resultado foi um amplo debate cujo resultado ainda não está estabelecido.

Shaikh (1978), por exemplo, ataca o conceito de concorrência que subjaz ao teorema de Okishio: segundo o autor, os proponentes do teorema se encontram imersos na ideia de concorrência perfeita, comum a análises neoclássicas ou neo-ricardianas, mas não a Marx. Shaikh argumenta que o conceito marxiano de concorrência força os capitalistas a adotarem as técnicas mais avançadas e redutoras de custo, ainda que a taxa de lucro geral seja menor. Isso se deve ao fato de que o capitalista a introduzir primeiro uma inovação técnica redutora de custos obtém um lucro extra, e assim uma taxa de lucro maior enquanto a inovação não é difundida. O capitalista inovador em questão rebaixa os preços e ganha mercado à expensas dos demais, que então são obrigados a inovar também e acabam por reduzir a taxa de lucro geral. Laibman (1987), por sua vez, aponta que o teorema de Okishio depende da suposição de que todo o incremento da produtividade seja apropriado pelos capitalistas (salários reais constantes). A taxa de mais-valia, então, precisaria crescer no mesmo ritmo da produtividade, caso isso não ocorra, os salários reais aumentariam ainda que os salários nominais diminuíssem e o resultado na lucratividade dependeria da relação entre o aumento na produtividade e o incremento na composição orgânica. Igualmente, Laibman afirma que a concorrência forçaria os capitalistas a perseguir o maior “lucro do inovador” e que o resultado da variação dos preços devido ao aumento da produtividade não pode ser antecipado. E Weeks (1981) generaliza as críticas a uma análise estática, negando qualquer validade a um teorema formulado em termos de *equilíbrio estático*, uma vez que a análise de Marx seria inerentemente *dinâmica*.

Por fim, enquanto as críticas citadas rejeitam a pertinência dos pressupostos de Okishio, ou a pertinência da própria questão levantada pelo teorema, como no caso de Weeks, um grupo de marxistas ligado ao que se denominou a “interpretação temporalista”, pretendeu refutar o teorema de Okishio em seus próprios termos. Mantendo os pressupostos do teorema, os temporalistas demonstram que é possível uma queda na taxa de lucro devido ao progresso tecnológico mesmo que não haja incremento nos salários reais. Isso é feito assumindo uma abordagem em que o valor dos insumos e produtos não são calculados simultaneamente, como na análise estática, mas temporalmente. Dado que isso não viola os pressupostos do modelo, então se considera o teorema de Okishio logicamente refutado (KLIMAN, 2007).

Não é possível aqui discutir o extenso debate gerado em torno das críticas e contra-críticas ao teorema de Okishio e à lei da queda tendencial da taxa de lucro⁷⁵. Muito menos disputar a validade dos argumentos acima. Em todo caso, podem ser levantados alguns pontos dessa discussão que parecem bastante relevantes para o objeto de estudo deste trabalho e, em especial, para uma avaliação da situação atual do debate.

As críticas ao teorema de Okishio não foram consideradas convincentes por muitos marxistas, exceto no caso da alegação de Laibman e outros sobre a elevação do salário real, o que significa aceitar o teorema e ao mesmo tempo a lei da queda da taxa de lucro, modificando os pressupostos de Okishio. Mesmo a refutação lógica do teorema por meio de contra-exemplos da interpretação temporalista é contestada (RIEU, 2009). No entanto, as críticas existem, são coerentes do ponto de vista da teoria defendida pelos autores que as propuseram e buscam apoio textual na obra de Marx. Mais importante, as críticas levantadas representam interpretações coerentes, ainda que às vezes conflitantes entre si, de uma dinâmica que vai do progresso técnico à queda da taxa de lucro. Isso possibilitou que a lei exposta por Marx fosse levada adiante como explicação das crises e se disseminasse entre os marxistas, recentemente, como uma das principais teorias de crise após a quebra financeira de 2008.

Alguns aspectos perpassam a maioria dessas críticas. Em especial, há uma rejeição generalizada ao fato de os defensores do teorema de Okishio se basearem em uma análise de equilíbrio estático, enquanto tal instrumental é vinculado normalmente ao raciocínio da economia convencional e ao qual se contrapõe a natureza dinâmica da teoria de Marx. Isso já seria suficiente, segundo Weeks (1981) para desqualificar qualquer relevância do teorema. Além disso, há o reconhecimento de que o teorema é assentado sobre a teoria neo-ricardiana dos preços, e não sobre a teoria do valor-trabalho de Marx. Efetivamente, a corrente neo-ricardiana parte do trabalho de Piero Sraffa para negar a relevância da teoria do valor-trabalho. Shaikh (1982) reconhece a origem neo-ricardiana do raciocínio empregado pelos defensores do teorema, mas em sua própria crítica, Shaikh (1978) não desenvolve muito esse aspecto. É principalmente o trabalho da crítica “temporalista”, cujos principais representantes são Alan Freeman e Andrew Kliman, que procura distinguir a taxa de lucro marxiana,

⁷⁵ Ao leitor interessado remetemos a seguinte bibliografia que cobre as principais discussões e argumentos acerca do teorema, embora não seja exaustiva: Okishio (1961), para a formulação original do teorema e Roemer (1979), para uma extensão deste em um modelo com capital fixo. Críticas ao teorema se encontram em Shaikh (1978), Nakatani (1979), Laibman (1987), e Weeks (1981, cap. 8). Defesas do teorema e contra-críticas encontram-se em Roemer (1980), Steedman (1977) e Van Parijs (1993). A refutação temporalista é sumarizada junto com as críticas e respostas em Kliman (2007). Ver também Kliman e McGlone (1988), e Freeman (1998). Por fim, Rieu (2009) para uma crítica à refutação temporalista.

avaliada conforme a teoria do valor, da taxa de lucro “fiscalista” dos neo-ricardianos, isto é, avaliada em termos de unidades físicas de produto (ou valores de uso, na terminologia de Marx). Na abordagem “fiscalista”, a taxa de lucro é determinada pelos dados físicos de produção. A ênfase nessa distinção levou ao reconhecimento, por parte de defensores do teorema de Okishio, de que o teorema seria logicamente válido por se referir apenas à taxa de lucro material (ou física) e não à taxa de lucro marxiana⁷⁶. Nesse caso, como aponta Kliman (2007), o teorema não poderia ter sido usado por tanto tempo como uma refutação da lei de Marx.

O essencial é que a lei da queda tendencial da taxa de lucro sustenta-se na teoria do valor de Marx, em que o *trabalho abstrato social* é a única fonte do valor, enquanto essa teoria do valor é ausente na abordagem “fiscalista” do teorema de Okishio (CARCHEDI, 2011). Tal distinção remete à diferença entre a teoria do valor de Marx e de Ricardo: enquanto para o primeiro o trabalho que gera valor é *trabalho abstrato*, abstração social cuja *forma* é o dinheiro, para Ricardo a fonte do valor é o *trabalho concreto*, quantidade física de trabalho “incorporada” na mercadoria. Assim, o debate acerca da taxa decrescente de lucro terminou por remeter ao debate sobre a teoria do valor e, especialmente, para a distinção entre a teoria de Marx e de Ricardo. A diferença está em uma abordagem em que o excedente econômico é considerado como uma variável técnica (Ricardo) e uma em que o excedente é visto, desde sua produção, como uma relação social (Marx).

Se a controvérsia acerca da validade da lei da queda tendencial continua em aberto, os debates recentes permitem duas conclusões de suma importância. Em primeiro lugar, a lei da taxa de lucro decrescente de Marx só pode ser defendida como uma lei dinâmica das contradições expressas nas relações sociais de produção capitalistas, e não como uma lei automática do progresso técnico material. Dessa forma, ela coloca em questão o debate sobre a teoria do valor de Marx e depende integralmente da visão que se tem sobre a natureza dessa teoria do valor. Esse reconhecimento remete ao tratamento dado por Grossman (1992), no qual as relações de valor e valor de uso são extensamente discutidas e a tendência ao colapso é ligada diretamente à contradição entre esses dois aspectos, enquanto que uma leitura do colapso como mero reflexo do progresso técnico em geral é explicitamente rejeitada. Esse

⁷⁶ “If a viable technical change is made, and the real wage rate is constant, *the new MATERIAL rate of profit must be higher than the old one*. That is all that Okishio, or Roemer, or Foley, or I, or anyone else has ever claimed!” (LAIBMAN apud. KLIMAN, 2007, p.135)*. LAIBMAN, D; 2000. Two of Everything: a response. Research in Political Economy 18, 269-78.

* “Se uma inovação técnica viável é feita, e a taxa salarial real é constante, *a nova taxa de lucro MATERIAL tem de ser maior do que a anterior*. Isso é tudo que Okishio, ou Roemer, ou Foley, ou eu, ou qualquer outra pessoa sempre afirmou!” (tradução nossa).

ponto será retomado adiante. Em segundo lugar, está claro que é *possível* explicar a queda da taxa de lucro pelo incremento na composição orgânica conforme argumentava Marx. Ou seja, existem interpretações que levam coerentemente à conclusão de Marx. Esse é precisamente o sentido do esforço de Kliman (2007). Ademais, enquanto os esforços dos críticos do teorema de Okishio se concentraram simplesmente em afirmar que a taxa de lucro *pode* cair pelas razões apontadas por Marx, uma vez que o teorema implicava que ela *nunca poderia cair* sob aquelas condições, a discussão mudou de rumo. Os partidários do argumento da taxa decrescente de lucro passaram em geral a defender uma abordagem muito menos “dogmática” do que se supõe: ao invés de tentar provar uma queda secular na taxa de lucro, simplesmente pode-se argumentar que dada uma queda na lucratividade, a lei de Marx constitui uma explicação perfeitamente possível.

A questão da indeterminação da lei, então, só pode ser avaliada levando-se em conta o movimento completo da acumulação em seu caráter contraditório tal como exposto por Marx. Isso implica ver a tendência decrescente da taxa de lucro como expressão das contradições presentes nas relações de produção capitalistas, em que o jogo das tendências e contra-tendências periodicamente desemboca nas crises. Novamente, essa visão remete à análise de Grossman. Que a tendência à queda da taxa de lucro gere escassez relativa de mais-valia, impactando na acumulação e pondo em movimento forças contraditórias em um impasse que, cedo ou tarde, só pode ser resolvido por meio das crises, é uma explicação que o recente debate marxista demonstra ser coerente e justificada pela leitura de Marx⁷⁷, quaisquer que sejam as opiniões sobre a validade dessa teoria ou sobre a interpretação que a sustenta. Em que medida essa explicação constitui uma análise adequada e útil das crises capitalistas, e ainda em que medida essa tendência à crise pode ser entendida como uma “tendência ao colapso” são outras questões, que, no entanto, devem ser avaliadas como *questões em aberto*. Nada parece autorizar qualquer desprezo por essas questões, assim como nada parece justificar a alegação de Howard e King de que:

To reassert in the face of this [isto é, as “provas” contra a lei da queda tendencial da taxa de lucro] the relevance of the falling rate of profit, as analysed by Marx, has

⁷⁷ Rosdolsky (2001) é talvez o principal estudo metodológico e exegético dos textos de Marx a defender a coerência e a importância da lei da queda da taxa de lucro na totalidade do plano da obra de Marx. Recentemente, Kliman (2007) defende o argumento com base em um princípio exegético que consiste em fornecer uma interpretação que dê sentido ao texto e elimine as incoerências. O mesmo ponto é levantado novamente em Kliman *et al.* (2013) na polêmica em vigor contra a interpretação de Heinrich (2013).

done much damage to intellectual credentials of Marxian political economy. (HOWARD; KING, 1992, p. xiii)⁷⁸

5.5 CONCLUSÕES DO TERCEIRO CONFRONTO

O “primeiro confronto” da controvérsia do colapso terminou com a reafirmação teórica da ortodoxia social-democrata liderada por Kautsky, mas em uma situação paradoxal: sob o manto da vitória ortodoxa, o revisionismo de Bernstein triunfara na prática, exercendo uma influência cada vez maior sobre a atividade do partido alemão e da Segunda Internacional. O “segundo confronto” procurou reviver a polêmica anterior, mas sobre bases analíticas mais fundamentadas: a discussão levantara duas teorias das crises, opondo desproporcionalistas a subconsumistas. A “teoria do colapso” se pôs do lado subconsumista, mas o resultado foi também paradoxal: a vitória teórica dos desproporcionalistas não impediu que a teoria do subconsumo fosse elevada a doutrina oficial pela ortodoxia stalinista. Dessa vez, contudo, a ideia do colapso econômico fora amplamente rejeitada por ambos os lados, e a “fusão” das teorias ocorreu paralelamente ao deslocamento da questão do colapso do capitalismo para o plano político. A “teoria do colapso” sobreviveu apenas nos escritos de Rosa Luxemburgo e posteriormente de Paul Sweezy e Paul Baran.

O que aqui se considerou o “terceiro confronto”, na realidade, se inicia quando a “controvérsia do colapso” propriamente dita já está em sua fase final. Na revisão de Sweezy (1983) sobre a controvérsia, Grossman é tido como a última contribuição ao debate. Por sua vez, Colletti (1985) localiza o fim definitivo da controvérsia em 1956 quando, por ocasião do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, se estabeleceu a visão de uma concorrência econômica, e não mais política, entre o bloco capitalista e o bloco socialista e da transição pacífica do capitalismo para o socialismo.

De fato, as teorias analisadas neste capítulo são, em sua maioria, desenvolvidas em um ambiente e em um período histórico completamente diversos daqueles que geraram a controvérsia do colapso. Tratam-se, mais especificamente, de teorias das crises periódicas, nas quais a questão do “colapso” praticamente não é discutida, com o foco das atenções sobre qual a causa do declínio da lucratividade: o crescimento da composição orgânica ou dos salários. Ainda assim, dedicou-se uma atenção especial a esse embate por duas razões. Em primeiro lugar, o debate sobre a taxa de lucro coloca em questão as bases sobre as quais uma

⁷⁸ “Diante disso [as ‘provas’ contra a lei da queda tendencial da taxa de lucro] reafirmar a relevância da taxa decrescente de lucro, como analisada por Marx, gerou muito dano às credenciais intelectuais da economia política marxiana.” (HOWARD; KING, 1992, p. xiii, tradução nossa).

das principais defesas da “teoria do colapso” foi construída, a de Henryk Grossman. Em segundo lugar, o debate traz ao centro da discussão um elemento sempre presente na controvérsia anterior, a relação entre luta de classes e leis econômicas, mas dessa vez com uma distinção clara entre duas posições conflitantes, que transparecem na diferença entre as abordagens do *profit squeeze* e da lei da queda tendencial da taxa de lucro. Sob essa diferença acreditamos que é possível tratar de forma mais clara um problema central da controvérsia do colapso.

Por fim, dado que o debate sobre a taxa de lucro encontra-se em aberto, como afirmamos, as duas razões anteriores nos levam a crer que volta a ser colocada em aberto a discussão sobre a teoria do colapso tal como apresentada por Grossman. Tendo isso em consideração, o próximo capítulo consiste em uma avaliação da “controvérsia do colapso” exposta até aqui, e, principalmente, da possível relevância e das implicações atuais do estudo dessa controvérsia.

6 A HIPÓTESE DO COLAPSO: UMA (RE)AVALIAÇÃO

Neste último capítulo efetuaremos uma avaliação da “controvérsia do colapso” e das teorias marxistas da crise apresentadas no trabalho. Na seção 6.1, faremos uma análise da relação entre cada teoria da crise e a “teoria do colapso”, destacando em especial os pressupostos de cada teoria acerca da natureza da acumulação capitalista e dos limites da acumulação. Na seção 6.2, avaliaremos o modo como cada teoria coloca a questão do colapso como tal e procuraremos fazer um balanço da discussão. Em especial, tentaremos entender como cada teoria articula a hipótese subjacente à teoria do colapso: a ideia de que o capitalismo, pelo seu próprio desenvolvimento econômico, é levado à sua ruína e assim dá lugar ao socialismo.

6.1 TEORIAS DA CRISE, TEORIAS DO COLAPSO

Após a longa exposição histórica das teorias sobre as crises e sobre o colapso do capitalismo, podemos fazer uma síntese dos debates e uma avaliação geral da controvérsia. Em especial, podemos destacar melhor a relação entre as teorias da crise e as posições sobre o colapso do capitalismo. O objetivo aqui é clarear as posições e pressupostos das teorias em questão, assim como mostrar conexões possíveis.

Começamos distinguindo as teorias de crise. Da exposição precedente, se destacam quatro teorias distintas sobre as crises, apesar da enorme variedade de abordagens particulares. Mais do que explicações sobre as causas da crise, essas teorias devem ser distinguidas por explicitarem a relação entre as crises e um determinado mecanismo econômico ou característica do capitalismo. São elas: subconsumo, desproporção, pressão salarial⁷⁹ e tendência à queda da taxa de lucro. Essa divisão está de acordo com a literatura marxista. Shaikh (1983) divide as teorias marxistas de forma idêntica. Itoh (1980) distingue as mesmas quatro teorias, separando-as em dois grupos: as teorias do excesso de mercadorias compreendem a variante do desequilíbrio e a variante do subconsumo, enquanto as teorias do excesso de capital compreendem a variante da escassez de força de trabalho e a variante da composição orgânica crescente. E por fim, Sweezy (1983) divide as crises entre crises de realização e crises ligadas à queda da taxa de lucro, cada qual contando com duas teorias para

⁷⁹ Chamamos essa teoria de pressão salarial para englobar tanto a versão da “escassez de força de trabalho” quanto a versão do “*profit squeeze*”.

explicá-las: as primeiras pela desproporção ou subconsumo, e as últimas pelo aumento da composição orgânica ou pela escassez de força de trabalho.

Distinguindo as quatro teorias pelo mecanismo capitalista relacionado à crise, em cada uma, podemos estabelecer melhor a relação entre essas teorias e a questão do colapso. Mais especificamente, cada teoria relaciona uma característica do capitalismo à recorrência das crises, em outras palavras, à *necessidade* das crises periódicas. A teoria do subconsumo liga as crises à restrição do consumo dos trabalhadores derivada da realidade da exploração capitalista, isto é, ao fato de que o trabalhador recebe, como pagamento por sua força de trabalho, sempre um valor menor do que aquele que produziu para o capitalista. A teoria da desproporção liga a necessidade das crises à “anarquia da produção” capitalista, ao fato de que o modo capitalista de produção é não planejado e assim a coordenação requerida dos volumes de investimento é impossível. As teorias da pressão salarial associam as crises à luta de classes: no caso da vertente da “escassez de força de trabalho” a luta de classes é ativada pelo incremento da acumulação que faz crescer a demanda por força de trabalho, e no caso da vertente do “*profit squeeze*” essa luta se expressa na organização e militância crescente dos trabalhadores que consegue impor altos ganhos salariais ou resiste à intensificação do trabalho reduzindo a produtividade. Por último, a teoria da taxa de lucro decrescente, ou da composição orgânica crescente, argumenta que as crises são causadas pela própria acumulação ao buscar um aumento incessante da produtividade e assim elevar a composição orgânica diminuindo relativamente o “trabalho vivo”, única fonte do valor, em face ao trabalho objetivado nos meios de produção.

Como se percebe, cada posição dessas compreende uma ideia diversa sobre as causas da crise e os obstáculos à acumulação, mas também uma ideia diversa sobre a contradição intrínseca ao capitalismo que assegura a recorrência das crises, isto é, uma ideia diversa sobre a barreira inerente à acumulação capitalista. Considerando que a hipótese do colapso do capitalismo por razões econômicas sempre esteve associada à recorrência das crises, a identificação da barreira interna, da contradição que prevalece durante as crises, é um primeiro passo para identificar a relação de cada teoria da crise com os pressupostos da teoria do colapso.

Podemos esboçar o seguinte quadro analítico comparativo, levando em consideração as teorias expostas nos capítulos anteriores:

Quadro 1 - Teorias Marxistas da Crise

TEORIA DA CRISE	Autores Principais	Foco	Causa Imediata da Crise	Obstáculo à Acumulação	Barreira Interna do Capital
Subconsumo	Kautsky, Cunow, Schmidt, Rosa Luxemburgo, Varga, Sweezy, Baran	Realização	Falta de mercados	Subconsumo das massas	Exploração
Desproporção	Tugan-Baranowsky, Hilferding	Realização	Desequilíbrios no investimento e no sistema de preços	Demanda efetiva	Anarquia da produção
Pressão Salarial	Otto Bauer, Dobb, Sweezy, Glyn e Sutcliffe, Bowles, Gordon e Weisskopf, Itoh	Lucratividade	Aumento dos salários acima da produtividade (queda na taxa de exploração)	Oferta de força de trabalho/ Organização trabalhista	Antagonismo de Classe
Lei da Queda Tendencial da Taxa de Lucro	Grossman, Mattick, Rosdolsky, Yaffe, Shaikh	Lucratividade	Valorização insuficiente	Produtividade (aumento da composição orgânica)	Trabalho como fonte do valor

Fonte: elaboração própria.

Obviamente, o quadro acima é apenas uma referência esquemática: a adesão a determinada teoria não implica a exclusão de explicações alternativas ou de uma variedade de “causas imediatas” de cada crise. Também as “barreiras internas” relacionadas a cada teoria não implica que a respectiva teoria ignore as demais barreiras à acumulação. Assim, os partidários da teoria do subconsumo não ignoram a “anarquia da produção” capitalista, da mesma forma que os teóricos da desproporção não negam a existência do subconsumo ou da exploração. Acima de tudo, no entanto, o tratamento esquemático apresentado acima permite identificar o nexos entre uma causa privilegiada por dada teoria, o mecanismo que torna essa causa recorrente sob o capitalismo e a característica estrutural do sistema na qual cada teoria localiza a fonte da contradição que impele às crises. Em especial, o que importa é compreender a *necessidade* das crises sob o capitalismo e não as causas e manifestações imediatas, e nesse caso a necessidade precisa ter uma causa estrutural.

A identificação da causa estrutural permite também reavaliar algumas ideias em voga sobre tais teorias assim como algumas objeções que foram levantadas durante o curso dos debates. Vejamos algumas ideias que têm relação com os limites históricos do capitalismo.

Shaikh (1983) é um dos poucos autores a analisar as diferentes teorias da crise do ponto de vista de sua relação com os limites da acumulação capitalista. Contudo, apesar dos méritos indiscutíveis de sua análise histórica, algumas conexões estabelecidas pelo autor entre cada teoria e uma visão subjacente sobre os limites da reprodução capitalista, tornam-se bastante duvidosas após nossas considerações anteriores. Shaikh divide as teorias marxistas em duas visões sobre o capitalismo: a primeira entenderia o sistema como incapaz de expandir-se por si só, enquanto a segunda entenderia o capitalismo como um sistema de acumulação auto-limitada. Claramente, na primeira visão incluem-se os subconsumistas, em especial Rosa Luxemburgo, e na segunda visão, os proponentes da lei da queda tendencial da taxa de lucro. Shaikh (1983) inclui ainda os teóricos da desproporção na seção do capitalismo como incapaz de se auto-expandir, e os teóricos do *profit squeeze* na seção em que discute o capitalismo como sistema auto-limitado. Provavelmente, a inclusão dos primeiros se deve à intenção de explicitar o debate travado entre os desproporcionalistas e os subconsumistas, uma vez que a posição desproporcionalista, como o próprio Shaikh deixa claro no artigo, é diametralmente oposta à ideia subconsumista da impossibilidade da acumulação. Da mesma forma, a inclusão da teoria do *profit squeeze* no segundo grupo serve para fazer o contraponto ao argumento da tendência decrescente da taxa de lucro.

Assim, tomando a liberdade de expandir o argumento de Shaikh podemos identificar quatro visões sobre a reprodução capitalista e quatro teorias da crise:

- a) o subconsumo e a impossibilidade da auto-expansão;
- b) a desproporção e a possibilidade de expansão ilimitada do capitalismo;
- c) a taxa decrescente de lucro e a acumulação auto-limitada; e
- d) a pressão salarial e a acumulação limitada pelos trabalhadores.

Enquanto (a) e (c) encontram-se explícitos na divisão de Shaikh (1983), (b) e (d) estão implícitos no texto. Mas as quatro relações correspondem a visões comuns sobre as teorias de crise e podem facilmente ser derivadas da exposição feita nos capítulos anteriores. Em alguns casos essas relações foram levantadas como crítica pelos detratores da respectiva teoria e em outros casos como defesa da teoria em questão. Tomando o artigo de Shaikh como base, passaremos à análise de cada teoria.

A teoria do subconsumo – ponto (a) – levaria à conclusão de que a acumulação capitalista é, por si só, impossível, de modo que o capitalismo necessitaria de estímulos exógenos para continuar crescendo e existindo. E essa conclusão foi levada à máxima consequência por Rosa Luxemburgo (1985a) quando afirmou a dependência completa do capitalismo em relação aos mercados não-capitalistas para possibilitar a acumulação. Mas ela se encontra implícita em todos os autores subconsumistas, como Kautsky (1985), Cunow (1985) e Sweezy (1983). É precisamente essa conclusão da impossibilidade interna da acumulação que foi censurada por Lênin (1982) na polêmica contra os populistas russos.

Para Shaikh (1983, p. 6), “isso significa que, em última instância, a [...] reprodução [do capitalismo] é regulada por fatores que se encontram fora do sistema: os limites do sistema são externos a ele.” Ainda que concordemos com a primeira parte do argumento, a segunda, sobre os limites externos ao capitalismo, nos parece problemática. Ainda que os subconsumistas de fato identificassem a falta de mercados externos como a “causa direta” das crises, a “causa última” seria sempre o subconsumo das massas (KAUTSKY, 1985, p. 207). E o subconsumo das massas é uma característica estrutural do capitalismo porque decorre da própria natureza do capital: da exploração do trabalho assalariado.

Enquanto Shaikh tem toda razão em censurar os subconsumistas por recorrerem a fatores externos para explicar a dinâmica da acumulação, o mesmo não pode ser dito em relação ao “limite” último da acumulação capitalista: este é totalmente interno às relações capitalistas de produção. Mais ainda, se aceitarmos a teoria de Rosa Luxemburgo (1985a) como a formulação mais coerente da hipótese subconsumista, conforme argumentamos no capítulo 3, então mesmo a expansão capitalista teria seu impulso internamente gerado. Pois Luxemburgo reconhece o imperativo de acumular e desenvolver as forças produtivas como característicos do capitalismo: tanto a busca ativa por mercados externos como imperialismo têm sua raiz nessa pressão para acumular. Somente quando os subconsumistas precisam explicar a expansão capitalista assumindo o domínio praticamente global do capitalismo, como no caso de Baran e Sweezy (1968), o expediente dúbio dos fatores exógenos retorna como uma necessidade.

A teoria da desproporção, por sua vez, levaria à conclusão diametralmente oposta: a acumulação capitalista poderia se expandir ilimitadamente – ponto (b). Essa a conclusão que gerou uma cruzada da ortodoxia social-democrata contra a obra de Tugan-Baranowsky. A conclusão, no entanto, tem uma condição: a acumulação pode se expandir ilimitadamente *se* forem alcançadas as proporções necessárias entre os setores produtivos. Que os defensores da teoria da desproporção nunca tenham afirmado que as proporções realmente sejam

alcançadas, não costuma ser levado em consideração pelos críticos. De qualquer modo, a crítica parece justificada pela posição posterior de Tugan-Baranowsky e Hilferding de que o planejamento centralizado eliminaria as crises (SHAIKH, 1983).

Como obviamente um nível de planejamento centralizado de tal ordem que coordene os setores produtivos e ponha um fim à anarquia da produção ponha, ao mesmo tempo, um fim no capitalismo⁸⁰, nos parece que a crítica em questão não toca o argumento da desproporção em relação às crises *do capitalismo*. Em realidade, a teoria da desproporção assegura a necessidade das crises dada a anarquia da produção capitalista. Tanto Tugan-Baranowsky (1985a) quanto Hilferding (1981) demonstram que a coordenação necessária para alcançar as proporções corretas no investimento é impossível sob o capitalismo. Mais do que isso, as desproporções setoriais agiriam como impulsionadoras da acumulação, pelo efeito nos preços e na lucratividade, até que o movimento se invertesse gerando a crise. Ao invés da expansão eterna da acumulação, a teoria da desproporção apresenta o movimento cíclico de expansão e recessão, tendo como causa última a falta de planejamento imperante em um sistema em que a busca pelo lucro leva ao investimento incessante.

Ponto (c): ao contrário das teorias anteriores, a explicação das crises pela lei da queda tendencial da taxa de lucro indicaria a auto-limitação inerente à acumulação capitalista. De fato, a tendência à queda da taxa de lucro coloca em evidência o fato de que o limite da produção capitalista é “o próprio capital” (SHAIKH, 1983, p. 27). Isso parece refletir o fato de que essa teoria foi formulada em resposta direta às demais teorias, procurando exatamente contrapor-se aos equívocos das outras abordagens e incorporando os resultados dos debates precedentes.

Ponto (d): por fim, a teoria da compressão dos lucros pelos salários localizaria a barreira à acumulação capitalista na resistência do trabalho. Na medida em que essa resistência é considerada um fator interno ao capitalismo, isto é, derivada da relação entre trabalho e capital, então é possível falar de um limite interno à acumulação capitalista, como faz Shaikh (1983, p. 41). No entanto, uma leitura atenta dos diversos autores que defendem a tese da pressão salarial, demonstra a necessidade de algumas qualificações. O limite interno, no caso, é interno ao modo de produção capitalista, e, em alguns casos só se torna um limite na fase “monopolista” (DOBB, 1940). Esse limite não é interno ao mecanismo da acumulação

⁸⁰ Grossman (1985, p. 453-465) aborda extensivamente esse ponto em crítica à ideia do “capitalismo organizado” de Hilferding.

como tal, e sequer é interno a qualquer “lei econômica” do capitalismo ⁸¹. Na realidade, nos parece que é o argumento da pressão salarial, e não o subconsumo, que transpõe os limites da acumulação para fatores externos a ela. Na versão do *profit squeeze* dos anos 1970, esse limite era um certo nível de organização e militância dos trabalhadores e, mesmo antes, na obra de Dobb (1940, p. 126) o que aparece como fator crucial é o crescimento da organização trabalhista no período avançado do capitalismo (isto é, do capital monopolista). Na versão da escassez de força de trabalho (Bauer, Sweezy, Dobb, Itoh), o limite é a oferta de força de trabalho. Ainda que o padrão cíclico da acumulação seja internamente gerado, esse padrão oscila em torno de um fator alheio à acumulação: a população trabalhadora. Isso fica mais evidente nas palavras de Bauer (1985, p. 361) de que “a acumulação de capital se ajusta, uma e outra vez, ao crescimento da população”.

Assim, para finalizar esse comentário do artigo de Shaikh, que, devemos repetir, é uma apresentação seminal das teorias de crise, resta uma última observação. Se o que afirmamos acima em relação aos pontos (a) a (d) é válido, então parece que o problema da abordagem de Shaikh é o postulado assumido desde o início da sua exposição de que:

[...] qualquer explicação de como o capitalismo se reproduz é ao mesmo tempo (implícita ou explicitamente) uma resposta à pergunta de como e por que ocorre a não-reprodução e vice-versa; em outras palavras, a análise da reprodução e a análise da crise são inseparáveis. (SHAIKH, 1983, p. 6).

Certamente não há nada a objetar nessa afirmação, especialmente quando dirigida a uma teoria marxista, pois o marxismo sempre insistiu na necessidade de se deduzir as contradições de um sistema do próprio funcionamento interno desse sistema. O problema é que as teorias marxistas da crise nem sempre seguiram essa tendência, especialmente quando se trata de discutir os mecanismos da acumulação. A relação defendida por Shaikh, entre a reprodução e a não-reprodução, então, se torna um meio mais efetivo para avaliar as teorias da crise em conjunto. Mas no artigo de Shaikh a relação é simplesmente postulada e a visão de cada teoria sobre a reprodução é deduzida de sua visão sobre o limite à reprodução.

Nossa análise anterior, no entanto, leva a crer que a visão de cada teoria sobre a reprodução capitalista não necessariamente conduz à visão de cada teoria sobre os limites da acumulação. E isso é visível quando se remete cada teoria ao seu desenvolvimento na controvérsia do colapso.

⁸¹ Shaikh (1983, p. 41) na realidade parece se contradizer quando, no mesmo argumento, afirma que a teoria da compressão dos lucros atribui um limite interno à acumulação e que essa teoria implicaria no “comando da política” sobre as leis de movimento do capital.

O debate entre os subconsumistas e os desproporcionalistas no “segundo confronto” explicitava exatamente esse ponto: enquanto a teoria do subconsumo propagava que a reprodução capitalista estava comprometida desde o início, gerando assim um limite histórico incontornável, os partidários da desproporção defendiam que a reprodução era perfeitamente viável. Não obstante os teóricos da desproporção enfatizavam as crises, o caráter limitado dessa reprodução, mas a raiz das crises era buscada em fatores externos à sua própria análise da reprodução.

Do mesmo modo, o “terceiro confronto” evidenciou a divergência entre a noção da lei da queda tendencial da taxa de lucro como uma lei de movimento interna ao capital e derivada do aumento da composição orgânica, e sua formulação alternativa como reflexo da escassez de força de trabalho disponível e da luta de classes desencadeada por essa situação. Enquanto no primeiro caso o limite à acumulação é derivado diretamente da análise da própria acumulação, no segundo caso o limite se encontra na relação entre a acumulação e fatores cujos determinantes são exógenos ao movimento em si: o crescimento populacional, a organização dos trabalhadores, relações de poder, etc.

As quatro teorias da crise apresentadas podem ser divididas em uma série de pares opostos conforme o elemento que se queira destacar: crises de realização contra crises de lucratividade, excesso de mercadorias contra excesso de capital, esfera da circulação contra produção, enfoque distributivista contra enfoque produtivista, abordagem fatalista contra reformista, etc. Acreditamos que essas distinções são secundárias por basearem-se nos elementos superficiais mais visíveis de cada teoria, uma vez que todas as teorias, em geral, compartilham ambos os elementos com diferenças de importância. Ao contrário, demarcar a relação entre a visão subjacente sobre a reprodução capitalista e a crise em cada teoria permite uma diferenciação estrutural. Desse modo, duas teorias estabelecem uma relação *direta* entre a reprodução ampliada, a acumulação, e a *necessidade* das crises: a teoria do subconsumo e da taxa decrescente de lucro. Duas teorias estabelecem uma relação *indireta* entre a acumulação e a *necessidade* das crises: a teoria da desproporção e a teoria da pressão salarial. Note-se que se trata aqui da causa da necessidade das crises recorrentes e não das causas imediatas das crises.

A forma como essa relação é estabelecida em cada teoria nos permite compreender os avanços e limitações de cada uma, explicitando várias das conclusões avançadas nos capítulos anteriores. Assim, por exemplo, é possível perceber a razão da insuficiência das abordagens desproporcionalistas. Visando contrapor-se à perspectiva subconsumista do colapso, os teóricos da desproporção usaram os esquemas de Marx como se representassem a própria

natureza da reprodução capitalista. As crises e oscilações do capitalismo, então, não podiam ser entendidas como frutos da acumulação em si, mas como desajustes nessa reprodução: a anarquia capitalista garantiria a recorrência desses desajustes. A ligação entre a acumulação, a anarquia e as desproporções encontra-se no ciclo de negócios. Mas, como argumentado por Colacchio (1998), a teoria dos ciclos de Tugan-Baranowsky havia aberto o caminho para a abordagem da demanda efetiva sem, no entanto, possuir uma teoria real dos determinantes do investimento. Isso é igualmente verdade no caso de Hilferding (1981), que apesar de relacionar os ciclos ao movimento na taxa de lucro, e as crises ao aumento na composição orgânica, explica essa mesma lucratividade pelas distorções nos preços que por sua vez rompem as proporções, tornando todo o argumento em última análise tautológico. Como não possuem uma abordagem consistente do mecanismo da acumulação capitalista, os teóricos da desproporção não conseguem estabelecer, de fato, uma ligação entre a acumulação e as crises.

Por sua vez, as teorias da pressão salarial são construídas sobre a hipótese de que a acumulação capitalista eleva os salários acima do aumento da produtividade. Essa hipótese só se sustenta como necessidade teórica assumindo que a acumulação ocorra com composição orgânica relativamente constante (ou decrescente). Como consequência, o aumento da produtividade não acompanha a acumulação, sendo introduzido pelos capitalistas apenas como mecanismo defensivo frente ao aumento dos salários. Mas mesmo nesse caso, para que a produtividade não aumente de forma a compensar o aumento salarial, os defensores dessa teoria devem assumir uma ou outra restrição externa à acumulação: ou uma taxa de crescimento populacional bem menor do que a taxa de acumulação ou uma forte resistência dos trabalhadores. De todo modo, isso explica as duas principais limitações dessa teoria expostas no capítulo 5. Ou a explicação recai em um ajuste cíclico que dificilmente pode caracterizar uma estagnação duradoura (Bauer, Sweezy, Itoh), ou é necessário assumir que a classe trabalhadora possui um poder considerável sobre a acumulação (Glyn, Sutcliffe, Bowles, Gordon, Weisskopf). No primeiro caso, para dar conta de uma crise como a de 1929, por exemplo, é necessário complementar a teoria com elementos do sistema de crédito e da fase monopolista do capital (ITOH, 1980). No segundo caso, é preciso assumir uma série de postulados políticos e institucionais para dar conta de explicar a acumulação (BOWLES; GORDON; WEISSKOPF, 1987).

Quanto às duas teorias que postulam uma ligação direta entre sua abordagem da acumulação de capital e os limites dessa acumulação, a avaliação só pode referir-se ao próprio mecanismo interno. Em resumo, o que opõe a teoria do subconsumo à teoria da taxa decrescente de lucro é que enquanto a primeira torna o limite à acumulação absoluto, a

segunda compreende o limite como relativo a um dado nível da acumulação. O problema das abordagens subconsumistas é explicar a própria possibilidade da acumulação capitalista. Em Luxemburgo (1985a), a explicação reside na existência de amplas áreas não-capitalistas, uma explicação que torna-se cada vez menos plausível conforme o capitalismo avança globalmente mantendo longos períodos de estabilidade e acumulação crescente. Daí as dificuldades da teoria do capital monopolista de Baran e Sweezy (1968), assentada em larga medida em pressupostos alheios à teoria da acumulação de Marx e à formulação marxista original do subconsumo.

Posto isso, a principal vantagem da teoria baseada na lei da queda tendencial da taxa de lucro é precisamente derivar a necessidade das crises referindo-se exclusivamente ao movimento interno da acumulação, ao mesmo tempo em que a reprodução capitalista é explicada pelo mesmo movimento sem necessidade de pressupostos adicionais, como a existência ou não de áreas não-capitalistas. Nesse sentido, mais do que qualquer outra teoria, essa abordagem faz jus à ideia de que o capital é seu próprio limite. Obviamente os problemas dessa abordagem também devem ser buscados exclusivamente na explicação sobre o mecanismo da acumulação (possibilidade de aumento da taxa de mais-valia acima da composição orgânica, acumulação sem incremento da composição orgânica, alegações de inconsistência na lei do valor de Marx, entre outros)

Nada do que foi dito estabelece a validade lógica ou empírica de qualquer teoria, mas nos ajuda a compreender quais as condições em que dada teoria é aplicável, e os pontos fortes e fraquezas de se adotar uma ou outra abordagem. Acima de tudo permite avaliá-las como *teorias* sobre a necessidade das crises capitalistas e não meramente como explicações das causas de qualquer crise. *A primeira conclusão geral a ser extraída do presente trabalho é que as clássicas teorias marxistas da crise se desenvolveram como respostas à controvérsia do colapso, e analisar essa origem é essencial para uma avaliação adequada dessas teorias.*

A próxima seção fará o caminho inverso e analisará a implicação das teorias da crise para as questões levantadas pela controvérsia do colapso.

6.2 A HIPÓTESE DO COLAPSO

Agora que explicitamos as causas das crises e o limite imanente à acumulação capitalista considerado por cada teoria de crise, podemos discutir a relação entre essas teorias e a questão do “colapso” do capitalismo, a fim de analisarmos a importância e as limitações dessa questão. Na introdução a esse capítulo chamamos a atenção para o fato de que o colapso

do capitalismo por razões econômicas é avançado como uma hipótese. E é como hipótese, supostamente de Marx, que Bernstein procura rejeitá-la. Atualmente essa hipótese recebe pouco ou nenhum crédito. Já em 1942, em sua Teoria do Desenvolvimento Capitalista, Sweezy (1983, p. 172) concluía que o conceito de “colapso” da forma como fora discutido não tem qualquer utilidade. Deve-se ressaltar, Sweezy faz essa afirmação logo antes de desenvolver sua própria teoria nos mesmos moldes da “depressão crônica” de Kautsky (1985). Colletti (1985, p.43-45) vai mais longe ao localizar o fim da controvérsia no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética de 1956, com a tese da “concorrência econômica entre os sistemas”, que marcaria, no fundo, a vitória de Bernstein. Nas suas próprias palavras:

Esta última tesis, que de modo patente señala la resurrección – si bien a nivel político-estatal y, por ende, en un contexto real y con un lenguaje profundamente distintos – de la tesis sustentada por Bernstein en su célebre escrito de 1899, también puede considerarse el último puerto a que llegó el debate sobre la ‘teoría del derrumbe’ en el curso de su trajinada existencia (COLLETTI, 1985, p. 45).⁸²

De fato, a maior parte dos autores envolvidos na controvérsia rejeitou a teoria do colapso, sendo poucos seus defensores genuínos. No entanto acreditamos que existem boas razões para que a controvérsia do colapso seja reavaliada; mais precisamente, para que a hipótese do colapso seja vista como um tópico digno dos debates atuais. Não pretendemos, obviamente, defender aqui qualquer teoria do colapso, mas simplesmente defender a pertinência de se voltar a discutir sua hipótese.

Em um livro recente, Alain Badiou (2012) defende o que chama de “a hipótese comunista” (próprio título do livro). Para clarificar o que entende como “hipótese” e qual sua importância, Badiou faz uma comparação com a história do “último teorema de Fermat”, um famoso problema matemático cuja solução, e comprovação do teorema, levou mais de trezentos anos desde sua formulação. Como afirma o autor:

Entre Fermat, que formulou a hipótese [...], e Wiles, o matemático inglês que realmente demonstrou o teorema alguns anos atrás, houve inúmeras tentativas de justificação. Muitas serviram de ponto de partida para desenvolvimentos matemáticos de longuíssimo alcance, embora não tenham conseguido resolver o problema em si. Mas foi fundamental que a hipótese não tenha sido abandonada durante os três séculos em que foi impossível demonstrá-la. A fecundidade desses fracassos, de sua análise, de suas consequências, estimulou a vida matemática. Nesse sentido, o fracasso, desde que não provoque o abandono da hipótese, é apenas a história da justificação dessa hipótese. (BADIOU, 2012, p. 10).

⁸² “Esta última tese, que marca de modo patente a ressurreição – ainda que a nível político-estatal e, por fim, em um contexto real e com uma linguagem profundamente distintos – da tese sustentada por Bernstein em seu célebre texto de 1899, também pode ser considerada o último porto ao qual chegou o debate sobre a ‘teoria do colapso’ no curso de sua movimentada existência.” (COLLETTI, 1985, p. 45, tradução nossa).

Parece-nos que o raciocínio de Badiou se aplica à controvérsia do colapso. A história da controvérsia exposta nos capítulos anteriores testemunha de forma inequívoca como muitos dos principais desenvolvimentos teóricos da economia marxista no século XX tiveram como ponto de partida o debate sobre o colapso. Não apenas as tentativas de justificação da teoria do colapso foram fecundas ainda que não tivessem resolvido o problema, como também, e talvez principalmente, as tentativas de contestação da teoria do colapso levaram a uma gama de desenvolvimentos subsequentes. Basta lembrarmos as diversas teorias da crise, o reconhecimento da importância da demanda por meios de produção, o papel da lucratividade na acumulação e o aprofundamento da análise empírica. Assim, Rosdolsky (2001, p. 419), por exemplo, afirma que “[...] a controvérsia aparentemente escolástica dos esquemas de reprodução de Marx é positiva, isto é, teoricamente frutífera, apesar de todos os erros e conclusões errôneas que produziu”. Sem dúvida, a análise crítica de todos esses erros levou o marxismo a uma maior compreensão da natureza e da função dos esquemas de reprodução. O próprio trabalho de Rosdolsky é fruto da análise desses erros.

Em tudo isso, a “hipótese do colapso” provou-se fundamental como motor do pensamento marxista. Mas a hipótese é também importante por seus próprios méritos. Dado que não se produziu nenhuma refutação definitiva, a teoria do colapso permanece por ser comprovada. Assim, a teoria do colapso não é, como pensa Sweezy (1983, p. 172), uma teoria “[...] sobre um resultado hipotético que, de forma alguma, jamais seria atingido”, à qual por essa razão Marx seria indiferente. Ela é, na realidade, uma teoria para explicar precisamente um resultado hipotético *caso* ele seja atingido. Obviamente a “comprovação” da hipótese do colapso não pode ser dada por qualquer raciocínio teórico ou demonstrada por um modelo matemático, mas consiste inteiramente no próprio advento do colapso. Por outro lado, sua “refutação” pode ser simplesmente uma demonstração da inconsistência da teoria que tenta explicar em seus termos o colapso.

Por essa razão, as tentativas de derivar algebricamente o colapso do capitalismo demonstraram-se infrutíferas, especialmente o modelo subconsumista de Sweezy-Bauer (SWEEZY, 1983), mas também o modelo de Grossman (1992) se entendido como uma dedução matemática da tendência ao colapso. Georgescu-Roegen (1960, p. 243) enfatiza essa dificuldade ao afirmar que a matemática se mostra “muito rígida” para lidar com a evolução entre formas econômicas. Nesse caso o colapso não pode ser entendido como o resultado automático de variáveis econômicas. Mas qual, então, é a “hipótese do colapso”?

Ainda que seja atribuída à Marx, como *hipótese* a teoria do colapso é certamente uma criação de Bernstein. Pode ser formulada da seguinte maneira: o capitalismo, pelo seu próprio

desenvolvimento econômico, leva ao colapso de suas relações sociais de produção e assim deve dar lugar a um novo modo de produção⁸³. Essa hipótese é articulada de forma diferente em cada estágio da controvérsia. Como visto, no “primeiro confronto” predomina a visão de que o desenvolvimento capitalista implica em uma polarização crescente das classes sociais, aumentando os antagonismos sociais e, finalmente, engendrando a revolução socialista. Bernstein (1909) rejeita essa conclusão, enquanto Kautsky (2000) a defende. Mas ambos os autores também apresentam outra formulação da ideia do colapso, mais apropriada a uma catástrofe econômica: a piora progressiva das crises levando a uma grande crise final.

Como os debates em torno da obra de Bernstein mostravam a impossibilidade de se derivar o colapso de quaisquer dados sobre a concentração dos meios de produção ou sobre a quantidade de indivíduos em cada classe social (ver LUXEMBURG, 2008), a controvérsia do colapso centrou-se na questão das crises. Mais especificamente, na alegação de Bernstein de que as crises tenderiam a melhorar e não a piorar com o tempo. E uma vez que a polêmica Bernstein-Kautsky carecia de qualquer teoria bem elaborada sobre as crises, o “segundo confronto” desenvolveu duas teorias da crise para tratar dessa questão. Enquanto a teoria do subconsumo de Kautsky (1985), Luxemburgo (1985) e Sweezy (1983) previa exatamente que as crises capitalistas se tornariam maiores e mais severas, a teoria da desproporção de Tugan-Baranowsky (1985a, 1985b) e Hilferding (1981) procurava rejeitar essa ideia e assentar as crises no movimento cíclico dos investimentos. Uma vez que os desproporcionalistas “venceram” a disputa desse argumento, a hipótese do colapso foi reformulada por outra teoria da crise, baseada na lei da queda tendencial da taxa de lucro. O “terceiro confronto”, então, opôs ao caráter “mecânico” dessa teoria, uma abordagem com ênfase na luta de classes.

Agora podemos perguntar: qual é a implicação de cada teoria para a hipótese do colapso? Ainda que as teorias de crise tenham se originado e desenvolvido a partir da controvérsia do colapso e muitas vezes com a função de defender um ou outro lado do embate, a relação nem sempre fica explícita mesmo nos escritos dos autores diretamente envolvidos. As teorias do subconsumo e da queda tendencial da taxa de lucro (ao menos na versão de Grossman) se caracterizam como teorias do colapso, enquanto as teorias da desproporção e da escassez de força de trabalho rejeitam a perspectiva do colapso.

Pode-se considerar a teoria do subconsumo como a “teoria do colapso” original. Quando Bernstein (1909) ataca a ideia de que as crises se tornariam piores com tempo, ele

⁸³ Para fazer justiça à visão de Bernstein essa formulação deveria começar com: “para Marx, o capitalismo, pelo seu próprio desenvolvimento etc.”, mas deixaremos de lado a questão sobre se essa é de fato a visão de Marx ou não.

está se referindo principalmente à abordagem subconsumista do Programa de Erfurt, enquanto ele próprio adota a teoria da desproporção para afirmar que o desenvolvimento do crédito e dos cartéis suavizaria as crises. Do ponto de vista do subconsumo a hipótese do colapso aparece como uma necessidade lógica: dado que a exploração capitalista faz com que a capacidade de consumo cresça sempre a um ritmo menor do que a expansão da produção, o capitalismo necessita de mercados externos para realizar sua produção. Tão logo esses mercados comecem a escassear as crises vão se tornando piores e, cedo ou tarde, chega-se à situação na qual o mercado já não pode se expandir. Nesse ponto a acumulação torna-se impossível e o capitalismo passa a um estado estacionário. Essa mesma lógica encontra-se em Kautsky (1985) como em Sweezy (1983), muito embora ambos reneguem qualquer teoria do colapso. Mas a lógica do argumento é levada à sua conclusão forçada por Rosa Luxemburg (1985a, p. 285): tão logo o capitalismo torne-se global e cesse a acumulação, o sistema entra automaticamente em seu estágio final. Essa a razão pela qual Grossman (1992, p. 42) acusa Luxemburg de criar uma teoria do colapso fatalista. Pela mesma razão os bolcheviques rejeitaram de pronto a exposição de Luxemburg (COLLETTI, 1985).

Mas a crítica se estende às formulações subconsumistas em geral: ao absolutizar o limite à acumulação os subconsumistas tornam o seu colapso inevitável. E a maior fraqueza dessas formulações consiste em apartar definitivamente a luta de classes do colapso econômico do capitalismo. Retomamos então uma conclusão que já havia sido levantada sobre a visão de Kautsky: a de que a teoria do colapso, explícita ou implícita, era um mero expediente ideológico para a social-democracia. Enquanto tanto Kautsky como Luxemburg asseguravam o caráter inevitável do fim do capitalismo por razões econômicas, uma situação absolutamente sem saída para o capitalismo, ambos acreditavam que a revolução proletária viria primeiro, de forma que o colapso na realidade nunca ocorreria. Igualmente paradoxal é a tentativa de Sweezy (1983, cap. 12) de se livrar do caráter fatalista assumindo contra-tendências ao subconsumo: a principal dessas contra-tendências é a ampliação do consumo e direcionamento dos investimentos por parte do Estado. A teoria subconsumista, então, encontra-se entre o colapso absoluto e o reformismo. Não é de surpreender que já na polêmica em torno da obra de Bernstein, Conrad Schmidt (1985) tenha aceitado a teoria do colapso subconsumista e ao mesmo tempo rejeitado a necessidade do colapso porque os salários cresceriam.

Contra a interpretação subconsumista, a teoria da desproporção enfatiza o caráter cíclico das crises: Hilferding (1981) chega a afirmar que um fenômeno periódico como as crises não poderia ser explicado por um fenômeno constante como o subconsumo. Os

desproporcionalistas abandonam a perspectiva das tendências históricas do capitalismo em favor de uma teoria dos ciclos industriais. Se a tese revisionista de Bernstein sobre a suavização das crises é enfaticamente rejeitada, o mesmo ocorre com a tese oposta de que a piora das crises levaria à catástrofe econômica e à inviabilidade do capitalismo. Acima de tudo, a característica essencial do capitalismo seria sua anarquia, e dessa forma acabar com as crises significa abolir o capitalismo, mas nem a revolução nem o socialismo viriam da recorrência das crises. Para Tugan-Baranowsky (1985b,) isso mostra que se deve abandonar decididamente a hipótese do colapso. O socialismo, então, não seria produto da deterioração econômica do capitalismo, mas da luta consciente para aplicar a “norma ética” kantiana que vê a humanidade como um fim em si mesmo (TUGAN-BARANOWSKY, 1985b, p. 257-258).

A mesma dissociação entre o socialismo e o colapso econômico do capitalismo é desenvolvida por Hilferding, procurando manter-se no campo marxista do materialismo histórico e não no da ética kantiana. Nessa perspectiva, o socialismo seria fruto da crescente centralização e socialização dos meios de produção, pressuposto necessário para eliminar a anarquia da produção. A partir daí seria tarefa da classe trabalhadora organizada conquistar o poder político e “expropriar os expropriadores” (como diria Marx). Uma vez conquistado o poder estatal, a transformação da produção capitalista socializada em produção socialista torna-se um mero ato de vontade política: sendo desnecessária a socialização súbita de toda a economia, bastaria expropriar “seis grandes bancos de Berlim” (HILFERDING, 1981, p. 368). Por isso a teoria da desproporção marca também a passagem da tese do fim do capitalismo por razões econômicas para a tese do fim por razões políticas (COLLETTI, 1985).

A teoria da crise por escassez de força de trabalho ou *profit squeeze*, sustenta a mesma rejeição da hipótese do colapso, mas com vários avanços em relação à teoria da desproporção. Desloca a ênfase da anarquia capitalista para o antagonismo de classes, das condições de realização para a lucratividade que regula a acumulação, e ainda oferece tanto uma explicação dos ciclos quanto de tendências de longo prazo. Em todos esses campos a hipótese do colapso é rejeitada. Em sua versão cíclica, a acumulação oscila em torno da disponibilidade de força de trabalho e o movimento resultante repõe constantemente as crises e a prosperidade. As crises são desajustes e ampliam os antagonismos de classe, mas não há qualquer tendência à piora ou a uma fase terminal. Por isso, a versão secular postula a organização e militância dos trabalhadores como fator que dificulta cada vez mais a solução da crise e que ao mesmo tempo aponta para o socialismo. Mais ainda, a afirmação de que a queda na lucratividade é decorrência do aumento dos salários e da resistência dos trabalhadores implica em assumir a

hipótese diametralmente oposta à do subconsumo: de que a condição da classe trabalhadora melhora de forma absoluta e *relativa* com a acumulação capitalista.

Não é preciso muito para discernir os ecos das teses reformistas de Bernstein e Schmidt nessa proposição. Pois ela implica que os interesses materiais da classe trabalhadora são objetivamente identificados com a acumulação capitalista. Assim, os trabalhadores “ganham” com a acumulação e “perdem” com o declínio da acumulação. Essa situação pode muito bem significar que as crises sejam um momento de emergência revolucionária conforme os trabalhadores não queiram aceitar uma redução de seus ganhos anteriores. Mas, como afirmamos no capítulo 5, pode igualmente significar que os trabalhadores devam aceitar uma perda temporária para retomar os ganhos com a restauração da acumulação. E essa última proposta é especialmente razoável quando se leva em consideração os perigos e custos que acompanham uma transição histórica, ainda mais quando se espera, como Bernstein (1909), que as organizações representativas dos trabalhadores não estejam preparadas para um cataclismo social⁸⁴. De todo modo, é a luta de classes e não qualquer lei econômica do capitalismo que decidirá de antemão a inevitabilidade do socialismo.

Dadas as três teorias precedentes, parece haver boas razões para o abandono da hipótese do colapso. As crises são características recorrentes do capitalismo, que antes de marcarem o seu fim, estabelecem as bases para a acumulação renovada. O socialismo será resultado da prática política dos trabalhadores e de nenhuma lei econômica automática. Mais ainda, aceitar a perspectiva da teoria do colapso é aceitar uma perspectiva fatalista e mecânica da evolução histórica.

O maior argumento contra essa posição sempre foi a afirmação enfática e repetida de Rosa Luxemburgo (1985a, p. 222; 1985b, p. 346-347; 2008, p. 46) de que abandonar a perspectiva do colapso econômico do capitalismo, ainda que como limite histórico longínquo, significa abandonar a “necessidade objetiva” do socialismo. Essa alegação é desenvolvida melhor em sua crítica a Bernstein:

The scientific basis of socialism rests, as is well known, on three principal results of capitalist development. First, on the growing anarchy of capitalist economy, leading inevitably to its ruin. Second, on the progressive socialization of the process of production, which creates the germs of the future social order. And third, on the

⁸⁴ Do que se pode depreender dos defensores da abordagem do *profit squeeze* nos anos 1970, era esperado que as organizações trabalhistas tivessem poder suficiente para desafiar o controle da classe capitalista (ver seção 5.3 do presente trabalho). A forte reação neoliberal dos anos 1980, no entanto, demonstrou que a classe trabalhadora não se encontrava tão “forte” quanto o esperado. Esse fato, por si só, lança sérias dúvidas sobre a associação entre crescimento do emprego e da participação dos salários na renda com a força política da classe trabalhadora.

increased organization and consciousness of the proletarian class, which constitutes the active factor in the coming revolution.

Bernstein pulls away from the first of the three fundamental supports of scientific socialism. He says that capitalist development does not lead to a general economic collapse. He does not merely reject a certain form of the collapse. He rejects the very possibility of collapse. (LUXEMBURG, 2008, p. 45)⁸⁵

Por essa razão, a teoria do colapso seria o alicerce do “socialismo científico”. Pois a socialização da produção em si é apenas uma condição para o socialismo, mas não implica de forma alguma sua transição para o modo de produção socialista. E a organização e consciência de classe do proletariado deve se basear no conhecimento das crescentes contradições do capitalismo, isto é, no seu fundamento objetivo, ou torna-se um mero ideal do qual os trabalhadores devem ser convencidos (LUXEMBURG, 2008).

Deixando de lado qualquer discussão sobre o caráter “científico” do socialismo, ou em que medida os três “resultados do desenvolvimento capitalista” correspondem ao curso real desse desenvolvimento, a colocação de Luxemburgo aponta para o fato de que uma teoria objetiva qualquer que pretenda servir como auxílio à obtenção do socialismo precisa concebê-lo como resultado do desenrolar das estruturas internas do capitalismo. E esse é o papel da teoria do colapso.

Não que haja qualquer necessidade lógica de se fundamentar o socialismo em uma teoria do colapso. A levar em consideração os argumentos dos autores analisados no trabalho, não parece haver nenhuma lei que determine a *impossibilidade* de que o socialismo ocorra por outros meios, como o acúmulo de forças políticas pelos trabalhadores, a expansão da consciência ética dos cidadãos (incluindo os capitalistas), e principalmente outras contradições internas ao capitalismo que não se resolvem na forma de um colapso econômico. Nesse caso, no entanto, a teoria socialista deve buscar apoio para sua prática em análises outras que as do movimento da acumulação capitalista. O estudo da acumulação, e principalmente das crises, torna-se de pouca relevância para o objetivo socialista ou constitui simplesmente um argumento de persuasão subjetivo. A história do debate marxista sobre as crises e o colapso ilustra isso de forma exemplar.

⁸⁵ “A base científica do socialismo repousa, como bem se sabe, em três resultados principais do desenvolvimento capitalista. Primeiro, na crescente anarquia da economia capitalista, levando inevitavelmente à sua ruína. Segundo, na socialização progressiva dos meios de produção, que cria os germes da ordem social futura. E terceiro, na organização e consciência crescentes da classe proletária, que constituem o fator ativo na revolução por vir. Bernstein se afasta do primeiro dos três suportes fundamentais do socialismo científico. Ele diz que o desenvolvimento capitalista não leva a um colapso econômico geral. Ele não apenas rejeita uma certa forma do colapso. Ele rejeita a própria possibilidade de colapso.” (LUXEMBURG, 2008, p. 45, tradução nossa)

O Programa de Erfurt de 1891 sustentava uma perspectiva do colapso que estava separada da prática social-democrata. Em pouco tempo essa perspectiva foi abandonada em favor da teoria da desproporção e cada vez mais rumo a uma posição reformista. De todo modo as teoria marxistas a respeito das crises, do colapso e da revolução eram, em sua maioria, legitimações ideológicas da prática partidária sem conexão real com esta, uma legitimação sustentada sobre o uso do nome de Marx. Isso fica claro na teoria de Kautsky (1985, 2000) sobre a ação da classe trabalhadora desde o Programa de Erfurt, também na teoria de Hilferding (1981) do capital financeiro e a “expropriação” dos bancos, ou na ideia de Otto Bauer (1985) de que o imperialismo leva à sublevação da classe operária consciente e organizada. Ao fim, nem Kautsky liderou a ação da classe trabalhadora, nem Hilferding expropriou qualquer banco de Berlim, e nem Otto Bauer organizou o operariado frente ao imperialismo. Nesse caso, teorias ambíguas, abstratas e o uso de esquemas matemáticos sem consideração com os propósitos metodológicos destes esquemas serviram muito bem ao objetivo visado que, de qualquer forma, era pintar as pretensões parlamentares do partido com cores revolucionárias e operárias.

Completamente diversa é posição de Rosa Luxemburgo. A defesa enfática da teoria do colapso por Rosa Luxemburgo, ainda que construída sobre as bases deixadas por Kautsky e com uma distorção ideológica semelhante em relação à função do colapso, não era mera sustentação ideológica de sua prática política: o socialismo de Luxemburgo e sua prática revolucionária não necessitavam de qualquer justificativa. Era acima de tudo uma tentativa de combater a influência reformista dentro do partido e tentar mudar a posição política do SPD. Ao contrário de Kautsky cuja defesa do Programa de Erfurt tentava simplesmente reafirmar a ideologia oficial (de modo consciente ou não), Luxemburgo identificara o “reformismo” crescente como uma ameaça e se incumbiu de atacá-la, sua teoria do colapso visa unicamente se contrapor à tendência reformista. A intimidade de Luxemburgo com as lutas revolucionárias a permite conjugar seu desenvolvimento teórico com sua prática política, e sua crença inabalável na luta do proletariado faz com que ela não tema a oposição aberta a qualquer perspectiva que se distancie da revolução socialista: por essa razão ela não teme nem mesmo criticar diretamente Marx. A censura de Luxemburgo (1985a, p. 184) aos “marxistas legais” poderia ser dirigida também aos seus companheiros no SPD: ela lembra que quando a revolução estoura na Rússia em 1905, de todos os marxistas “otimistas” russos, apenas um se encontrava no “acampamento do proletariado”, Lênin. Quando a revolução inicia na Alemanha em 1918, de todos os grandes teóricos da social-democracia alemã, apenas Rosa Luxemburgo se encontra ao lado dos operários.

Mesmo sob o cenário completamente diverso dos anos 1970 e 1980, permanece a mesma situação de separação entre a prática política ditada pelas condições concretas e a teoria defendida como arma ideológica na luta de classes. A teoria da crise por escassez de força de trabalho não podia oferecer ao socialismo senão a perspectiva de que os trabalhadores estão irremediavelmente sujeitos à acumulação capitalista e suas crises, sendo razoável então que a classe trabalhadora lute contra essa submissão para construir um sistema mais racional e mais proveitoso para todos. Olhando em retrospecto, a ascensão neoliberal coloca sérias dúvidas sobre o suporte objetivo dessa esperança.

Mas isso leva a hipótese do colapso a um impasse no qual ela deve ser rejeitada ou, se defendida, torna-se um mero expediente ideológico para manter a fé revolucionária na “necessidade objetiva” do socialismo, como no caso de Rosa Luxemburgo. Há, no entanto, uma outra posição possível, dada pela quarta teoria da crise analisada: a lei da queda tendencial da taxa de lucro. Essa posição não apenas mantém a hipótese inicial, mas a transforma, reformulando-a e estabelecendo o debate em outros termos, como argumentaremos a seguir.

A análise anterior sobre as três teorias da crise (subconsumo, desproporção e escassez de força de trabalho) e sua relação com a ideia do colapso parece reforçada pela apreciação de Itoh (1980). Partidário da tese da escassez de força de trabalho, o autor faz um breve exame sobre como cada teoria tende a projetar um objetivo específico do socialismo: para os desproporcionalistas, a superação da anarquia capitalista pelo controle social da produção, e para os subconsumistas, a superação da apropriação privada de forma que a produção satisfaça efetivamente as necessidades sociais de consumo. Em ambos os casos, no entanto, as demandas podem ser, ao menos parcialmente, satisfeitas dentro da ordem capitalista, como através da ação do Estado, ou por uma ordem “socialista” burocrática e autoritária. Em contraste, argumenta Itoh, a teoria da crise por escassez de força de trabalho projeta uma visão do socialismo que além de superar ambos os problemas enunciados, enfatiza um aspecto normalmente negligenciado nas demais abordagens: a subordinação do trabalho ao capital sob a forma da mercadoria força de trabalho. Aqui, Itoh retoma a defesa do caráter revolucionário dessa teoria reafirmando (como Dobb, Bowles, Gordon e Weisskopf – ver seção 5.3) que ela não “coloca a culpa nos trabalhadores”, mas que, ao contrário, mostra que é o capital que produz escassez de força de trabalho e crises, e que é difícil para os trabalhadores manterem ganhos substanciais nos salários, e assim nos níveis de vida, enquanto estiverem submetidos ao capitalismo. O objetivo do socialismo, então, seria a abolição da mercadoria força de

trabalho, causa da exploração e alienação dos trabalhadores, instituindo uma “associação de indivíduos livres” como queria Marx.

É emblemático, no entanto, que ao tratar da explicação da crise pela lei da queda tendencial da taxa de lucro, Itoh simplesmente afirme:

However, it is not clear what the socialist solution would be in the case of rising organic composition of capital variant, as the reduction of living labor in relation to dead labor together with the slowing down in the pace of accumulation of amounts of labor, expressed in the tendential fall in the rate of profit under capitalism, must remain and continue, even after the capitalist mode of production has been discarded. (ITOH, 1980, p. 135)⁸⁶

Parece-nos que, ao contrário, a versão da teoria do colapso avançada por Grossman torna clara qual seria a “solução socialista” para a variante da composição orgânica crescente. Essa solução não apenas resolveria a questão da “mercadoria força de trabalho” e da sujeição do trabalho ao capital, como a própria solução estaria localizada no curso objetivo da acumulação.

Voltando ao Quadro 3, da seção anterior, podemos perceber com um pouco de reflexão que a barreira interna à acumulação capitalista é, em última análise, a mesma para todas as teorias da crise com exceção da teoria da desproporção. A barreira é “o próprio capital”, a exploração que reside na relação capital-trabalho e que ao mesmo tempo restringe o consumo dos trabalhadores, submete-os às flutuações da acumulação e faz da sua exploração crescente a condição da valorização do capital, o motivo da produção. Mas enquanto a teoria da desproporção sequer alcança as relações de exploração, o subconsumo enfatiza apenas seus efeitos distributivos: os trabalhadores consomem menos do que produzem. Já as abordagens da pressão salarial, ressaltam o efeito da exploração na luta de classes e na sorte dos trabalhadores. Por sua vez, a lei da queda tendencial da taxa de lucro incorpora todos esses momentos, mas ressalta a exploração como fruto de uma relação social expressa no processo de valorização. Nessa perspectiva, o valor-capital é o início e o fim, e tudo o mais está subordinado a isso.

Tanto quanto a abordagem de Itoh, a lei da queda tendencial da taxa de lucro ressalta o fato de que a valorização do capital é ancorada na exploração da mercadoria força de trabalho, mas expõe a razão pela qual essa mesma exploração leva à quebra da valorização. Como

⁸⁶ “Contudo, não está claro o que seria a solução socialista no caso da variante da crescente composição orgânica do capital, já que a redução do trabalho vivo em relação ao trabalho morto junto com a desaceleração no ritmo de acumulação de quantidades de trabalho, expressa na queda tendencial da taxa de lucro sob o capitalismo, deve permanecer e continuar, mesmo após o modo de produção capitalista ter sido descartado.” (ITOH, 1980, p. 135, tradução nossa).

exposto no capítulo 5, a lei formulada por Marx afirma que a acumulação capitalista leva à busca pelo aumento da produtividade, e o crescimento da produtividade é acompanhado pelo crescimento da composição orgânica. O crescimento da composição orgânica, por sua vez, faz cair a parcela do capital que gera valor (capital variável) em proporção ao capital total e assim faz cair a taxa de lucro. Foi visto também como a discussão recente em torno da lei reafirmou sua relação intrínseca com a análise do valor trabalho de Marx.

O ponto crucial é a distinção entre a produção como tal e sua forma histórica específica, entre o trabalho como tal e o trabalho (abstrato) como fonte de valor, entre processo de produção e processo de valorização capitalista. Essa distinção se expressa inicialmente na contradição interna à mercadoria entre valor e valor de uso, não por acaso, uma distinção sempre enfatizada por Grossman. Pois é tal diferença que liga a teoria das crises baseada na taxa decrescente de lucro à questão sobre o caráter histórico do capitalismo. A contradição entre as forças produtivas e as relações de produção capitalistas, contradição que para Marx marcaria a transição entre um modo de produção e outro, não tem a ver simplesmente com o progresso técnico, mas com a relação entre a forma material das forças produtivas e sua forma especificamente capitalista:

The antagonism that Marx refers to is between the forces of production in their material shape as elements of the labour process – as means of production and labour power – and this same forces in their specifically capitalist shell, in the shape they assume as values c and v in the valorization process. (GROSSMAN, 1992, p. 36-37)⁸⁷

Em outras palavras, as crises e desequilíbrios do capitalismo são gerados não pelo progresso técnico ou pela redução relativa do montante de “trabalho vivo” necessário, mas pela subordinação das forças produtivas, incluindo a força de trabalho, ao processo de valorização do capital, pela forma especificamente capitalista que as forças produtivas assumem. Assim, o que Itoh não percebe é essa distinção entre o aumento da produtividade, que como tal se relaciona aos *valores de uso*, e a tendência à queda da taxa de lucro que se relaciona ao *valor*, ou seja, à manutenção do trabalho como substância do valor. A teoria da taxa decrescente de lucro mostra exatamente que sob o socialismo, sem a subordinação do processo de trabalho ao processo de valorização, a produtividade pode se desenvolver sem gerar crises e catástrofes sociais, e mais ainda que redução da necessidade de “trabalho vivo”

⁸⁷ “O antagonismo ao qual Marx se refere é o antagonismo entre as forças da produção em sua forma material como elementos do processo de trabalho – como meios de produção e força de trabalho – e essas mesmas forças em sua casca especificamente capitalista, na forma que elas assumem como valores c e v no processo de valorização.” (GROSSMAN, 1992, p. 36-37, tradução nossa).

reduz o tempo de trabalho necessário para produzir os bens destinados à reprodução social, “liberando” trabalhadores sem gerar desemprego. Essa expansão da liberdade sob uma “associação de indivíduos livres” é, então, o objetivo do socialismo.

Mas se o objetivo de certa forma é o mesmo, abolir a submissão do trabalho ao capital, a teoria da taxa decrescente de lucro entendida como uma teoria do colapso conduz a uma abordagem diversa em relação aos meios. Pois o fim almejado encontra suas condições na própria acumulação. A diferença está em que, ao invés de postular a oferta de força de trabalho ou a resistência dos trabalhadores como um fator limitante da acumulação, Grossman (1992, 1985) os incorpora à própria análise do movimento da acumulação. Por isso, sua teoria do colapso evita ao mesmo tempo o automatismo e o voluntarismo: a acumulação gera inexoravelmente crises e uma situação potencialmente revolucionária, mas o resultado é indeterminado.

Em que sentido, no entanto, isso poderia ser considerado uma teoria do colapso? Em primeiro lugar, a teoria de Grossman permanece fiel à ideia de que as contradições capitalistas se acumulam com o tempo até desembocar em uma catástrofe econômica e social e, mais importante, ele liga essas contradições a uma lei econômica capitalista. Quando Grossman trata das crises, estas não são crises passageiras, mas uma falência generalizada das relações econômicas que não podem ser resolvidas por meio de ajustes mais ou menos rápidos. Fica claro que Grossman não está sugerindo uma teoria geral das crises, mas sim uma teoria da *necessidade* das crises e principalmente da necessidade de uma crise generalizada, pois a tendência à queda da taxa de lucro implica que as contradições capitalistas tornam-se cada vez mais difíceis de serem superadas, e a crise é a própria forma de superá-las. Daí a “tendência ao colapso”. Isso se torna mais claro quando levamos em conta as contra-tendências: a intensificação da exploração do trabalho, por exemplo, tem limites físicos e sociais, e ainda que possa mitigar ou reverter a queda na lucratividade, certamente não serve para mitigar as contradições capitalistas.

Em segundo lugar, ainda que o resultado seja incerto, Grossman estabelece diretamente a ligação entre sua lei do colapso e o fim definitivo do capitalismo. Essa posição aparentemente contraditória sugere uma mudança de perspectiva em relação às abordagens antecedentes do problema. Otto Benedikt, por exemplo, perguntava em que medida se pode distinguir a crise final, ou seja, o colapso, de qualquer outra crise superável, e chega a conclusão de que a teoria de Grossman não seria nenhuma teoria do colapso mas uma teoria das crises como qualquer outra (MATTICK, [1983], p. 60). Mas precisamente nesse sentido a teoria de Grossman se diferencia das demais por identificar a crise e o colapso final do

capitalismo. Se Rosa Luxemburg entende o colapso como uma situação absoluta, um estágio em que, independente de qualquer coisa, a acumulação seria impossível, Grossman definitivamente se afasta dessa perspectiva fatalista que, como vimos, só pode separar a análise teórica da prática política. Pois o colapso final, para Grossman, seria precisamente uma crise que não gerou sua auto-superação, e que não pode ser previsto de antemão. Nossa objeção aqui é simplesmente que a pergunta de Benedikt é equivocada: não se trata de saber a diferença entre uma crise superável e a crise final, mas sim estabelecer teoricamente a razão pela qual a crise é necessária e a razão pela qual ela pode se converter em um colapso absoluto. Ou melhor, a tarefa não é prever o colapso (prever quando uma crise não pode mais ser superada), mas explicá-lo teoricamente, no mesmo sentido em que a queda na taxa de lucro não deve ser prevista ou estabelecida pela teoria, mas explicada.

Essa mudança de concepção implica que o colapso do capitalismo não seja uma questão de previsão ou de horizonte para a luta socialista, mas uma questão cujas condições concretas devem ser estudadas, e Grossman oferece um caminho para compreendermos essas condições. Mais precisamente, sua teoria mostra que o colapso deve ser compreendido como uma *hipótese*. E nos oferece as razões pelas quais podemos conceber o fim do capitalismo por meio dessa hipótese. Em outras palavras, Grossman expõe os mecanismos econômicos pelos quais a hipótese é possível. Como o fim do capitalismo é uma premissa lógica do advento do socialismo, a hipótese do colapso, enquanto não for abandonada, permanecerá como uma questão de suma importância para a prática socialista.

A “necessidade objetiva” do socialismo pode ser entendida de maneira metafísica, como se estivesse inscrita na eternidade, ou pode significar simplesmente que o advento do socialismo deve encontrar apoio nas condições objetivas do capitalismo. Nesse último caso, basear a ideia do colapso em uma teoria das crises significa precisamente basear a ação socialista no reconhecimento das condições objetivas da acumulação, do contrário, o estudo das crises serviria apenas como guia ao convencimento subjetivo da classe operária de que ela deve se insurgir contra o sistema.

Assim, a segunda conclusão geral do trabalho é a de que a hipótese do colapso do capitalismo por razões econômicas permanece na teoria que explica as crises pela lei da queda tendencial da taxa de lucro. Essa teoria muda definitivamente a perspectiva sobre a natureza do colapso capitalista, mas se mantém como explicação possível da relação entre as crises e o fim do capitalismo. Dessa forma, enquanto a teoria em questão mantiver sua atualidade, assim também deve ser com o debate sobre o colapso.

7 CONCLUSÕES

Neste trabalho procuramos expor o desenvolvimento histórico e teórico do que se chamou a “controvérsia do colapso” e sua relação com as diferentes teorias marxistas da crise. Em particular, tentamos apresentar os autores que julgamos teoricamente mais relevantes e de maior destaque em cada debate, expondo, na medida do possível, seus argumentos centrais e enfatizando sua relação com nosso objeto de estudo. O objetivo, além de propiciar um panorama histórico da controvérsia analisada, era possibilitar uma avaliação geral do debate e clarificar as posições e argumentos de cada teoria, a fim de apontar os caminhos e obstáculos de cada uma.

Dividimos a exposição histórica em três “confrontos”, cada qual relacionado a um debate em torno de questões diferentes, mas que ao mesmo tempo manifestavam um mesmo problema: a relação entre as crises e os limites históricos do modo de produção capitalista. O primeiro confronto lançou as bases para a “controvérsia do colapso”, após a polêmica intervenção de Eduard Bernstein. O debate centrou-se sobre a existência ou não de uma “teoria do colapso” em Marx e sobre as teses reformistas de Bernstein. A discussão sobre o colapso foi construída sobre a ideia de que as crises tenderiam a piorar com o tempo, devido ao próprio desenrolar da acumulação capitalista, o que levaria ao fim à inviabilidade do sistema. De qualquer modo essa proposição, presente desde o Programa de Erfurt da social-democracia alemã, demonstrou ser meramente uma construção ideológica.

O segundo confronto procurou estabelecer a controvérsia sobre um estudo mais aprofundado das crises e da reprodução capitalista. Duas teorias da crise foram desenvolvidas: subconsumo e desproporção. O subconsumismo, inicialmente, desenvolvia a ideia de que as crises devem piorar com a acumulação até a chegada do momento em que toda acumulação ficaria impossibilitada. Tese que obteve sua formulação mais completa na obra de Rosa Luxemburgo. Não obstante, a teoria em questão foi amplamente rejeitada. Os desproporcionalistas certamente “venceram” o debate, ainda que a teoria da desproporção tenha posteriormente caído em desuso e o subconsumo tenha sido reafirmado como ortodoxia no período stalinista. Mas as crises acabaram por serem separadas da questão do colapso.

A teoria do colapso é retomada no terceiro confronto por Henryk Grossman, que elabora sua “lei do colapso capitalista” com base na “lei da queda tendencial da taxa de lucro” de Marx. Pelo próprio caráter politicamente deslocado da obra de Grossman, sua teoria recebe uma rejeição quase unânime em sua época. Essa obra só seria mais apreciada várias décadas depois, quando a teoria da crise com base na taxa decrescente de lucro é resgatada para o

centro dos debates marxistas. Paralelamente, a teoria da crise por escassez de força de trabalho ganha popularidade e transcorre um embate entre ambas as teorias para explicar o declínio na lucratividade. Mas se o terceiro confronto termina com alguma vantagem para a lei da queda tendencial da taxa de lucro (especialmente pelos desenvolvimentos políticos após a crise dos anos 1970), a questão sobre o colapso desliza para o segundo plano.

Como forma de resgatar a atualidade e a importância da “controvérsia do colapso”, no último capítulo, efetuamos uma avaliação da exposição histórica anterior e das teorias apresentadas. Procuramos, em primeiro lugar, compreender como cada teoria de crise se apresenta do ponto de vista da controvérsia do colapso. Em seguida, procuramos analisar a implicação de cada teoria da crise para a questão do colapso.

A primeira conclusão dessa avaliação é a de que as teorias marxistas da crise se desenvolveram como respostas a questões colocadas pela controvérsia do colapso, e que analisá-las a partir dessa origem pode nos ajudar a compreender melhor os pressupostos e implicações de cada teoria. Em especial, remeter as teorias da crise aos debates originais sobre a questão do colapso ajuda a compreender os desfechos teóricos e práticos que se seguiram aos desenvolvimentos de cada teoria.

A segunda conclusão é a de que a controvérsia do colapso permanece em aberto. Particularmente, a teoria do colapso de Grossman postula a questão em outros termos, termos que dificilmente foram avaliados por seus próprios méritos. Nesse caso, o estudo da controvérsia parece indicar que ideia do colapso permanece como hipótese importante e não refutada, pois apesar da ampla rejeição, ela permanece subjacente a uma popular teoria marxista da crise. E à medida que a lei da queda tendencial da taxa de lucro volta ao centro das atenções para explicar as crises, também a hipótese do colapso deve voltar a ser avaliada.

REFERÊNCIAS

- BADIOU, A. **A Hipótese Comunista**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- BARAN, P.; SWEEZY, P. **Monopoly Capital**. New York: Monthly Review, 1968.
- BAUER, O. La Acumulación del Capital. In: COLLETTI, L. **El Marxismo y el “Derrumbe” del Capitalismo**. México: Siglo Veintiuno, 1985. p. 339-364.
- BERNSTEIN, E. **Evolutionary Socialism**. Independent Labour Party, 1909. Disponível em: <<http://www.marxists.org/reference/archive/bernstein/works/1899/evsoc/#>>. Acesso em: 22 mai. 2013.
- BOWLES, S.; GORDON, D; WEISSKOPF, T. Power, Accumulation and Crisis: The Rise and Demise of the Postwar Social Structure of Accumulation. In: CHERRY, R. et al. (Org.). **The Imperiled Economy: Book I**. New York: URPE, 1987. p. 43-57.
- CARCHEDI, G. **Behind the Crisis: Marx’s Dialectics of Value and Knowledge**. Leiden: Brill, 2011.
- CLARKE, S. **Marx’s Theory of Crisis**. London: MacMillan, 1994.
- COLACCHIO, G. Dal Sottoconsumo alle Sproporzioni: il Caso Tugan-Baranovskij. **Storia del Pensiero Economico**, Milano, v. 36, p. 3-43, 1998.
- COLLETTI, L. **El Marxismo y el “Derrumbe” del Capitalismo**. México: Siglo Veintiuno, 1985.
- CUNOW, H. Contribución a la Teoría del Derrumbe. In: COLLETTI, L. **El Marxismo y el “Derrumbe” del Capitalismo**. México: Siglo Veintiuno, 1985. p. 165-174.
- DEVINE, J. N. An Introduction to Radical Theories of Economic Crises. In: CHERRY, R. et al. (Org.). **The Imperiled Economy: Book I**. New York: URPE, 1987. p. 19-32.
- DOBB, M. **Political Economy and Capitalism**. London: George Routledge and Sons, 1940.
- FOSTER, J. B.; MAGDOFF, F. **The Great Financial Crisis: Causes and Consequences**. New York: Monthly Review, 2009.
- FREEMAN, A. A General Refutation of Okishio’s Theorem and a Proof of the Falling Rate of Profit. In: BELLOFIORE, R. (Ed.). **Marxian Economics: a Reappraisal**. Basingstoke: MacMillan, 1998. Vol. 2. p. 139-162.
- GEORGESCU-ROEGEN, N. Mathematical Proofs of the Breakdown of Capitalism. **Econometrica**, Chicago, v. 22, n.2, p. 225-243, 1960.
- GROSSMAN, H. **The Law of Accumulation and Breakdown of the Capitalist System: Being Also a Theory of Crisis**. London: Pluto, 1992.

_____. La Ley de la Acumulación y del Derrumbe del Sistema Capitalista : Consideraciones Finales. In: COLLETTI, L. **El Marxismo y el “Derrumbe” del Capitalismo**. México: Siglo Veintiuno, 1985. p. 434-469.

HEINRICH, M. Crisis Theory, the Law of the Tendency of the Profit Rate to Fall, and Marx’s Studies in the 1870’s. **Monthly Review**, New York, v.64, n.11, 2013. Disponível em: <<http://monthlyreview.org/2013/04/01/crisis-theory-the-law-of-the-tendency-of-the-profit-rate-to-fall-and-marxs-studies-in-the-1870s>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

HILFERDING, R. **Finance Capital**. London: Routledge & Kegan Paul, 1981.

HOWARD, M. C.; KING, J. E. **A History of Marxian Economics: Volume I, 1883-1929**. Princeton: Princeton University Press, 1989.

_____. **A History of Marxian Economics: Volume II, 1929-1990**. London: MacMillan, 1992.

ITOH, M. **Value and Crisis**. New York: Monthly Review, 1980.

KAUTSKY, K. **The Class Struggle (Erfurt Program)**. Marxist Internet Archive, 2000. Disponível em: <<http://www.marxists.org/archive/kautsky/1892/erfurt/>>. Acesso em: 20 mai. 2013. Não paginado.

_____. Teorías de las Crisis. In: COLLETTI, L. **El Marxismo y el “Derrumbe” del Capitalismo**. México: Siglo Veintiuno, 1985. p. 189-236.

KLIMAN, A. **Reclaiming Marx’s “Capital”: A Refutation of the Myth of Inconsistency**. Lanham: Lexington Books, 2007.

KLIMAN, A.; McGLONE, T. The Transformation Non-Problem and the Non-Transformation Problem. **Capital and Class**, London, v.35, p. 56-83, 1988.

KLIMAN *et al.* **The Unmaking of Marx’s Capital**. Social Science Research Network, 2013. Disponível em: http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2294134. Acesso em: 12 Nov 2013.

KUHN, R. Economic Crisis and Socialist Revolution: Henryk Grossman’s *Law of Accumulation*. **Research in Political Economy**, Amsterdam, v.21, p. 181-221, 2004.

_____. Henryk Grossman and the Recovery of Marxism. **Historical Materialism**, Leiden, v.13, 3, p. 57-100, 2005.

LAIBMAN, D. Technical Change and The Contradictions of Capitalism. In: CHERRY, R. et al. (Org.). **The Imperiled Economy: Book I**. New York: URPE, 1987. p.33-42.

LÊNIN, V. I. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. **The Second Congress of The Communist International**. 2002. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/lenin/works/1920/jul/x03.htm>>. Acesso em: 21 nov. 2013.

LUXEMBURG, R. **A Acumulação do Capital**: Contribuição ao Estudo Econômico do Imperialismo. São Paulo: Abril Cultural, 1985a.

_____. Anticrítica: A Acumulação do Capital ou O que os Epígonos Fizeram da Teoria Marxista. In: LUXEMBURG, R. **A Acumulação do Capital**: Contribuição ao Estudo Econômico do Imperialismo. São Paulo: Abril Cultural, 1985b. p. 321-402.

_____. Reform or Revolution. In: LUXEMBURG, R. **The Essential Rosa Luxemburg**. Chicago: Haymarket Books, 2008. p. 41-104.

MARX, K. **Grundrisse**: Manuscritos Econômicos de 1857-1858. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro Primeiro, Tomo II. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

_____. **O Capital**: Crítica da Economia Política. Livro Terceiro, Volume 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. **Para a Crítica da Economia Política**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MATTICK, P. **Crisis e Teoría de la Crisis**. [S.l.]: Círculo Internacional de Comunistas Antibolcheviques, [1983]. Disponível em: <<http://Rebeliones.4shared.com>>. Acesso em: 07 mai. 2012.

_____. **Marx e Keynes**: Os Limites da Economia Mista. Lisboa: Antígona, 2010.

MOSELEY, F. **The Falling Rate of Profit in the Postwar U.S. Economy**. London: MacMillan, 1991.

NAKATANI, T. Price Competition and Technical Choice. **Kobe University Economic Review**, Kobe, v.25, p. 67-77, 1979.

OKISHIO, N. Technical Change and the Rate of Profit. **Kobe University Economic Review**, Kobe, v.7, p. 85-99, 1961.

RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

RIEU, D. –M. Has the Okishio Theorem Been Refuted?. **Metroeconomica**, Oxford, v.60, n.1, p.162-178, 2009.

ROEMER, J. Continuing Controversy on the Falling Rate of Profit: Fixed Capital and Other Issues. **Cambridge Journal of Economics**, Cambridge, v.3, p. 379-398, 1979.

ROSDOLSKY, R. **Gênese e Estrutura de O Capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: EDUERJ; Contraponto, 2001.

SCHMIDT, C. Contribución a la Teoría de las Crisis Comerciales y de la Sobreproducción. In: COLLETTI, L. **El Marxismo y el “Derrumbe” del Capitalismo**. México: Siglo Veintiuno, 1985. p. 177-186.

SCOTT, H. Introduction to Reform or Revolution. In: LUXEMBURG, R. **The Essential Rosa Luxemburg**. Chicago: Haymarket Books, 2008. p. 37-40.

SHAIKH, A. Uma Introdução à História das Teorias de Crise. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.4, p. 5-45, 1983.

_____. **The Current Economic Crisis: Causes and Implication**. Detroit: Against The Current, 1989.

_____. Neo-Ricardian Economics: a Wealth of Algebra, a Poverty of Theory. **Review of Radical Political Economics**, New York, v.14, 2, p. 67-82, 1982.

_____. Political Economy and Capitalism: Notes on Dobb’s Theory of Crisis. **Cambridge Journal of Economics**, Cambridge, v.2, 2, p. 233-251, 1978.

SINGER, P. Apresentação. In: LUXEMBURG, R. **A Acumulação do Capital**: Contribuição ao Estudo Econômico do Imperialismo. São Paulo: Abril Cultural, 1985. p. vii - xlii.

SWEEZY, P. **Teoria do Desenvolvimento Capitalista**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

STEEDMAN, I. **Marx After Sraffa**. London: New Left Books, 1977.

TUGAN-BARANOWSKY, M. Estudios Sobre la Teoría e Historia de las Crisis Comerciales en Inglaterra. In: COLLETTI, L. **El Marxismo y el “Derrumbe” del Capitalismo**. México: Siglo Veintiuno, 1985a. p. 259-279.

_____. Fundamentos Teóricos del Marxismo: el Derrumbe del Orden Económico Capitalista. In: COLLETTI, L. **El Marxismo y el “Derrumbe” del Capitalismo**. México: Siglo Veintiuno, 1985b. p. 242-258.

VAN PARIJS, P. **Marxism Recycled**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

WALLERSTEIN, I. **Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WEEKS, J. **Capital and Exploitation**. London: Edward Arnold Publishers, 1981.

WEISSKOPF, T. Marxian Crisis Theory and the Rate of Profit in the Postwar U.S. Economy. **Cambridge Journal of Economics**, Cambridge, v.69, p. 341-378, 1979.

YAFFE, D. The Marxian Theory of Crisis, Capital and the State. **Economy and Society**, London, v.2, 2, p. 186-232, 1973.